

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



**Regiões Europeias Ganhadoras e  
Perdedoras na Globalização Económica da  
Transição do Século XX para o XXI**

**Paulo Miguel Fernandes Madeira**

**Mestrado em População, Sociedade e Território**

**2012**



**Universidade de Lisboa,  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território,  
Mestrado em População, Sociedade e Território, 2009-2011**

**Dissertação final**

**Orientação: professores Jorge Malheiros e Mário Vale:**

**Regiões Europeias Ganhadoras e Perdedoras na  
Globalização Económica da Transição  
do Século XX para o XXI**

**Paulo Miguel Fernandes Madeira**

**Lisboa, Fevereiro de 2012**



# Índice geral

<b>Agradecimento .....</b>	<b>9</b>
<b>I. Perspectivas teóricas, problemática e modelo de análise</b>	
I.1. Uma questão para investigação .....	11
I.2. Interesses e posicionamento .....	15
I.3. Enquadramento nas escolas de pensamento geográfico .....	16
I.4. Os conceitos e a problemática .....	18
I.4.1. Dimensões do desenvolvimento socioeconómico .....	20
I.4.2. Globalização: como surgiu e as suas principais características .....	22
I.4.3. As regiões na era da globalização neoliberal .....	30
I.4.4. Desenvolvimento, progresso social e desempenho regional .....	37
I.4.5. As principais perspectivas da geografia económica .....	45
I.5. Modelo de análise e método .....	49
I.6. A medição de ganhos e perdas socioeconómicos.....	52
I.6.1. As abordagens da ciência económica .....	53
I.6.2. Especificidades da abordagem regional? .....	56
I.6.3. Uma operacionalização desejável do conceito ideal .....	59
I.6.4. Um indicador sintético possível .....	60
 <b>II – Organização e métodos .....</b>	 <b>65</b>
II.1.A escolha das variáveis e as suas limitações .....	65
II.2. Dados em falta no Eurostat e métodos de estimativa seguidos .....	70
II.3. Cálculo do Índice de Desempenho Económico-Social (IDES) .....	73
II.4. Os valores nacionais e para o conjunto da UE .....	78
II.5. Representação cartográfica e gráfica .....	79

<b>III – Em busca de padrões</b>	83
III.1. O desempenho ao nível nacional	83
III.2. O desempenho ao nível regional	88
III.2.1. A evolução socioeconómica	88
III. 2.2. A variação demográfica, social e económica	93
III.2.3. A situação das regiões no final do período	105
III. 3. Os aspectos mais relevantes	110
 <b>IV – Dinâmicas regionais e tendências económicas globais</b>	 113
IV. 1. Ganhar e perder	113
IV.2. Desempenhos regionais e relações globais	115
IV.2.1. Dinâmicas ganhadoras	116
IV.2.2. Dinâmicas perdedoras	117
IV.2.3. As grandes forças em jogo	118
IV.3. A evolução das disparidades regionais	122
 <b>V – Conclusão: Especialização, centralidade e economia política internacional</b>	 125
 <b>Bibliografia consultada e outras fontes</b>	 133
<b>Anexos</b>	141
Anexo I – Lista de estimativas de valores regionais	142
Anexo II – Cálculo de valores nacionais e para a UE	160
Anexo III – Indicadores utilizados na construção do Índice de Desempenho Económico-Social (valores por país)	163
Anexo IV – Indicadores regionais utilizados na construção do IDES, valores do índice e sub-índices por região; mapas das regiões NUTS2 da UE (consultar CD no verso da contracapa)	

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – A estrutura do IDES .....	75
Tabela 2 – Índice de Desempenho Económico-Social e sub-índices por país .....	84
Tabela 3 – Coeficientes de variação do IDES das NUTS2 em 1995 e 2007...	92
Tabela 4 – Evolução % da diferença entre valores máximos e mínimos no IDES e sub-índices .....	121

## **Índice de gráficos**

Gráfico 1 – Variação do IDES (1995-2007) – Médias nacionais e extremos regionais .....	85
Gráfico 2 – IDES, médias nacionais e extremos regionais, 2007 .....	85
Gráfico 3 – Variação do Sub-Índice Demográfico e do Sub-Índice Económico (1995-2007) .....	100
Gráfico 4 – Variação do Sub-Índice Social e do Sub-Índice Económico (1995-2007) .....	100

## **Índice de mapas**

Mapa 1 – Variação do Índice de Desempenho Económico-Social (IDES), 1995-2007 .....	89
Mapa 2 – Índice de Desempenho Económico-Social (IDES), 2007 .....	90
Mapa 3 – Variação do Sub-Índice Demográfico, 1995-2007 .....	94
Mapa 4 – Variação do Sub-Índice Social, 1995-2007 .....	96
Mapa 5 – Variação do Sub-Índice Económico, 1995-2007 .....	97
Mapa 6 – Variação do Sub-Índice Económico e do Sub-Índice Demográfico, 1995-2007 .....	102
Mapa 7 – Variação do Sub-Índice Económico e do Sub-Índice Social, 1995-2007 .....	104
Mapa 8 – Sub-Índice Demográfico, 2007 .....	106
Mapa 9 – Sub-Índice Social, 2007 .....	108
Mapa 10 – Sub-Índice Económico, 2007 .....	109





## **Agradecimento**

Nem sempre na vida podemos sentir que temos o privilégio de estar em boas mãos. Eu senti-o durante o meu mestrado no IGOT, pela qualidade dos professores que me ensinaram, tal como já tinha acontecido durante a licenciatura, e pelos orientadores desta dissertação de final de curso. Agradeço a todos.

Os professores Jorge Malheiros e Mário Vale, orientadores deste trabalho, foram fundamentais. Deram-me um grande apoio, indispensável, sem o qual eu não teria conseguido realizar este trabalho. Tiveram disponibilidade e paciência, abertura para as ideias que propus, e sempre o conselho certo face às dificuldades para as quais lhes fui pedindo ajuda. Por tudo isso, estou-lhes muito grato.

Um outro apoio indispensável foi-me dado pelo professor Nuno Marques da Costa, que me iniciou na cartografia electrónica de modo a ser-me possível elaborar em tempo útil os mapas que fazem parte deste trabalho. Sem ele, esta dissertação não estaria agora aqui. Muito obrigado, Nuno.

As ideias e a sua concretização resultam também muitas vezes do ambiente académico que se vive, como aconteceu neste caso. As estimulantes conversas com os meus colegas e os debates nas aulas do Mestrado em População, Sociedade e Território no ano lectivo 2009-2010 ajudaram-me a posicionar-me e a motivar-me, com maior consciência das dificuldades que viria a encontrar. Recordo saudosamente várias conversas, nomeadamente com o André Machado e o Paulo Jorge Vieira, a quem devo ainda ter-me presenteado oportunamente com vária bibliografia estimulante.

Todos somos feitos também de outras pessoas. E é por isso que quero agradecer também às pessoas que me têm acompanhado, por me terem apoiado nesta fase atarefada e exigente. Os amigos, a família, os colegas de trabalho, em particular a Cristina Ferreira, que me tem feito questionar o que parece mais evidente, também ajudaram a que pudesse terminar esta tarefa; o meu irmão Vítor aliviou-me de algumas obrigações familiares e tem estado sempre presente.

Por último, um agradecimento ao espírito inconformista dos meus pais perante as iniquidades e às conversas com que o meu pai, António, me ajudou, ainda adolescente, a perceber a política e os poderes globais.

Queluz, Fevereiro de 2012



# **I – Perspectivas teóricas, problemática e modelo de análise**

## **1. Uma questão para investigação**

A Europa é muitas vezes apresentada como sendo das “regiões”, por vezes quase num nível de igualdade simbólica com o da Europa dos Estados-nação que a compõem e que são a sede da sua soberania. Pode isso à partida parecer intrigante, mas numa segunda reflexão é de admitir como hipótese que assim aconteça devido à necessidade de afirmação política da União Europeia e da Comissão, esbatendo a importância dos Estados-membros. Por outro lado, as políticas de coesão da União Europeia são decididas tendo por base as regiões europeias.

Talvez tenha sido devido a este contexto que, quando me ocorreu estudar os ganhos e perdas associados às dinâmicas socioeconómicas durante a fase mais intensa do processo de alargamento da escala dos mercados e intensificação das relações económicas à escala planetária que, complementado por outros aspectos, ficou conhecido por “globalização”, tenha logo à partida formulado a questão a partir das regiões, e não dos Estados ou de circunscrições mais locais. Por outro lado, da bibliografia mais recente resulta a ideia de que a escala regional é muito relevante para o funcionamento material dos sistemas socioeconómicos em que vivemos, se não for mesmo a mais relevante, com a grande amplitude e imprecisão com que o conceito de região é apreendido no senso comum. Adicionalmente, o facto de as políticas de coesão da União Europeia serem formuladas e aplicadas tendo como base uma determinada concepção do desenvolvimento económico das regiões dos seus Estados soberanos reforça esta ideia. Um último argumento em abono da maior importância da escala regional é a emergência nas últimas décadas de cidades-regiões que adquiriram uma relevância global, superior à de muitos países, constituindo-se como nós de primeira ordem do sistema económico planetário.

E porquê analisar o comportamento socioeconómico das regiões europeias durante o período conhecido como de “globalização”, no seu sentido mais estrito, e cujas características foram desencadeadas de forma mais intensa nos finais dos anos 1980? Essencialmente, porque a globalização que temos vivido parece ser um dos processos mais marcantes (a par da liberalização económica geral em que se enquadra, também conhecida por neoliberalismo) do contexto socioeconómico actual (Cumbers e Mackinnon, 2007; Santos, 2006; Stiglitz, 2002) e, ancorada também noutras dimensões, tem-se assumido como um

fenómeno em primeiro lugar de natureza político-económica, dando origem a uma “economia global”, a par de consequências sociais de âmbito também global, mas territorialmente diferenciadas.

A globalização é entendida para este efeito como um processo de liberalização das regras que regulam as relações económicas internacionais, sobretudo ao nível financeiro, comercial e do investimento, a par de alterações tecnológicas muito significativas ao nível das comunicações e forte queda dos preços dos transportes, as quais são fundamentais para permitir o desenvolvimento da sua dimensão económica – sendo menos centrais para efeitos da análise empreendida neste trabalho, revelam-se no entanto importantes para aspectos como a interação global das sociedades, com a sua interdependência e as suas dependências.

A origem da globalização que nos é contemporânea assenta num processo político que visou alterar o quadro das relações económicas à escala planetária, e também no interior dos países. Assim, trata-se de globalização económica, no sentido em que produz uma economia global na qual se articulam países, regiões e locais, e em que há aspectos do funcionamento destas economias com características comuns um pouco por todo o planeta. A primazia dada assim à dimensão económica da globalização neoliberal não significa que se entenda que esta é a única dimensão relevante. Mas, tal como Malheiros (2001, p. 29) nota, Waters (1995) considera os vários domínios da globalização estruturalmente independentes, entre os quais o político, o que não deixa de alimentar a ideia de que se pode olhar para as várias dimensões com alguma autonomia.

Neste contexto, é relevante perceber como têm reagido os territórios europeus ao novo contexto de competição económica internacional, quais os que mais têm ganho e os que mais têm perdido, e tentar perceber porquê. Os resultados de uma abordagem deste tipo podem relacionar-se de algum modo com a questão da resiliência regional e com os quadros teóricos associados ao desenvolvimento enquanto expansão de capacidades (as *capabilities* do economista Amartya Sen), ou ainda com a questão do capital social (na aceção do sociólogo Robert Putnam).

De um ponto de vista mais pragmático, a preocupação com a competitividade das regiões tem-se tornado muito central no discurso político e académico, por ser vista como fundamental para a sua vitalidade social e prosperidade, o que é outra razão de fundo para o interesse da questão. Além disso, em Portugal e noutros países europeus há exemplos de dinâmicas regionais diferenciadas, com o desinvestimento da indústria estrangeira que busca mão-de-obra mais

barata a fazer-se sentir nos anos mais recentes de modo particularmente intenso no Norte do país (Hudson, 2007, p. 1150; Vale, 2009, p. 11; Comissão, 2007, pp. 37-38).

Para tentar identificar as regiões que mais ganharam ou perderam no contexto em análise considerado relevante, o ideal seria analisar a dinâmica socioeconómica das regiões da UE entre 1990 e 2007. No entanto, constrangimentos práticos levaram ao ajustamento destes limites em função dos dados disponíveis, conforme explicado no capítulo metodológico. O período que se pretendia analisar tem como balizas o fim do sistema soviético, que simboliza também o início de um período de hegemonia global do sistema capitalista, e a crise económica desencadeada em 2008 a partir do sistema financeiro anglo-saxónico, com uma dimensão que na Europa não tinha precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e que nos Estados Unidos é a mais grave desde a Grande Depressão dos anos 1930.

A formulação do título tem uma ambiguidade intencional: “na globalização económica”. Não sendo possível determinar com rigor até que ponto as evoluções detectadas em termos de ganhos e perdas podem ser atribuídas à globalização, não parece também que faça sentido duvidar de que o contexto que ela implica é muito importante, ou mesmo determinante, para a situação que se tem vivido, constituindo no mínimo um ambiente de fundo em que vivem e evoluem as regiões europeias.

Investigar é tentar responder a questões. E nem sempre é viável responder com a profundidade e especificidades desejadas. Mas, mesmo assim, vale a pena tentar responder, pois é desse modo mais provável chegar a algum tipo de conhecimento, que, mesmo precário e incompleto, permite compreender melhor situações e processos, e eventualmente agir sobre eles. A questão implícita no título do trabalho é: *Quais as regiões europeias ganhadoras e perdedoras, em termos socioeconómicos, durante a globalização económica que nos é contemporânea. E, subsequentemente, porquê?*

Há obviamente outras questões nela contidas, a primeira das quais será a do papel da globalização económica para as evoluções detectadas, e em que medida ela as influencia. Mas outras, de carácter mais específico, se vislumbram também desde já:

- Identificar as diferenças de desempenho socioeconómico das regiões da UE;
- Identificar eventuais ganhadores e perdedores;
- Perceber o sentido de evolução das desigualdades entre as regiões;

- Identificar padrões geográficos associados às diferenças regionais e uma eventual tipologia;
- Perceber as razões que explicam os diferentes desempenhos e padrões geográficos e tentar relacioná-los com a lógica da globalização;
- Perceber o que justifica as diferentes dinâmicas nos diferentes locais;
- Identificar as principais características das economias das regiões ganhadoras e perdedoras.

Responder a algumas destas questões afigura-se muito difícil, ou mesmo impossível, quer devido ao limitado tempo disponível para uma dissertação de mestrado, quer por falta de informação estatística que poderia servir de base a uma análise mais detalhada do que a que foi possível realizar. O Eurostat não disponibiliza por NUTS 2<sup>1</sup> muitos dos dados que poderiam ajudar a perceber o que se tem passado nestes domínios, tendo acessível apenas um conjunto relativamente reduzido de variáveis que remontam ao início do período que pretendemos analisar, para aquelas unidades territoriais. O recurso a alguma bibliografia disponível revelou-se contudo precioso para complementar informação quantitativa e iluminar alguns aspectos que não foi possível analisar com base na informação estatística de conjunto.

Identificar diferentes desempenhos socioeconómicos, e perceber quais as regiões ganhadoras e perdedoras, levanta a questão da sua medição, que tem subjacente uma determinada definição de bem-estar, produto justamente do desempenho económico-social dos territórios. Para isso, recorreu-se a um indicador compósito construído a partir de dados estatísticos que permitem uma medição do bem-estar socioeconómico de acordo com o estágio social da medição do progresso e bem-estar, segundo a classificação da iniciativa *Measuring the Progress of Societies*, da OCDE. O desempenho pode aqui ser visto quer como a capacidade de um território para proporcionar bem-estar à sua população num determinado momento, quer como a evolução desse bem-estar num determinado período, o que corresponde à evolução de índice ao longo do tempo.

---

<sup>1</sup> A unidade geográfica que nos parece mais adequada para uma análise de base regional dos desempenhos socioeconómicos e do bem-estar na UE. Sobre este assunto, ver o capítulo II.

## **2. Interesses e posicionamento**

A escolha de um tema para trabalho académico pode decorrer de uma grande diversidade de critérios e interesses, e nunca deixa de ser “situada”, segundo a noção cunhada por Danna Haraway (Hubbard *et al.*, 2002, pp. 9-10 e 20-21), pelo que se afigura conveniente a sua justificação de um ponto de vista mais pessoal e assumidamente subjectivo, por uma questão de honestidade intelectual e para permitir aos eventuais interessados perceberem melhor o contexto de origem do conhecimento assim colocado ao seu dispor.

Tal como em parte decorre do que já foi exposto, esta questão parece particularmente pertinente porque nas últimas duas décadas a globalização comercial e financeira tem tido um grande impacto na vida laboral e material das populações (crescimento económico e dos fluxos comerciais, de investimento e financeiros, expansão do crédito, deterioração das condições de emprego, salários e finanças públicas, recuo do papel do Estado, disparidades sociais, incremento das migrações...), tendo sido inclusive objecto de vasta controvérsia pública, quer de âmbito político e académico, quer de significativos movimentos sociais que se lhe opuseram com um grau de convicção idêntico àquele que é manifestado pelos seus defensores. Revela-se assim de todo o interesse tentar perceber o que aconteceu pelo caminho às regiões da actual União Europeia (UE), que fazem parte de uma das mais importantes áreas geoeconómicas do mundo – estatuto que já tem alguns séculos (numa realidade anterior ao projecto da Comunidade Económica Europeia e seu aprofundamento).

O interesse pela evolução socioeconómica das regiões europeias pode ser justificado de um ponto de vista mais geral com o facto de haver bastante literatura sobre as consequências diferenciadas da globalização nos países ricos do centro do sistema económico e nos países mais pobres, também conhecidos com “em desenvolvimento”, mas ser conhecida pouca informação sobre os seus efeitos ao nível regional, que também não se afiguram à primeira vista homogêneos, no interior das duas principais áreas do mundo desenvolvido – a União Europeia e os Estados Unidos da América.

De um ponto de vista mais pessoal, pode-se dizer que a questão da globalização contemporânea – na sua dimensão política e na das suas consequências sobre as vidas da generalidade da população do planeta – me interessa desde que em meados dos anos 1990 ela se instalou nos discursos políticos e académicos e surgiu uma consciência, em alguns aspectos também ela global, dos problemas que implica.

Este interesse pessoal gerou uma curiosidade pelos aspectos que deram forma à globalização dominante e pelos seus efeitos práticos, que tive a sorte de ir podendo satisfazer quotidianamente a um nível mais factual, devido à minha profissão de jornalista, em várias áreas, mas durante mais tempo na informação económica.

### **3. Enquadramento nas escolas de pensamento geográfico**

Um trabalho de investigação pode ser de início pensado a partir de uma perspectiva teórica, ou não. No entanto, mesmo neste último caso, a questão que se quer estudar e o modo como se quer estudá-la acabarão quase sempre por nos situar em determinada abordagem ou escola de pensamento/investigação, ou numa posição em que confluem contributos e perspectivas de várias escolas.

Neste estudo, o ponto de partida foi o interesse pela questão, a que se seguiu a escolha da abordagem e metodologia(s) a desenvolver, em função da natureza do objecto e do que se pretende saber. Não tendo estas etapas sido concebidas a pensar numa abordagem específica, o desenho do estudo insere-o claramente na perspectiva do realismo crítico, tal como ela é descrita por Kitchin e Tate (2000, p. 15-16) e por Sayer (1992).

Esta corrente de abordagem em geografia radica na tradição realista da filosofia da ciência, que segundo Sayer (1992, pp. 2-3) “substitui o modelo da regularidade por outro em que os objectos e as relações sociais têm poderes causais que podem, ou não, produzir regularidades, e que podem ser explicados independentemente delas”, apontando assim para uma nova perspectiva das relações causais. Esta filosofia começou a ter impacto nas ciências sociais nos anos 1980 (*id.*, p. ix), onde acabou por dar origem a um novo método, que fez escola em geografia, onde foi muito desenvolvido e explicado justamente pelo geógrafo britânico Andrew Sayer, na que é a sua contribuição mais conhecida para a geografia e as ciências sociais (Pratt, 2004).

O realismo crítico tem também como questão central a conceptualização inerente ao trabalho científico (*id.*, p. 2), um aspecto também relevante neste estudo. A importância central dos conceitos faz com que seja “posto menos peso nos métodos quantitativos para a avaliação e descoberta de regularidades e mais peso em métodos para estabelecer a natureza qualitativa dos objectos sociais e as relações de que os mecanismos causais dependem” (*id.*, p. 3). É dada também importância ao facto de a produção de conhecimento ser uma prática social, e portanto sujeita a condições e relações sociais específicas e



muito dependente das particularidades da linguagem, que é a principal forma constitutiva do conhecimento (*id.*, p. 6).

Por outro lado, partilha-se a visão de que existe um mundo real que é independente do conhecimento que possa existir acerca dele (Sayer, 1992, p. 5), e que simultaneamente o mundo social não pode ser dissociado do conhecimento humano e que esse conhecimento, que se reconhece limitado, no mínimo afecta o nosso comportamento.

A natureza do tema escolhido – a evolução de um conjunto de sub-regiões de um espaço marco-regional durante um período em que se impõem globalmente um conjunto de políticas que conduzem a práticas que afectam a generalidade da população mundial – aponta já por si para “os mecanismos e estruturas subjacentes às relações sociais”, uma das preocupações típicas dos geógrafos realistas (Kitchin e Tate, 2000, p. 15-16), para as quais neste caso se pretende olhar a partir do processo de globalização decidido pelas principais potências do capitalismo, tentando perceber a relação entre as suas consequências e o desempenho socioeconómico das regiões da União Europeia num período relativamente longo.

A questão, resumida no título “Regiões Europeias Ganadoras e Perdedoras na Globalização Económica da Transição do Século XX para o XXI”, aponta para a ideia de atribuir importância aos mecanismos subjacentes à prática e política em que o mundo social se move – entendendo-se obviamente as práticas económicas como práticas sociais, enquadradas em práticas institucionalizadas de modo específico nas relações monetárias, mas não só.

Sem se recusar a importância da capacidade e iniciativa (*agency*) humana, considera-se que as acções individuais ocorrem no âmbito de uma infra-estrutura da qual a maioria não tem consciência, o que também é um ponto de identificação com o realismo crítico. Assim, vê-se a infra-estrutura quer como limitadora quer como capacitadora (Johnston, 1991, *apud* Kitchin e Tate, 2000, p. 15-16), o que talvez se possa resumir na palavra “condicionadora”.

Uma “característica-chave do realismo é salientar os mecanismos da explicação, e a sua tentativa para mostrar que o uso dessas estratégias explicativas pode levar a um corpo progressivo de conhecimento científico” (Pawson e Tilley, pp. 55-56), o que neste trabalho se reflecte na reflexão sobre a relação entre globalização e dinâmicas regionais e na explicação de como se influenciam mutuamente, de um modo assimétrico. A parte extensiva desta investigação permite perceber como se comportaram as regiões europeias do ponto de vista do desempenho socioeconómico no período considerado, tendo depois sido

estabelecidas algumas relações causais com a globalização, que permitiram chegar a explicações para os comportamentos encontrados.

Uma nota final para dizer que a escolha de uma perspectiva teórica não implica necessariamente que ela seja considerada superior a outras, ou que as rejeite. Indica apenas que se considera que ela é a mais adequada para o objecto de estudo escolhido e para a estratégia de análise que naquele quadro se privilegia e considera mais adequada. Isto quer dizer que se reconhece que muitas das correntes teóricas que foram dominantes nas ciências sociais, e na geografia em particular, em certos períodos são particularmente adequadas para o estudo de determinadas questões, e que o facto de deixarem de estar em voga não é em si um sinal de demérito.

#### **4. Os conceitos e a problemática**

As regiões europeias e a globalização são à partida noções óbvias para os europeus instruídos, e sobretudo para especialistas como os geógrafos, dado o carácter eminentemente territorial do seu conteúdo, mesmo se de âmbito algo impreciso, até pela hiper-sintetização implícita em noções expressas numa palavra ou curta expressão. Mas em ciência o “óbvio” não deve ser tomado como tal, sobretudo à partida para uma investigação, e impõe-se uma elucidação destas noções, para a sua consideração enquanto conceitos.

Por outro lado, definir o que se entende por “ganhar” e “perder” ao nível regional é uma questão bastante delicada em termos da controvérsia que pode gerar, bem como a noção que aqui se lhe associa de “desempenho socioeconómico”. Estes conceitos e a maneira como têm sido vistos na literatura mais recente, bem como a relação entre eles e a sua aplicação à escala regional, permitem configurar uma problemática, com a qual partiremos depois para o trabalho empírico.

Os ganhos e perdas associados aos espaços regionais começam a povoar os imaginários e os discursos públicos em Portugal desde pelo menos 1994, quando ficou relativamente popularizada a expressão “*As Regiões Ganhadoras*”, que Georges Benko e Alain Lipietz deram como título ao seu livro, editado naquele ano no país, sobre a nova geografia económica do pós-fordismo.

Ganhar tem como reverso perder e estes dois destinos opostos que podem ser vividos pelos/nos territórios – e por maioria de razão pelas regiões – acabaram por permear os discursos científico, político e mediático. “Ganhar” e “perder” surgem, deste ponto de vista, associados sobretudo à noção de desenvolvimento económico, à qual têm vindo a ser sucessivamente

adicionadas outras dimensões, a primeira das quais foi a social, de que resultou a consagrada expressão “desenvolvimento socioeconómico”.

No entanto, talvez herança da centralidade inicial da dimensão económica na noção de desenvolvimento ou talvez sinal dos tempos, a ideia de ganhos e perdas dos países e regiões tem também estado, durante a globalização neoliberal, muito associada ao que se designa por “competitividade” territorial, cujo papel tem sido enfatizado como sendo central para o desenvolvimento económico regional, levando a que nas últimas décadas a política regional se tenha centrado muito neste aspecto particular (Bristow, 2009, p. 26), apesar da emergência de conceitos de desenvolvimento mais vastos.

A “competitividade regional” é geralmente definida como a “atractividade” de uma região, vista como a sua capacidade para competir com outras localizações pela entrada ou retenção de capital e de trabalho especializado, num mundo em que uma das consequências da globalização foi a abertura de fronteiras, em diferentes graus, a estes factores de produção, o que lhes permite deslocarem-se com alguma facilidade. Em resultado deste contexto, as estratégias de desenvolvimento económico regional “estão baralhadas pela linguagem de vencer ou ganhar alguma forma de vantagem competitiva sobre outras regiões” (*id.*, *ibid.*). Além disso, continuam a registar-se diferenças regionais persistentes em países que perseguiram políticas de competitividade regional, havendo sinais da existência de “claros ganhadores e perdedores do jogo da competitividade regional” (*id.*, p. 27).

A ideia de “desempenho socioeconómico”, quando associada a territórios, tem por base que num dado momento a população de um dado território desfruta de condições de vida que se baseiam num sistema económico e eventualmente, no caso da escala regional, também em ajudas derivadas de lógicas de solidariedade a partir do Estado-nação ou mesmo de uma escala supranacional – como acontece na União Europeia, mas que não é um exclusivo seu. Essas condições de bem-estar e os níveis de produção a ele associados não são estáticos e a sua evolução ao longo do tempo não é sempre linear, o que permite pensar nessa evolução como tratando-se de um “desempenho”, pois tem a ver com a dinâmica da sociedade do território em causa (no caso deste estudo, regiões da UE) e do sistema económico que lhes está associado, o que depende também de escolhas de agentes a várias escalas.

No desempenho socioeconómico, é possível identificar por vezes ganhos e perdas em termos de rendimento e condições de vida, quer em termos absolutos quer relativos (maiores ou menores que noutros territórios), significando isto que o conjunto do sistema económico e social pode ir

produzindo tendencialmente mais, ou menos (ou estagnar...), e passar a garantir mais ou menos bem-estar à população que dele depende. Por outro lado, evoluções deste tipo ocorrem também noutros territórios, o que pode levar (e muitas vezes leva...) à alteração das suas posições relativas. De um ponto de vista teórico e abstracto, este quadro é de relativamente fácil compreensão e análise, mas levanta problemas de operacionalização.

A ideia de desempenho socioeconómico e a sua medição têm subjacente uma noção de capacidade da economia para gerar bem-estar, e uma determinada ideia de bem-estar, a qual tem uma componente subjectiva e ideológica não negligenciável. E, mesmo após ultrapassada essa questão, fica ainda por resolver o método a adoptar para a sua medição e o confronto entre a informação a que idealmente se deveria recorrer e a que está acessível de um modo que permita operacionalizar um trabalho com o tempo de execução e os recursos de uma dissertação de mestrado (estes dois aspectos serão tratados mais adiante).

Ultrapassada esta fase, e uma vez obtidos os resultados, fica a questão da interpretação do significado e razões das eventuais diferenças de dinâmica encontradas entre as regiões europeias no período considerado, bem como a da sua explicação e eventual relacionamento com as dinâmicas com origem no processo de globalização económica.

#### **4.1. Dimensões do desenvolvimento socioeconómico**

Para a interpretação dos resultados no que respeita às razões porque as regiões apresentam dinâmicas socioeconómicas mais ou menos diferenciadas, revela-se útil a perspectiva da resiliência regional, associada sobretudo a questões de desempenho económico, e que tenta perceber como as regiões se adaptam, com mais ou menos sucesso, à mudança dos contextos aos quais as suas economias são sensíveis. As regiões com maior/melhor resiliência serão então aquelas que vivam longos períodos de prosperidade e bem-estar regional, apesar das mudanças nas condições envolventes (Christopherson *et. al.*, 2010, pp. 3-10). A resiliência pode assim ser vista como a capacidade para resistir a choques do exterior, para o caso aqui relevante de tipo socioeconómico, mas que também poderão ser de carácter ambiental segundo Hudson (2009, p. 13), o que para este autor implica, entre vários outros aspectos, um maior grau de fechamento interno e menor dependência de decisões tomadas noutros locais.

Uma outra perspectiva do desempenho socioeconómico, talvez para estes efeitos complementar à da resiliência, conduz-nos à questão do desenvolvimento regional e das principais teorias que lhe estão associadas, visto que se vai comparar desempenhos durante um período de forte mudança de contexto geral, mudança essa que ficou conhecida precisamente por “globalização”, apesar de se poder considerar que foi a “globalização” enquanto processo de alteração de normas que deu origem à “globalização” enquanto novas práticas que geram um novo contexto económico mundial.

Ao associar desempenhos regionais às questões do desenvolvimento, várias perspectivas teóricas poderão ser invocadas. Pode revelar-se útil recorrer ao já referido conceito de *capabilities* (capacidades) regionais, desenvolvido a partir da ideia, defendida pelo economista Amartya Sen num artigo seminal (*Equality of What?*, 1980, pp. 218-220), de que a “igualdade de capacidades básicas” é um critério, se não perfeito, pelo menos a ter em conta, de avaliação da igualdade entre indivíduos, com a limitação de a sua aplicação ser dependente dos diversos contextos culturais. Esta ideia foi posteriormente desenvolvida pelo próprio Sen para aplicação como critério de desenvolvimento humano, no sentido de ver o desenvolvimento como uma expansão de capacidades (Sen, 2003), e chegou às abordagens do desenvolvimento regional.

No segundo daqueles textos, Sen argumenta que “a importância fundacional das capacidades humanas fornece uma firme base para a avaliação dos padrões de vida e da qualidade de vida” (*id.*, p. 54), o que deixa aberto o caminho para a sua aplicação também ao desenvolvimento associado aos territórios, e por isso também à escala regional. Isto é, dado que o desenvolvimento regional (ou a outro nível territorial) se refere a uma noção de bem-estar da população que o habita, podemos ver esse bem-estar como uma função do conjunto das suas capacidades individuais.

Por outro lado, pode-se também pensar no desempenho regional como uma função da capacidade da governação e sistema socioeconómico que lhe está subjacente para garantir capacidades aos indivíduos (por exemplo, através das oportunidades no sistema de ensino) ou para dotar as instituições regionais de capacidade para ajudar a gerar produção e bem-estar, o que transporta para o sistema institucional e para o conjunto da sociedade a lógica das capacidades como critério de avaliação do desenvolvimento.

Neste âmbito, Sen (*apud* Edwards, 2010) apontou cinco capacidades instrumentais: (1) liberdades políticas, que abrangem direitos civis e políticos; (2) recursos económicos, que consistem por exemplo na capacidade em utilizar os recursos para consumo, produção e comércio, o que implica por exemplo o

acesso a serviços financeiros; (3) oportunidades sociais, o que implica acesso a serviços de saúde e de educação; (4) garantias de transparência, que permitem a existência de transacções sem desconfiança ou riscos de corrupção, etc.; e (5) segurança protectora, que pode ser conseguida através da segurança social ou outras redes de apoio.

Sensivelmente a meio do período que este estudo pretende analisar, Robert D. Putnam publicava uma obra que veio chamar a atenção para o conceito de capital social como uma das dimensões relevantes das sociedades, e por consequência dos territórios por elas ocupados. “Por analogia com as noções de capital físico e de capital humano”, entendidos enquanto ferramentas/instrumentos materiais e formação que aumentam a produtividade individual, Putnam (2000, pp. 18-19) vem defender que a “ideia nuclear da teoria do capital social é a de que as redes sociais têm valor”, pois “os contactos sociais afectam a produtividade de indivíduos e grupos”.

Este conceito, cujo conteúdo tem sido controverso, ganhou relevância nos últimos anos, e no âmbito do desenvolvimento local e regional pode ser visto como respeitando às “características da organização social, tais como redes e normas, que facilitam uma acção coordenada mutuamente benéfica” (Evans e Syrett, 2007, pp. 55 e 70), considerando-se que é um factor relevante do desenvolvimento económico dos territórios. De um ponto de vista sociológico, pode ser visto como “a quantidade de confiança e reciprocidade entre indivíduos” (Barrutia e Echebarria, 2010, p. 372).

A noção de capital social e a relevância que lhe é atribuída no desenvolvimento regional pode ser vista também como um contribuindo para iluminar debates que já vinham de trás, como os da “economia, estudos de gestão, sociologia e geografia, que argumentam que a vida económica está ‘imbricada [*embedded*, no original] em relações sociais e por isso é grandemente dependente de uma mistura de instituições culturais, sociais e políticas” (Amin e Thrift, 1994, p. v, Vale, 1999).

#### **4.2. Globalização: como surgiu e as suas principais características**

A palavra “globalização” entrou no léxico comum algures nos anos 1990 e, de tão repetida, ganhou um estatuto de lugar-comum cuja utilização revela frequentemente que se espera que o seu conteúdo seja algo de adquirido, pelo menos entre os iniciados no vocabulário económico, que não necessita de explicitação. Em abono desta ideia, pode dizer-se que o economista Joseph

Stiglitz (2002) escreveu o seu livro *Globalização, A Grande Desilusão* sem explicar de uma maneira sistematizada a noção de globalização.

Entre as curtas referências que lhe faz, apresenta-a como a “supressão dos entraves ao comércio livre e uma maior integração das economias nacionais” (*id.*, p. 23). Ao longo desta obra, muito crítica da globalização económica e muito informada pela experiência pessoal do autor como chefe dos conselheiros económicos da Casa Branca durante a presidência de Bill Clinton nos Estados Unidos e economista-chefe do Banco Mundial, Stiglitz fala na globalização na sua vertente económica (incluindo-se aqui também aspectos financeiros e institucionais), e das suas consequências sociais nefastas em várias regiões mundiais, como no caso da Rússia pós-soviética, e sobretudo em países do mundo subdesenvolvido, ou em desenvolvimento, consoante as perspectivas e os casos.

Sendo de esperar que uma obra de um economista sobre a globalização se centrasse na sua dimensão económica, o facto de ignorar completamente outros aspectos e de expor consequências calamitosas das opções económicas sobre o bem-estar das sociedades não deixa de ser revelador da essência dos principais problemas a ela associados, e revela também que a palavra “globalização” e o seu uso constituam talvez uma nova “sabedoria convencional” (*conventional wisdom*), na formulação de Galbraith (1958/ 1998) para “as ideias que são estimadas em qualquer momento pela sua aceitabilidade” (*id.*, pp. 7-8), o que é visto por este autor como função da sua familiaridade, que é “um teste muito importante da aceitabilidade”.

Esta perspectiva crítica não é a vigente ao nível dos principais governos Ocidentais e mundiais, nem nas principais instituições internacionais. Pelo contrário, ao nível do poder político dominante tem prevalecido um entendimento positivo, ou pelo menos não crítico, da globalização económica de cariz neoliberal prevalecente.

A posição dominante, ou mesmo hegemónica (como adiante se explica), que defende a globalização económica e as políticas neoliberais que lhe estão subjacentes pode ser vista como genericamente coincidente com o que Cumbers e Mackinnon (2007, pp. 90-92) designam de perspectiva “hiperglobalista” da globalização económica, numa classificação em que consideram também a existência de uma posição “céptica” e de outra “transformacionista”, algures entre as duas anteriores.

A posição “hiperglobalista” é caracterizada por estes autores como entendendo em larga medida que existe uma economia global única, com o crescimento das empresas multinacionais e da finança global a sobreporem-se à organização

económica ao nível nacional, num processo que emergiu a partir do final dos anos 1970, quando alguns governos (com o dos EUA e o do Reino Unido a liderar) começaram a adoptar políticas neoliberais. Os “hiperglobalistas” consideram a globalização algo de “bom para nós, reduzindo a interferência do Governo”, e que o “comércio livre e o mercado livre vão beneficiar toda a gente a longo prazo” (*id.*, p. 90). Simultaneamente, consideram que agrupamentos (*clusters*) geográficos de actividades económicas a escalas subnacionais emergem e caem em função das forças de mercado (ao mesmo tempo que alguns chegam a postular o fim da geografia, por a distância e a localização deixarem de importar), e vêem a globalização como inevitável e os governos como impotentes para intervir, excepto para propiciar um ambiente de negócios favorável.

Num extremo oposto, os mais cépticos chegam a considerar a globalização “um mito”, que serve para “mascarar o projecto neoliberal”. Isto porque as empresas continuam a ter uma inserção predominantemente nacional e os fluxos comerciais e de investimento estavam concentrados entre os Estados avançados, estando a economia mundial mais globalizada entre 1890-1914. A globalização é considerada “má para nós”, porque “mercados livres sem restrições e o comércio internacional” (o que esta corrente tende a considerar como “a globalização”) “resultam em desigualdade e pobreza crescentes” (*id.*, *ibid.*).

Quanto aos “transformacionistas”, são caracterizados por Cumbers e Mackinnon como reconhecendo que a globalização envolve mudanças, com ligações e fluxos crescentes, mas consideram que ela não é inteiramente nova, tendo emergido a partir da expansão da Europa Ocidental desde o século XVI. Vêem-na como tendo aspectos bons e maus, de que são exemplos respectivamente as ligações crescentes e a desigualdade. Produz uma nova geografia, com novas formas de desigualdade, exclusão e diferença.

A origem e natureza da ideia de globalização é assim controversa, como acima ficou claro. Nota-se ainda que as posições que foram tipificadas pelos dois autores citados não esgotam a diversidade de posições que se podem encontrar, e representam obviamente simplificações que se justificam por conveniência analítica. Por exemplo, a controvérsia sobre se a globalização começou no século XVI ou no final dos anos 1970 não esgota a diversidade de posições sobre o assunto. Amartya Sen diz que, “durante milhares de anos, a globalização contribuiu para o progresso do mundo, através das viagens, migração, difusão de tendências culturais e disseminação de conhecimento e entendimento (incluindo da ciência e da tecnologia)” (Sen, 2002, p. 12).



A questão da desigualdade, referida por cépticos e “transformacionistas” (segundo a classificação acima usada), é também sublinhada pelo antropólogo francês Emmanuel Todd (1998), num livro dedicado a explicar o que considera ser a estagnação das sociedades desenvolvidas, com base em razões de natureza antropológico-culturais que em muitos casos vê como estando a montante das tendências económicas dominantes.

No que respeita à questão da desigualdade no mundo desenvolvido, Todd (1998, p. 139) afirma que “alguns elementos da teoria económica contribuem para uma explicação” do seu aumento no final do século XX, “em particular, o segmento interpretativo principal que associa o comércio internacional ao aumento da disparidade de rendimentos e ao desemprego”.

Esta ideia é sustentada nalgumas teorias económicas clássicas, como a dos suecos Heckscher e Ohlin, dos anos 1930, que “associa à abertura internacional das economias uma desigualização interna das economias” (*id.*, p. 15), porque associa a vantagem comparativa de determinado país no comércio clássico à sua dotação em factores de produção. Sucintamente, explica que há países com capital em abundância em relação ao trabalho, e aí consequentemente o trabalho é caro; outros, pelo contrário, têm factor trabalho em abundância em relação ao capital, e é o capital que é caro (sobre as diferentes perspectivas acerca das desigualdades regionais e dinâmicas que actuam no sentido da convergência e da divergência, ver p. 32).

A consequência, num contexto de abertura comercial como o que teve na entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), no final de 2001, um dos seus momentos altos, é que “nos países desenvolvidos, os salários dos indivíduos com baixas qualificações, postos a concorrer com a mão-de-obra ilimitada do Terceiro Mundo, vão baixar, e os dos trabalhadores fortemente qualificados, raros à escala mundial, vão aumentar, tal como a remuneração relativa do capital, outra raridade num planeta com forte crescimento demográfico” (Todd, 1998, p. 182). Através deste mecanismo, “o comércio livre permite a subida de desigualdades importantes nos países desenvolvidos, ou melhor, a introdução no seu seio das desigualdades mundiais” (*id.*, p. 181).

No mesmo sentido, Dunn e Ingram (1996, p. 73, *apud* Todd, 1998, pp. 182-183) observam no seu manual de economia internacional que “a redistribuição de rendimentos induzida pelo comércio internacional torna muito problemática a anterior conclusão de que o comércio livre deve aumentar o bem-estar económico nos dois países. Se bem que o rendimento total (PNB real) aumente claramente em cada país graças ao comércio, certos grupos sociais ganham

muito enquanto outros perdem. O factor de produção relativamente abundante ganha, mas o factor raro perde” – segundo o mecanismo do modelo de Heckscher-Ohlin sobre comércio internacional (Nobelprize.org), concebido na década de 1920, pressupondo que o capital e o trabalho não se deslocam entre os países, o que já não é bem o caso actualmente.

Note-se no entanto que Todd não atribui à abertura comercial internacional e ao contexto económico em que ela se insere a causa primeira do aumento da desigualdade nas sociedades ocidentais. Vê-a antes como sintoma de uma evolução cultural prévia que “mudou o subconsciente das sociedades no sentido da desigualdade” (Todd, 1998, p. 139). Nesta perspectiva, “foi a aceitação teórica, subjectiva, da desigualdade que permitiu a subida de todas as desigualdades práticas, objectivas”, o que lhe permite falar na “realização do novo ideal desigualitário através da abertura comercial” (*id.*, p. 181).

Para uma abordagem sistemática ao conceito de globalização e uma história sucinta da sua origem, revela-se útil a síntese do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2006, p. 393), que a define como a dramática intensificação das transacções internacionais nas últimas três décadas, “desde os sistemas de produção e transferências financeiras à disseminação através dos media de informação e imagens por todo o mundo, ou dos movimentos em massa de pessoas, quer sejam turistas, trabalhadores migrantes ou refugiados” – e que dá assim uma ideia mais abrangente do fenómeno, que começa no campo económico mas passa também pelas comunicações e os movimentos de pessoas, associados à maior facilidade de transporte, a par de uma maior facilidade de mundialização de ideias e práticas culturais, mais frequentemente com origem nos EUA e alguns países europeus.

Foram os “extraordinários alcance e profundidade dessas interacções internacionais” que “levaram os cientistas sociais e políticos a verem nesta ruptura com as formas anteriores de interacção interfronteiriça um novo fenómeno, a que chamaram ‘globalização’” (*id.*, *ibid.*). No entanto, este autor considera também que aquilo a que geralmente se chama globalização “é um vasto campo social em que grupos sociais, estados, interesses e ideologias hegemónicos ou dominantes colidem a uma escala mundial com grupos sociais, Estados, interesses e ideologias contra-hegemónicos ou subordinados” (*id. ibid.*).

A emergência da globalização como fenómeno resultou de um consenso político, entre as principais potências industrializadas capitalistas, que se tornou dominante, ou mesmo hegemónico. Trata-se do que ficou conhecido como “consenso neoliberal” ou “consenso de Washington”, porque foi na capital dos

EUA que na década de 1980 aquelas potências o subscreveram, formulando aquilo que se pode considerar a dimensão prescritiva da globalização (*id.*, *ibid.*). Apesar de já há alguns anos dar sinais de enfraquecimento, “foi ele que nos trouxe onde estamos hoje”, dizia Santos em 2006 (p. 394), o que poderia repetir no momento em que estas linhas foram escritas. Cumbers *et al* (2003, p. 327) dizem também que, “no ambiente contemporâneo, o neoliberalismo podia ser visto como um discurso hegemónico”, o que vai no sentido da ideia de Santos (*ibid.*) sobre o carácter hegemónico do consenso neoliberal, associado a um campo social e político também hegemónico.

O conceito de “globalização” contém uma dimensão descritiva e outra prescritiva, talvez a que mais interessa para o presente estudo. Santos (*ibid.*) lembra que o consenso de Washington estipula que:

- As economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial.
- Os preços nacionais devem ajustar-se em função dos preços internacionais.
- Deve ser dada prioridade ao sector exportador.
- As políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação.
- Os direitos da propriedade privada devem ser protegidos eficazmente e internacionalmente.
- O sector empresarial do Estado deve ser privatizado.
- Deve haver liberdade de circulação de recursos (excepto do trabalho), investimento e lucros.
- A regulação estatal da economia deve ser mínima.
- As políticas sociais devem ter pouca prioridade no orçamento do Estado, deixando de ser universais, mas aplicadas apenas como medidas compensatórias para estratos sociais dados como mais vulneráveis.
- Os direitos políticos e cívicos têm uma prioridade absoluta sobre os direitos sociais e económicos.
- Eleições livres e mercados livres são dois lados da mesma moeda: bem comum alcançado através das acções de indivíduos utilitários envolvidos em trocas competitivas com o mínimo de interferência estatal.
- O consenso do primado do Estado de direito e do sistema judicial estabelece a necessidade de um novo quadro legal adequado às necessidades de

regulação do novo modelo económico e social baseado na privatização, liberalização e relações de mercado.

– Os direitos de propriedade e as obrigações contratuais devem ser garantidas pela lei e pelo sistema judicial, concebidos como mecanismos universais independentes que criam expectativas padrão para os negócios e consumidores e resolvem a litigância através de quadros legais que se presume que sejam aceites por toda a gente.

Esta descrição sistematizada da dimensão prescritiva da globalização – que podemos admitir que se tornou quase normativa dado o carácter hegemónico (Santos, 2006, p. 395) que veio a assumir – deixa claro que, além de económica, ela tem uma influência também política e social na vida das pessoas. E há também uma influência cultural que se faz sentir (Keith Hoggart, 2005, p. 207; Malheiros, 2001, p. 29).

Com base nestas ideias, podemos estabelecer três conceitos relativos à globalização mais relevantes para o trabalho que se segue: i) o grande incremento das interacções internacionais, ii) a natureza económica da globalização e iii) o carácter neoliberal da globalização.

Em primeiro lugar, a globalização pode definir-se sucintamente como i) um *“grande incremento das interacções e transacções internacionais a múltiplos níveis”*, com *“extraordinários alcance e profundidade”*, como observa Santos (2006). Manifesta-se sobretudo a partir de meados da década de 1980, sendo um fenómeno com base sobretudo em processos tecnológicos e político-económicos, e que nesta última dimensão é muito tributário do Consenso de Washington e das decisões das grandes potências do mundo ocidental daí decorrentes. Houve também uma crescente globalização de alguns aspectos de âmbito cultural, sobretudo no sentido de expansão da influência das ideias, estética e valores das potências hegemónicas.

Pode-se pensar que as interacções entre países e Estados distantes existem há vários séculos ou milénios à escala planetária, de forma mais óbvia desde os Descobrimentos marítimos portugueses, que ampliaram o âmbito e a dimensão do comércio entre a Europa e a Ásia, expropriando parte do negócio aos mercadores árabes e venezianos que utilizavam rotas terrestres (Rodrigues e Devezas, 2007). No entanto, o que fez com que as últimas décadas tenham ficado marcadas pela *“globalização”* foi a rápida e forte expansão das interacções deste tipo, com uma nova escala de dimensão, complementadas por outras. A par do aprofundamento e aceleração das relações comerciais e financeiras e da circulação de símbolos em geral, houve também novos fenómenos que se afirmaram, como uma intensificação a tal ponto da

circulação de capitais e do investimento transnacional e mesmo transcontinental que produziu efeitos generalizados sobre muitas sociedades, incluindo as europeias.

Por outro lado, o incremento das interacções e transacções manifesta-se sobretudo ao nível económico, sendo notório que o Consenso de Washington se estabeleceu tendo em vista em primeiro lugar esta dimensão da vida social, se bem que implique também mexer com outras – é a dimensão económica do fenómeno da globalização, a que mais controvérsia tem gerado nos planos intelectual e político, e a que se pode chamar ii) “*globalização económica*”, por conveniência de expressão e analítica. Note-se no entanto que muitas vezes a palavra “globalização” é utilizada em contextos específicos em que se poderia falar apenas de “globalização económica” ou em “globalização da economia”, o que, não sendo errado, dificulta por vezes a compreensão das especificidades em causa e a distinção deste dois conceitos.

Por último, dado o conteúdo ideológico e programático do Consenso de Washington (acima já sucintamente descrito), podemos dizer que a globalização do virar do século, e do milénio, é também iii) uma “*globalização neoliberal*”, na medida em que os princípios que defende prescrevem políticas liberais no que respeita à actividade económica, sobretudo em relação ao capital e sua circulação, bem como nas regras do comércio e do investimento internacional. O qualificativo de neoliberal, muito difundido, justifica-se por esta aceleração da liberalização das regras de funcionamento da economia (que em muitos casos se reflectem também no interior dos espaços nacionais) ter algum paralelo com o que se viveu no capitalismo ocidental até à Grande Depressão iniciada em 1929, após o que se seguiu um período de keynesianismo, com maior papel do Estado na economia. Após aquelas duas fases, o Consenso de Washington vem instituir de novo o predomínio da doutrina liberal entre os governos das potências dominantes do capitalismo, a qual já estava aliás a produzir efeitos nos EUA e no Reino Unido, respectivamente através da presidência do republicano Ronald Reagan e do Governo da conservadora Margaret Thatcher.

É argumentável que a globalização prescrita em Washington não respeita apenas à dimensão económica, abrangendo também aspectos ligados aos direitos políticos e cívicos, como eleições livres e liberdades individuais. No entanto, eles já estavam basicamente adquiridos no mundo ocidental na fase precedente, pelo que aqui os principais impactos práticos acabaram por se revelar na esfera económica, e não são condição necessária para que os Estados participem de forma activa na economia global – veja-se os casos da Arábia Saudita ou da China.

Para quem possa considerar um exagero a relação aqui estabelecida entre política e economia, e por essa via com o bem-estar à escala regional na Europa, a partir do facto político de alcance planetário que foi o consenso neoliberal de Washington, pode ser interessante lembrar a conclusão a que chegaram os economistas Ronald Findlay e Kevin O'Rourke (2007) quando estudaram a evolução do comércio mundial no segundo milénio: "Para muito do nosso período, o padrão do comércio *apenas* pode ser compreendido como sendo o resultado de algum equilíbrio militar ou político entre potências rivais" (p. xvi).

Assim, o seu livro tem um "ênfase continuado no conflito, violência e geopolítica", uma característica que os autores admitem poder surpreender muitos economistas, mas que dizem ser "inteiramente lugar-comum" para os historiadores (*id.*, p. xv). Findlay e O'Rourke mostram-se aliás muito descrentes no modo como os estudantes de economia tomam geralmente contacto com o comércio internacional, tão banal hoje em dia e muito potenciado pela globalização económica neoliberal. São-lhes apresentados países abstractos, com dotações diversas em factores de produção, em modelos onde "o cume possível do dissabor" é o "uso de tarifas, quotas, e outros instrumentos de política comercial" (*id.*, *ibid.*) que vão beneficiar alguns grupos sociais ou países em detrimento de outros. "Se a vida fosse assim tão simples", rematam.

Para estes dois autores, a dependência do comércio em relação à guerra e à paz "tornou-se tão evidente que se reflectiu no título" do seu livro – *Power and Plenty*, ou "poder e abundância". "A política determinou assim o comércio, mas o comércio também ajudou a determinar a política, ao influenciar as capacidades e incentivos a enfrentar pelos Estados" (*id.*, p. xvi).

#### **4.3. As regiões na era da globalização neoliberal**

As regiões europeias que vão ser consideradas neste estudo partem de uma definição estatística – são as NUTS 2, a primeira unidade territorial abaixo dos Estados nacionais que compõem a UE considerada para fins estatísticos pelo Eurostat. Proceda-se assim por uma questão prática que não põe de parte a necessidade de uma discussão do conceito e das perspectivas sobre a região, bem como do modo como eles se afirmam na literatura científica recente e da forma como se estabelece a sua relação com o contexto da globalização.

Esta opção prática, que nos poupa à preocupação de pensar sobre como conceber as regiões a estudar, não dispensa também uma incursão pelas mais recentes tendências sobre como têm sido vistas e concebidas as regiões e a sua

inserção no mundo, o que tem a utilidade de ajudar à interpretação dos resultados obtidos e a relacionar as tendências encontradas na União Europeia com os processos da globalização.

A questão da definição da região nos estudos regionais tem cerca de um século, com origem nos trabalhos pioneiros de Herbertson, Fawcett e De la Blache (Pike, 2007, p. 1143). As suas definições e conceptualizações ligaram-se frequentemente com tentativas para interpretar a essência, significado e natureza do território regional e as suas relações com o ambiente, a economia, sociedade, política e cultura, o que por um lado revela um âmbito que se pode considerar ser a força dos estudos regionais, mas que ao mesmo tempo frustra as tentativas para circunscrever o seu âmbito.

Invocar esta circunstância tem a utilidade de evidenciar que a multiplicidade de abordagens tem sido recorrente, e que por isso, por muito pouco comum que possa ser olhar para a evolução de um conjunto de regiões numa perspectiva comparativa de conjunto num contexto geoeconómico particular, isso não deixa de ser um ponto de vista possível, a acrescentar a vários outros. Mas o texto que estamos a invocar, o editorial de um número especial da revista *Regional Studies* subordinado ao tema “Whither Regional Studies?”, refere também a “recente ressurgência do interesse pela região nas disciplinas espaciais e nas ciências sociais mais em geral”, com novas visões sobre quais as melhores maneiras de empreender a abordagem regional. Pike (2007, p. 1144) vê nisto uma continuação da luta entre estruturalismo (as regiões como produtos derivados de mudanças mais vastas) e funcionalismo (as regiões como entidades dotadas de vários tipos e graus de meios e iniciativa (ou capacitação)).

No mesmo sentido, Ray Hudson (2007, p. 1150) fala também da reemergência do interesse pela região nos últimos anos, e diz que, “ao mesmo tempo que obteve um estatuto renovado na geografia, o significado da região – e, mais geralmente, da constituição espacial das economias e sociedades – veio a ser reconhecido como uma questão crítica em muitas das ciências sociais”. Além disso, cita Lovering (1999, p. 392) para frisar que, “no contexto da política e da prática, a região tem sido vista como uma – e mesmo a – unidade territorial chave na era da globalização (neo)liberal, a ‘unidade imaginada da competição’, ligada a uma variedade de medidas para devolver ao nível regional a responsabilidade pelo desenvolvimento socioeconómico e bem-estar regional”.

### *O novo regionalismo*

Esta perspectiva, que entre autores ingleses está envolvida com a questão da “devolução” de poderes às regiões empreendida pelo New Labour de Tony Blair, filia-se numa das referidas visões sobre a maneira de empreender a abordagem regional, a do “new regionalism”, na expressão em língua inglesa, e que em português pode ser designada como “novo regionalismo”, em que a região é vista como uma base fundamental da vida económica e social.

Nesta perspectiva, que também pode ser vista como mais territorial (no sentido em que ancora as suas análises mais nos territórios e nas suas características), foram desenvolvidas várias abordagens, que se podem distinguir, apesar de Painter (citado por MacLeod e Jones, 2007, p. 1182) considerar que, “as fronteiras que caracterizam os vários ‘novos regionalismos’ são frequentemente ‘incongruentes’”.

Mesmo assim, essa sistematização tem a vantagem de dar uma ideia da abrangência de campos que os estudos do novo regionalismo comportam. Assim, e seguindo a síntese apresentada por estes autores, podem-se distinguir três versões do novo regionalismo, consoante as perspectivas de abordagem: uma centrada em primeiro lugar na intensificação dos espaços subnacionais como produtos da acção político-administrativa, outra na geografia económica e outra mais directamente preocupada com as infra-estruturas extra-económicas.

A corrente do novo regionalismo centrada mais na capacitação político-administrativa é definida também como resultando (Brenner, 2004, citado por MacLeod e Jones, p. 1181) da redefinição das escalas dos espaços estatais, e na sua subsequente materialização em cidades e regiões como “novos espaços estatais” (num sentido lato, abrangendo algumas funções estatais sem soberania plena), com variantes consoante as áreas. Será o caso da “devolução” britânica, mas também do reforço de poderes das autonomias espanholas ou da reconfiguração dos modelos de governação nas áreas metropolitanas da América do Norte.

As outras duas abordagens são vistas por estes autores como sendo mais reconhecidas que a anterior e abordam o nível subnacional de um ponto de vista mais preocupado como o desenvolvimento económico. É o caso da abordagem da região mais centrada na geografia económica, com os trabalhos dos californianos Scott e Storper, centrados nos padrões locativos dos sectores de alta tecnologia do pós-fordismo, associados a processos de convergência de agrupamentos de redes de empresas e fornecedores que deram origem a espaços de produção como Silicon Valley. Desenvolveram a reflexão sobre a importância, considerada crucial, do apoio das infra-estruturas institucionais e



dos conjuntos organizacionais público-privados na capacitação regional e nos processos de inovação económica.

Finalmente, a abordagem mais directamente preocupada com as infra-estruturas extra-económicas, sobre como a relação entre o investimento directo estrangeiro (IDE) mediado pela inovação e um conjunto de infra-estruturas de apoio pode ajudar a transformar antigas regiões industriais, como os Grandes Lagos americanos, em regiões aprendentes (*learning regions*), ou estudos sobre a economia associativa na Emília Romana ou em Baden-Württemberg, com ênfase na importância do papel de organizações públicas e privadas na facilitação da infra-estrutura informacional de aspectos como a formação e a transferência de tecnologia; ou as análises da importância da “coesão institucional” para a constituição de um *stock* de conhecimento codificado e tácito e de uma agenda regional comum.

Subjacente a este novo regionalismo parece estar a ideia das regiões como parte de um mundo multi-níveis, com os níveis inferiores englobados em unidades de nível sucessivamente maior: o local, o regional, o estatal, o supra estatal, as macro-regiões à escala planetária... É uma visão de base territorial, olhando para os aspectos que diferenciam as regiões entre si.

### *Economia política internacional e região não confinada ou relacional*

No entanto, talvez as perspectivas mais relevantes para este trabalho residam noutra variante da literatura do novo regionalismo, associada à economia política internacional e ao impacto de decisões supranacionais nos espaços nacionais e subnacionais. Neste âmbito, enfatiza-se o modo como, mais ou menos em simultâneo com o novo regionalismo, os debates e pensamento contemporâneo sobre espaço, lugar e escala têm questionado a noção tradicional das regiões como entidades territoriais “fechadas” ou “confinadas”, desenvolvendo-se a ideia, “central para os estudos regionais”, da região como uma rede de conexões, uma topologia de relações – é a região como espaço relacional.

A perspectiva da economia política internacional tem a vantagem de alertar os adeptos dos estudos regionais subnacionais (por oposição à perspectiva regional supranacional desta corrente) para que a reestruturação das esferas territoriais não está estritamente limitada às relações entre o Estado central e os níveis subnacionais. Scott (2001, p. 814, citado por MacLeod e Jones, 2007, p. 1182) sugere que estaria em formação uma nova gramática do espaço,

caracterizada por “uma hierarquia multi-nível de relações políticas e económicas que vão do global ao local”.

Neste âmbito, Scott chama a atenção para quatro aspectos: (1) o aumento da actividade económica que implica relações transfronteiriças e a grande distância, o que leva à institucionalização de fóruns internacionais construídos politicamente, como o Banco Mundial, a OCDE e a Organização Mundial do Comércio; (2) uma consequência desta tendência é a criação de blocos multinacionais macro-regionais, como a NAFTA, ASEAN, APEC, e também a UE, esta vista como “uma aliança económica e política supranacional em expansão”. Por outro lado, (3) os Estados-nação continuam a ser importantes, e nalguns domínios são mesmo as forças dominantes que dão forma à paisagem contemporânea da economia política. Finalmente (4), chama a atenção para que, como já se disse acima, as sociedades actuais vivem uma grande intensificação da construção activa de instituições ao nível urbano e regional.

Esta visão é particularmente interessante, por fazer uma leitura mais adequada ao contexto político e socioeconómico que se vive na era da globalização neoliberal, com o seu dramático incremento de relações, muito especialmente de trocas comerciais e financeiras, mas com uma lógica que se afigura de facto multi-escalar e multi-local, determinada a partir de vários níveis de espacialidade, que escapam a uma análise puramente do ponto de vista da região, sem olhar para as instituições globais e globalizadoras.

Podemos distinguir as dimensões escalar e local porque os arranjos institucionais e os processos que permitem que a densificação das relações económicas internacionais atinja um nível que leve os cientistas a falar da globalização actual como um novo fenómeno têm subjacentes aqueles dois aspectos. Por um lado, são organizações (incluindo-se aqui empresas) e lógicas a várias escalas, como a global ou a regional, que permitem o funcionamento da economia nos moldes actuais. Mas é localmente que as suas decisões se materializam, e muitas vezes diferenciadamente, consoante as especificidades de contexto.

Em abono desta ideia, pode-se pensar que são fóruns internacionais globais como o FMI ou a OMC que, com base em regulamentos específicos resultantes de acordos políticos de alcance planetário, permitem que se banalize a organização de processos produtivos de âmbito planetário por uma mesma empresa, e possibilitam que grandes regiões apresentem uma especialização à escala planetária. Simultaneamente, são políticas e condições nacionais ou regionais específicas que muitas vezes determinam a instalação de actividades económicas, que, por sua vez, podem ter processos produtivos organizados à

escala regional ou local, independentemente de os seus “produtos” poderem ser intermédios e inserir-se numa cadeia de produção que tem um âmbito macro-regional ou mesmo planetário. Mas, mesmo quando são articulados com uma lógica global, estes processos produtivos acontecem em locais específicos, cada um com o seu contributo e, por isso, decorrem de organizações a diferentes escalas e são também multi-locais, no sentido em que mobilizam vários locais – e provavelmente não haveria globalização se os processos locais não estivessem inseridos em lógicas a várias escalas.

A ideia da região como espaço relacional afigura-se por isso também como particularmente adequada para o entendimento do funcionamento e da lógica das regiões na era da globalização, e talvez seja essa a razão por que entender a região como uma unidade fixa e demarcada tenha sido questionado por vários autores no contexto da globalização. Como defensores da ideia da região relacional, não confinada, Pike (2007, p. 1144) cita Hudson (2007), MacLeod e Jones (2007) e ainda Lagendijk (2007).

A abordagem relacional “vê as entidades geográficas – o que é o caso das regiões – como sendo constituídas por relações sociais espacializadas e disseminadas no espaço e que se manifestam sob formas materiais, discursivas e simbólicas”. Segundo o relato de Pike (*ibid.*), no novo contexto de interconexão e interdependência, “as ‘regiões’ são definidas pelas suas ligações e relações dentro e fora de qualquer limite territorial previamente definido”, e é nesse sentido que são vistas como “abertas, porosas e ‘não limitadas’ [*unbounded*, no original]”.

O conceito da região como uma entidade relacional no contexto da globalização, a par da perspectiva da economia política internacional, permite sustentar melhor a ideia de que a globalização é uma importante força de influência contextual sobre o desempenho socioeconómico das regiões, e portanto também das regiões da União Europeia.

Por outro lado, o esbatimento das fronteiras económicas entre os Estados-nação “sublinhou uma recomposição da hierarquia internacional dos espaços produtivos”, nota Lasserre (2008, pp. 282-283), para quem “esta hierarquia já não integra apenas os Estados, mas permite doravante perceber diferenças regionais no interior destes, em suma, evidenciar, identificar, novos pólos de crescimento que antes não eram identificados separadamente do seu Estado.”

E assim podemos também pensar que, em vez de disjuntas ou antagónicas, quer as perspectivas do novo regionalismo quer a da região relacional podem ser vistas como complementares. Hudson (2007, p. 1156) argumenta no mesmo sentido, considerando que “as concepções das regiões ‘territorialmente

imbricadas' [*embedded*, no original] e 'relacional e não confinada' são alternativas complementares, que as regiões que existem na realidade são um produto da luta e tensão entre processos territorializadores e desterritorializadores". No entanto, neste estudo não será desenvolvida uma análise das NUTS 2 num quadro relacional (que requeria uma metodologia diferente), mas antes estrutural – a sua evolução socioeconómica à luz das tendências globais, vistas no período analisado como sendo as mais relevantes.

Esta ideia de Hudson apoia-se no facto de algumas regiões procurarem algum grau de fechamento para evitarem decisões de desinvestimento (por exemplo, deslocalizações feitas em função da lógica da mão-de-obra mais barata, que é possível devido à supressão de várias barreiras fronteiriças), na sequência de investigação que sugere que "ênfatizar a abertura e a conectividade como pré-requisitos do desenvolvimento económico regional pode levar a problemas de fuga, dispersão e incoerência estrutural nas economias regionais", comprometendo assim a sua viabilidade. E é devido a esses riscos que existem "actores sociais e políticos a procurar frequentemente o aumento da extensão do fechamento regional" e que representam as regiões como "fechadas contínuas e internamente homogéneas e, como tal, objectos mais viáveis das políticas e sujeitos legítimos que procuram moldar as políticas".

Mas como estabelecer a relação entre a globalização e o desempenho regional? Uma perspectiva que se revela adequada para o objectivo deste trabalho é a do geógrafo David Harvey, que entende "o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento desigual [*uneven*], temporal e geográfico" (2000, p. 60). Vê mesmo a ascensão preeminente do termo "globalização" como sinalizando "uma profunda reorganização geográfica do capitalismo, tornando cada vez menos significativas muitas das pressuposições em relação às unidades geográficas 'naturais' em que se desenvolve a trajectória da história do capitalismo" (2000, p. 57).

Harvey também fala das economias de aglomeração, que "geram uma dinâmica locativa em que a nova produção tende a ser atraída pelas localizações de produção existentes" (2004, p. 75), e da "muita atenção" que tinha sido dada às "dinâmicas 'auto-organizadoras' de concentração e centralização do capital no espaço. A causalidade circular e cumulativa assegura assim que as regiões ricas em capital tendem a ficar mais ricas, enquanto as regiões pobres vão ficando mais pobres".

A ideia da globalização como gerando desenvolvimento desigual pode ajudar a explicar a tensão entre processos territorializadores (que tendem a delimitar e concentrar os sistemas económicos no território, sob controlo local) e

desterritorializadores (que promovem a abertura dos sistemas e dispersão de actividade) identificada por Hudson (2007, p. 1156). Isto porque é de admitir que os primeiros se tornem mais frequentes em regiões mais vulneráveis à concorrência global ou ao esvaziamento socioeconómico, por efeito por exemplo de tendências de concentração induzidas pela maior escala dos mercados, enquanto em regiões mais capazes de ganhar neste contexto seja de admitir que haja mais agentes a actuar no sentido da abertura.

No entanto, estas tensões dependerão em grande medida dos agentes e das suas iniciativas (o *agency* dos autores anglo-saxónicos), não só dos agentes regionais, mas também dos que a partir de outros locais actuam com consequências sobre os espaços regionais – a partir dos Estados nacionais e de organizações internacionais, ou de empresas, multinacionais ou mais locais. Assim, é de admitir que a referida tensão entre processos territorializadores e desterritorializadores seja vivida quer dentro das regiões, entre actores com visões conflituantes sobre estas duas opções, quer entre regiões distintas (umas mais abertas que outras, e/ou a defenderem políticas de maior abertura geral do que outras).

Posto isto, de um ponto de vista conceptual, também não podemos dizer que a perspectiva territorial e a perspectiva relacional sejam incompatíveis. Pode-se dar mais atenção a uma ou outra destas perspectivas, que também podem assumir importâncias diferentes em diferentes regiões em concreto, em função da sua inserção na economia nacional e mundial. Mas não há razão para pensar que estas duas dimensões – territorialmente inserida e relacional – não coexistam sempre nalguma medida, mesmo nas regiões mais dinâmicas e mais bem inseridas na economia global.

#### **4.4. Desenvolvimento, progresso social e desempenho regional**

A ideia de “desempenho socioeconómico” regional, subjacente às dinâmicas ganhadoras ou perdedoras das regiões europeias durante a globalização, associa a dimensão económica da produção com a dimensão social das condições de vida do conjunto da população, e ainda a dinâmica demográfica respectiva. Esta combinação de aspectos afigura-se como bastante completa, e a medição da sua evolução no período considerado permite chegar a uma caracterização dos vários tipos de dinâmicas<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A operacionalização desta ideia é exposta no capítulo metodológico. Adianta-se já que o conjunto de informação estatística por NUTS 2 desejável não está no entanto inteiramente disponível no Eurostat. A informação existente permite contudo conseguir uma boa

A noção originária de que esta ideia de desempenho socioeconómico é herdeira será talvez a de “desenvolvimento económico regional”, que foi durante muito tempo definido como resultado do crescimento do produto (particularmente do produto por habitante, expresso pelo PIB ou pelo PNB) e da produtividade, tal como aliás aconteceu com a noção de desenvolvimento económico em geral, mais amplamente divulgada e discutida em função dos resultados e do nível de desenvolvimento dos Estados-Nação.

Estes indicadores medem essencialmente a produção de mercado, mas têm sido – e continuam a ser, sobretudo o PIB – muitas vezes abusivamente utilizados e/ou interpretados como uma espécie de medida do bem-estar geral das sociedades, apesar de muitas vezes isso ser feito assinalando as limitações da sua utilização para esse fim. Nesses casos, assume-se um pouco que se trata da aproximação possível, e talvez a mais prática (devido ao fácil acesso a estes dados), à medição do bem-estar...

Esta noção de “desenvolvimento económico” foi durante muito tempo apresentada e percebida como respeitando ao “desenvolvimento” em geral e, para além da discussão teórica, começou a entrar em recuo mais notoriamente, em termos do discurso técnico e político mais comum no espaço mediático, desde que em 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento começou a divulgar anualmente um novo indicador sintético para a generalidade dos Estados do globo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), através dos seus Relatórios do Desenvolvimento Humano. Este indicador alia ao tradicional produto (PIB em paridades de poder de compra) a esperança média de vida à nascença, o número médio de anos de escolaridade dos adultos com 25 anos de idade e os anos de escolaridade esperados para as crianças em idade escolar, e constituiu uma inovação por reunir pela primeira vez numa única estatística um quadro de referência que combina o desenvolvimento/ rendimento económico com o desenvolvimento social (<http://www.hdr.undp.org>).

Mais recentemente, duas outras iniciativas vieram chamar a atenção para a necessidade de complementar o PIB (o indicador mais comum de produto económico) com outros indicadores para medir o progresso económico e social. Primeiro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) deu início em 2004 a um Projecto Global para Medir o Progresso das Sociedades (Global Project on Measuring the Progress of Societies), que pretende desenvolver um conjunto de indicadores-chave, de âmbito económico,

---

aproximação ao resultado pretendido, pelo menos do ponto de vista daquela que tem sido a perspectiva dominante sobre como medir o desenvolvimento económico e social.

social e ambiental. Para além de representar a assunção, por uma das organizações representativas do sistema económico ocidental, das fortes limitações do método tradicional de associação, ou mesmo identificação, entre produto e desenvolvimento, esta iniciativa dá mais um passo na abrangência com que se pretende olhar para o progresso social (OCDE, Measuring the Progress of Societies), justamente ao incluir indicadores ambientais nas suas preocupações, cuja utilização se tem vindo a generalizar e entre os quais o relativo à pegada ecológica (<http://www.myfootprint.org/>).

No site do projecto Measuring the Progress of Societies, que tem entre os seus objectivos fazer com que os serviços estatísticos e os peritos académicos “trabalhem com representantes das suas comunidades para produzirem informação de alta qualidade baseada em factos”, encontra-se também um quadro cronológico da evolução das medidas relativas ao progresso, onde se classifica o seu desenvolvimento em três estádios. Primeiro, desde os anos 1920 até 1960, temos o Estádio Material, associado aos indicadores económicos (PIB e PNB). Segue-se, de 1960 a 1990, o Estádio Social, em que aqueles são complementados com indicadores sociais, ligados a aspectos como a saúde, a felicidade, o bem-estar. A partir de 1990, entra-se então no Estádio Global, em que àquelas duas dimensões se soma a dos indicadores ambientais.

Em Fevereiro de 2008, o Presidente de França, Nicolas Sarkozy, pediu a um conjunto de economistas (que incluía cinco prémios Nobel, entre os quais Joseph Stiglitz e Amartya Sen) para constituírem uma Comissão que propusesse novas formas de medir o desempenho económico e o progresso social, designada “Commission sur la Mesure des Performances Économiques et du Progrès Social”. Às preocupações já previamente expressas pelas dimensões económica e social do desenvolvimento, agora já associado à noção de progresso, soma-se a questão da qualidade ambiental, inerente ao desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, introduziu-se um novo aspecto, tanto quanto é possível perceber, entre as instituições centrais de poder do mundo desenvolvido.

Efectivamente, ao querer afastar-se de um sistema de indicadores baseado na produção para outro baseado no bem-estar das pessoas, a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (como também ficou conhecida) propôs a consideração de novos indicadores para medir dimensões subjectivas do progresso social e bem-estar, como a liberdade, a segurança e a satisfação (Commission sur la Mesure..., 2009, p. 13-16), à semelhança do que já tinha acontecido com a Declaração de Istambul, no II Fórum Mundial da OCDE sobre Estatísticas, Conhecimento e Políticas de 2007, no âmbito do Projecto Global para Medir o Progresso das Sociedades.

Esta nova dimensão do desenvolvimento e do bem-estar engloba aspectos como as expectativas e níveis de satisfação dos indivíduos, o modo como utilizam o tempo, o seu trabalho remunerado e não remunerado, as suas capacidades, as relações que têm com os outros, a sua voz política e participação na vida pública (*id.*, p. 16).

A noção tradicional de desenvolvimento é também desafiada a partir da área dos estudos regionais, onde durante muito tempo e para muita gente a definição do desenvolvimento económico regional “tem sido uma não questão”, e em que o significado e a substância da “economia” têm sido vistos como “auto-evidentes” (Hudson, 2007, p, 1156). Também aqui, o desenvolvimento das economias regionais tem sido visto como o resultado do crescimento do produto, especialmente da produtividade e do produto por habitante.

O efeito disto, segundo Hudson, é que o desenvolvimento económico regional tem sido definido como o crescimento económico regional, e o crescimento dentro da economia formal dominante. Trata-se de uma definição obviamente limitada, mesmo tratando-se de desenvolvimento *apenas económico*, o que à partida já supõe que se deixa de fora aspectos como os que acima foram referidos para o desenvolvimento humano, bem como a evolução demográfica da região.

Não vendo nada de intrinsecamente errado nesta definição dominante, Hudson assinala contudo que ela “circunscreve drasticamente o pensamento sobre, e a definição, quer de ‘economia’ quer de ‘desenvolvimento’”. Pode-se pensar, por exemplo, como o próprio assinala, que esta maneira de olhar para a economia deixa de fora uma série de práticas da economia social, desde algumas empresas sociais mais próximas do mercado até aos sectores tradicionais do voluntariado e da caridade, que fornecem produtos e sobretudo serviços socialmente úteis, mas fora da economia dominante de mercado, não sendo contabilizados no PIB.

Por outro lado, Hudson (tal como Harvey, 2000) alerta para que “o desenvolvimento desigual é uma componente integrante das economias capitalistas” (2007, p. 1156), e que umas regiões vão ficar acima das médias e metas nacionais, e outras abaixo – o que pode ser visto, nalguma medida, como umas terem sucesso e outras falharem, ou ainda como umas “ganharem” e outras “perderem”. Assim, para este autor não há uma “idade de ouro neoliberal em direcção à convergência regional, a um desenvolvimento justo só por si” (*id.*, *ibid.*) – o que é uma das suposições na origem deste estudo.

Esta perspectiva, que pode ser identificada com a visão crítica derivada das perspectivas mais estruturalistas das desigualdades de desenvolvimento, tem



como contraponto as teorias neoclássicas, que “destacam a influência dominante dos factores endógenos, internos ao próprio território, além de pressuporem uma tendência espontânea para a convergência, ainda que com matizes diversas” (Méndez, 1997, p. 337), o que acaba por reduzir a importância outorgada às políticas públicas de reequilíbrio.

Deste modo, por darem maior ênfase às relações interterritoriais e aos factores externos na explicação das diferenças de desempenho, as teorias críticas estruturalistas parecem estar à partida em melhor posição para explicar os impactos do exponencial crescimento do comércio e das relações económicas internacionais em geral no contexto da globalização. Estas teorias consideram genericamente que as relações interterritoriais tendem a gerar mais desigualdades e a aprofundá-las, a não ser que haja intervenções públicas que corrijam a progressiva divergência inerente à lógica capitalista (*id.*, p. 341).

Isto não quer no entanto dizer que, na análise de resultados, se ponham necessariamente de parte diferenças resultantes de factores endógenos e da iniciativa (*agency*) dos actores (regionais ou outros), que nos últimos anos se têm reflectido na literatura que enfatiza a importância da capacidade institucional dos territórios no seu desempenho económico, ou da capacidade de inovação associada ao crescimento económico.

Conforme foi exposto, a definição dominante do desenvolvimento não considerou durante muito tempo mais do que a questão da produção (traduzida mais directamente pelo PIB e a qual esteve na base da argumentação destas duas escolas de pensamento). Os padrões de consumo, as condições e estilos de vida das populações, a distribuição do rendimento e da riqueza, equidade social e ambiental, que deverão ser centrais em qualquer estratégia sustentável de desenvolvimento socioeconómico, eram aspectos muito ausentes das preocupações manifestadas. A visão até agora prevalecente do desenvolvimento regional tem dado muito pouco relevo a estas dimensões da vida social, se bem que, como acima se viu, haja sinais de mudança a esse nível. Trata-se assim, claro está, de uma agenda que pressupõe uma noção de desenvolvimento mais vasta que a estritamente económica.

Em *O Espírito da Igualdade* (2009), Kate Pickett e Richard Wilkinson explicam a relação entre igualdade e bem-estar no mundo desenvolvido. A sua conclusão é que as sociedades desenvolvidas, como poderemos classificar as de todos os países da UE, funcionam geralmente melhor quando são mais igualitárias, porque, nestes países, maior igualdade tende a produzir em geral mais bem-estar.

Pode-se admitir facilmente que esta conclusão se aplicará também à escala regional, até porque, nas exaustivas análises estatísticas que empreenderam, aqueles autores chegaram à mesma conclusão para os estados dos Estados Unidos da América (*id.*, p.43), a partir de um índice de indicadores sociais e de saúde, que foi calculado para um conjunto de 23 países desenvolvidos (onde se inclui Portugal) e para cada um dos estados norte-americanos.

Nos países mais pobres, o crescimento económico “continua a ser muito importante para o bem-estar humano. Os aumentos nos seus padrões de vida material resultam em melhorias substanciais tanto nos indicadores objectivos do bem-estar como na esperança de vida e também em indicadores subjectivos como a felicidade. Mas, à medida que as nações se juntam às fileiras dos países ricos e desenvolvidos, as subidas adicionais nos rendimentos são cada vez menos importantes”, notam Pickett e Wilkinson (p. 29), investigadores britânicos que cruzam interesses na área da epidemiologia com os de várias outras ciências.

A partir de certo ponto, “os países alcançam inevitavelmente um nível de abundância em que os ‘rendimentos decrescentes’ começam a manifestar-se e o rendimento adicional adquire cada vez menos saúde, felicidade ou bem-estar adicionais” (*id.*, p. 31) e, nessa situação, somos afectados “mais distintamente pelas diferenças de rendimento dentro da própria sociedade do que pelas diferenças de rendimento existentes entre sociedades ricas” (*id.*, p. 32). Isto percebe-se ao constatar que, por exemplo, entre os países ricos, “há alguns países com quase o dobro da riqueza de outros sem haver qualquer benefício no tocante à esperança de vida. Contudo, dentro de qualquer desses países as taxas de mortalidade relacionam-se de forma estreita e sistemática com o rendimento” (*id.*, p. 33). A evidência não se limita a exemplos específicos.

O índice de indicadores sociais e de saúde acima referido foi calculado com base em dados sobre aspectos do desempenho social como nível de confiança, doenças mentais, esperança de vida e mortalidade infantil, obesidade, desempenho educativo das crianças, gravidezes na adolescência, entre outros (*id.*, p 40). E foi cruzando este índice com a desigualdade de rendimentos que se percebeu que “há uma tendência muito forte para que os problemas sociais e de saúde ocorram com menos frequência nos países mais igualitários” e que “não existe uma tendência tão nítida de resultados melhores nos países mais ricos” (*id.*, p.42).

As conclusões apresentadas neste livro são bastante peremptórias, e parecem solidamente alicerçadas numa vasta informação quantitativa e numa também vasta revisão bibliográfica. Para os autores, “os problemas nos países ricos não

são causados pelo facto de a sociedade não ser suficientemente rica (nem sequer por ser demasiado rica), mas sim pelo facto de a escala de diferenças no seio de cada sociedade ser demasiado grande” (*id.*, p. 47). Os problemas sociais e de saúde são “mais comuns nas áreas carenciadas da nossa sociedade e são muito mais comuns ainda nas sociedades desiguais” (*id.*, p. 48), o que se percebe por nestas últimas as áreas carenciadas serem mais vastas do que nas sociedades mais igualitárias. Por outro lado, dizem ainda que “as provas mostram que reduzir a desigualdade é a melhor forma de promover a qualidade do ambiente social e, por conseguinte, a verdadeira qualidade de vida de todos nós” (*id.*, p. 52).

Temos assim quase todos os ingredientes para a operacionalização da noção de desempenho socioeconómico regional, a que falta adicionar a dinâmica demográfica. Não é comum encontrar referência a esta preocupação na literatura sobre desenvolvimento em geral, e pode-se admitir que uma região ou país possa ter um bom nível de desenvolvimento socioeconómico, e com melhorias sucessivas, ao mesmo tempo que a população decresce e não rejuvenesce. No entanto, isto deverá ter alguns limites, pois teoricamente faz sentido pensar que decréscimos significativos de população num dado território deverão ter impacto sobre a capacidade da sua economia para melhorar ou mesmo manter os níveis de bem-estar da população, se bem que seja de admitir que isso possa ser mitigado por aumentos de produtividade e pela eventual ajuda externa – do Estado central para as regiões, ou mesmo a um nível macro regional, como acontece na União Europeia com a política de Coesão e os fundos estruturais.

A este respeito, uma situação que pode servir como exemplo de dinâmica negativa é o da desertificação humana e envelhecimento em muitas áreas do Interior de Portugal, que está a comprometer a qualidade de vida das populações que se mantêm nesses locais. Até recentemente, essa desertificação constituía uma preocupação do poder central, tendo sido assumido que assim deixou de ser já durante o primeiro Governo de José Sócrates, pelo então secretário de Estado do Ordenamento do Território, João Ferrão (Madeira, 2007).

É razoável admitir que num mundo globalizado, em que os transportes e as comunicações estão radicalmente facilitados face ao cenário de há poucas décadas, seja mais viável que regiões com povoamentos mais esparsos mantenham padrões de vida e de serviços às populações consentâneos com os níveis mínimos desejáveis, e que economias mais pequenas consigam viabilizar-se numa lógica de nicho, tirando partido justamente da maior facilidade de

transportes e comunicações e também de mercados globais mais vastos, que podem suportar especializações mais intensas.

Mesmo assim, este processo deverá ter os seus limites e podemos sempre perguntar-nos se não será mais saudável para as sociedades e territórios terem um nível mínimo de densidade demográfica e de peso da população jovem, ele próprio indicador de vitalidade social. Efectivamente, as baixas densidades têm inerentes custos associados à extensão de infra-estruturas e equipamentos e à sua eventual subutilização, e a manutenção em boas condições de populações envelhecidas também coloca maior pressão financeira sobre as sociedades. Inversamente, podemos interrogar-nos sobre até que ponto o incremento das densidades e a concentração são desejáveis.

Por isso, no conceito de “desempenho socioeconómico” aqui adoptado, entramos em consideração com a variação da população como uma das suas dimensões. Além da questão da pertinência da dimensão demográfica para o “desempenho” ou o desenvolvimento”, de um ponto de vista geográfico não é indiferente o tipo de distribuição da população nos territórios. E, num contexto de envelhecimento populacional, em que se perspectiva que ele se acentuará em muitas áreas, a questão demográfica assume maior relevância.

Como definimos então o desempenho socioeconómico regional, que tem por base os conceitos de desenvolvimento e bem-estar, com vista à sua operacionalização neste estudo? A partir das medidas clássicas da economia, como o produto e a produtividade, a que mais recentemente foram acrescentadas as dimensões da capacidade de inovação e da intensidade tecnológica, e também das questões associadas às condições de vida em geral, que reflectem uma dimensão mais sociocultural – como a saúde e bem-estar, o nível de instrução, estas últimas também defendidas por Pike e Hudson, e ainda o sentimento de bem-estar das populações.

Esta definição foi pensada sem ter em conta o leque diminuto de dados estatísticos disponíveis. A adopção de uma medida mais limitada, por uma questão prática, não significa no entanto uma recusa ou inobservância das ideias mais recentes relativas ao modo desejável de medir o progresso económico e social, as quais se aprecia. Quer antes dizer que é preciso pensar o trabalho de investigação em termos exequíveis e que por isso temos de nos limitar à informação existente. Assim, seria desejável poder considerar também a questão da repartição de rendimentos e da desigualdade em geral, bem como a qualidade ambiental e a avaliação do bem-estar e da felicidade feita pelas próprias populações – mas a ausência de informação faz com que tal não seja possível.

#### **4.5. As principais perspectivas da geografia económica**

O olhar para o desempenho socioeconómico regional está muito ligado às perspectivas dominantes na geografia económica, e por isso torna-se também importante conhecer as suas tendências mais recentes, sobretudo no que respeita às relações entre o desenvolvimento/ desempenho regional e a globalização. Além do mais, está disponível em documentos da Comissão Europeia alguma informação sobre as tendências que aqui se pretende estudar, o que também ajuda a situar a questão.

A leitura de alguns textos de geografia económica não deixa margem para dúvida quanto à tendência territorial dominante nas últimas décadas – a aglomeração e concentração da actividade em torno das áreas onde à partida já estava mais concentrada. A actividade económica sempre se distribuiu de forma desigual no espaço, uma característica que passou a ser mais acentuada a partir da Revolução Industrial, pois, para seu uso directo, a indústria e os serviços consomem muito menos território do que a agricultura.

Contudo, no período entre as décadas de 1960 e o início dos anos 1980, as teorias predominantes para a explicação dos padrões geográficos do desenvolvimento económico enfatizavam a sua dispersão territorial e tendiam a ignorar a possibilidade de ele se concentrar fortemente em certos locais – cidades, regiões ou países – e assim poder gerar divergências a longo prazo entre regiões e países (Comissão Europeia, 2009, p. 4).

Nesse período, essas teorias podiam apoiar-se nas tendências então dominantes nos EUA e na Europa, que após a II Guerra Mundial viveram um prolongado período de convergência económica generalizada, tanto ao nível nacional como ao nível regional. Eram as teorias neoclássica e de Heckscher-Ohlin, sobre comércio e integração, baseadas no princípio das vantagens comparativas. No entanto, essas teorias tinham muito menos suporte a uma escala mais vasta, se pensarmos em termos de mundo desenvolvido e subdesenvolvido.

Aliás, mesmo nessa época não havia um consenso muito forte sobre esta questão. Em 1955, o economista francês François Perroux expunha a teoria da polarização, que foi depois transposta para o plano territorial por Boudeville (Méndez, 1997, p. 343). Esta teoria parte do princípio de que o crescimento económico nunca se produz de modo uniforme, mas que surge em determinados lugares que reúnem condições particulares (como acontece na teoria neoclássica) para neles se instalarem actividades motoras, geralmente industriais, com capacidade para induzir efeitos multiplicadores em seu redor, ao aumentar a oferta e procura de bens e serviços (*id.*, *ibdi.*). Esta ideia dos

pólos de crescimento pode ser vista como precursora da de Krugman (1991) sobre a tendência de concentração induzida pelos rendimentos crescentes que resultam da decisão inicial de localizar uma indústria, mas que este economista norte-americano modelizou matematicamente.

Desde os finais dos anos 1980, e sobretudo a partir do início da década de 1990, surge evidência de uma forte tendência de divergência entre as regiões da Europa Ocidental (Barca Report (1), p. 4), alargando-se a divergência dentro dos Estados nacionais. E com um padrão territorial razoavelmente claro, decorrente pelo menos em parte do contexto de globalização da actividade económica. “A integração económica e a globalização estão a libertar forças que parecem estar a beneficiar as regiões centrais de cada país, frequentemente em detrimento da periferia. Isto está a acontecer virtualmente por todo o mundo” (*id.*, *ibid.*).

Na Europa, isso está em linha com o padrão geral que evidencia, na maioria dos casos, um melhor desempenho das grandes cidades do continente face ao das outras regiões, quer dentro dos seus países quer ao nível europeu. No seu Relatório da Coesão de 2007, a Comissão Europeia afirma que, em toda a UE, “a actividade económica dos Estados-membros concentrou-se mais nas regiões das capitais, com excepção de Berlim e Dublin. Entre 1995 e 2004, a proporção média das regiões das capitais nos PIB nacionais aumentou nove por cento, ao passo que a respectiva população só cresceu dois por cento. Esta tendência acentuou-se particularmente entre 1995 e 2000, especialmente em Varsóvia e Bucareste” (p. xiii).

Mas como é que a globalização reforça a tendência de aglomeração? Allen J. Scott e Michael Storper (2003) falam de explicações recentes que apontam para que a formação de uma economia atlântica entre o final do século XIX e o início do século XX aconteceu com base em fortes processos de aglomeração na Europa e na América, devido às crescentes economias de escala decorrentes de um mercado alargado, que permitiram aos principais centros de produção manter as suas posições dominantes. E adiantam que a actual vaga de globalização parece ancorar-se em processos semelhantes, com uma rede intercontinental de retalhos de sistemas económicos urbanos e regionais que alimentam o aprofundamento dos fenómenos de especialização económica regional, que são historicamente persistentes por todo o mundo.

Este contexto é propício à divergência de rendimentos, mas no Relatório Barca também foram detectadas “poderosas forças de convergência que actuam ao mesmo tempo, nomeadamente a fragmentação organizacional, e a deslocalização geográfica da produção, bem como uma melhoria nas

instituições das áreas periféricas”, mas que “podem não ser suficientes para contrariar as forças de divergência” (Comissão Europeia, 2009 (1), p. 5).

A evidência empírica desta nova situação, sensivelmente contemporânea do processo de globalização da economia em que vivemos, dispõe de novos instrumentos teóricos que representam significativos progressos na compreensão dos mecanismos da geografia dos processos de aglomeração e de desenvolvimento (económico), com três grandes correntes muito relevantes na explicação das razões por que se geram regiões economicamente centrais... e periféricas. Há por um lado os *modelos da nova geografia económica*, que se pode considerar que vêm na linha do pensamento neoclássico (Vale, 2010, p. 13) e explicam a aglomeração com o papel da integração dos mercados, das economias de escala, dos custos de transporte e da dimensão dos mercados internos na formação de regiões centrais onde se concentram as actividades económicas.

No seu artigo pioneiro de 1991, sobre rendimentos crescentes e geografia económica, o economista Paul Krugman mostrou, com recurso a um modelo que o próprio reconhece como sendo “sobressimplificado”, que os baixos custos de transporte (que são uma das características da globalização) militam a favor da divergência regional, bem como um maior peso das actividades industriais e maiores possibilidades de economias de escala, num ambiente de livre troca. “Com custos de transporte mais baixos, uma maior quota da indústria, ou maiores economias de escala, a causalidade circular <sup>3</sup> instala-se, e a indústria vai concentrar-se na região que avançar primeiro”, mesmo que esse avanço inicial tenha acontecido por razões casuais.

Esta escola atribui grande importância à aglomeração para a geração de rendimentos crescentes, e vê as cidades também como “entidades informacionais que permitem uma aceleração dos fluxos de conhecimento, por via da inovação e dos *spillovers* tecnológicos e das externalidades do capital humano” (Vale, *ibid.*), entendendo-se por *spillovers* os efeitos de estímulo à melhoria por efeito da interacção não mercantil entre agentes próximos.

Para além dos modelos acima referidos, a diversidade característica do espaço urbano tem sido sublinhada também para a ajudar a criar *dinâmicas de inovação*, que assumem importância crescente numa economia globalizada. A ideia da *centralidade da economia da inovação*, associada a uma grande intensidade do factor conhecimento, está subjacente à mais recente teoria

---

<sup>3</sup> Krugman explica que o conceito de “causalidade circular” foi introduzido por Myrdal (1957). Refere-se a uma situação em que a indústria tende a concentrar-se onde houver um grande mercado, mas o mercado será grande onde a produção industrial estiver concentrada. Logo, a instalação inicial de alguma indústria tende a induzir a instalação de mais indústria.

sobre o crescimento endógeno, que vê nesta estratégia o modo mais seguro para obter efeitos generalizados de externalidades positivas que se disseminam pela economia (Lucas, 1988; Romer, 1990, citados por Scott e Storper, 2003). Esta teoria dá importância central ao movimento de expansão das fronteiras tecnológicas, que permite um continuado crescimento das cadeias de qualidade, e os territórios podem ser classificados em função da distância a esta fronteira.

Uma das ideias que ajudam a justificar esta posição é a de que a globalização gera um efeito de acentuação da ubiquidade dos factores tradicionais de produção (Maskell e Malmberg, 1999, *apud* Vale 2010, p. 13), o que se percebe pela contracção de espaço-tempo associada às inovações tecnológicas (sobretudo nos transportes e nas comunicações), à baixa de custos de transporte e ao enquadramento institucional global que facilita as transacções internacionais. Isto tem como consequência que a forma de as aglomerações inovadoras se manterem na linha da frente do desenvolvimento depende sobretudo do factor conhecimento e da aprendizagem localizada, vistos como pouco deslocalizáveis por requererem proximidade, por se considerar que as dinâmicas de conhecimento dependem das redes sociais e de contextos institucionais específicos.

Esta corrente põe a tónica na mudança e na eficiência adaptativa, em vez do ajustamento no sentido de um equilíbrio óptimo da localização dos factores entre locais, que até então tinha sido o foco da maioria dos modelos padrão de integração e comércio entre territórios. A economia é aqui vista como “uma procura interminável de novos produtos e processos com elevadas taxas de lucro, através da busca empresarial desses nichos, mas em que o potencial para o fazer está desigualmente distribuído pelos territórios” (Comissão Europeia, 2009 (1), p. 5). Esta situação é característica das regiões mais centrais da UE, “crescentemente especializadas no topo das cadeias de qualidade (produtos com elevado conteúdo tecnológico e de conhecimento, bem como serviços avançados aos produtores) e na sua exportação” (*id.*, *ibid.*).

A terceira das correntes de investigação que considerámos relevantes tem um carácter *institucionalista* e defende que as instituições são uma força fundamental para definir a posição de uma dada região relativamente à fronteira tecnológica e na hierarquia das funções económicas, porque se considera que as instituições moldam de um modo específico, de acordo com o seu modo de funcionamento, a capacidade de uma dada economia para utilizar e desenvolver os seus recursos (*id.*, p. 6). É dada particular importância às instituições que facilitam a inovação e a investigação e desenvolvimento, ao capital de risco e ao apoio às empresas – e que configuram o que é conhecido



como “sistemas de inovação”. Para uma região poder suportar este tipo de instituições, é necessária uma determinada escala económica, e além disso as boas condições institucionais são difíceis de replicar, o que joga também a favor do reforço da tendência para a concentração das actividades económicas. Não é uma escola em que a questão da aglomeração seja central, mas lança uma perspectiva própria sobre as bases do desenvolvimento nos anos mais recentes.

Assim, além da globalização, um conjunto de factores mais vastos, e inerentes à própria natureza da evolução do capitalismo, joga a favor da tendência para a concentração territorial das actividades económicas que a própria globalização veio reforçar. No caso da Europa, houve também a integração continental no âmbito da UE, que em certa medida joga a favor da concentração por permitir maiores efeitos de escala, mas tem sido compensada por outro lado, pelo menos parcialmente, através das políticas de coesão económica e social.

## **5. Modelo de análise e método**

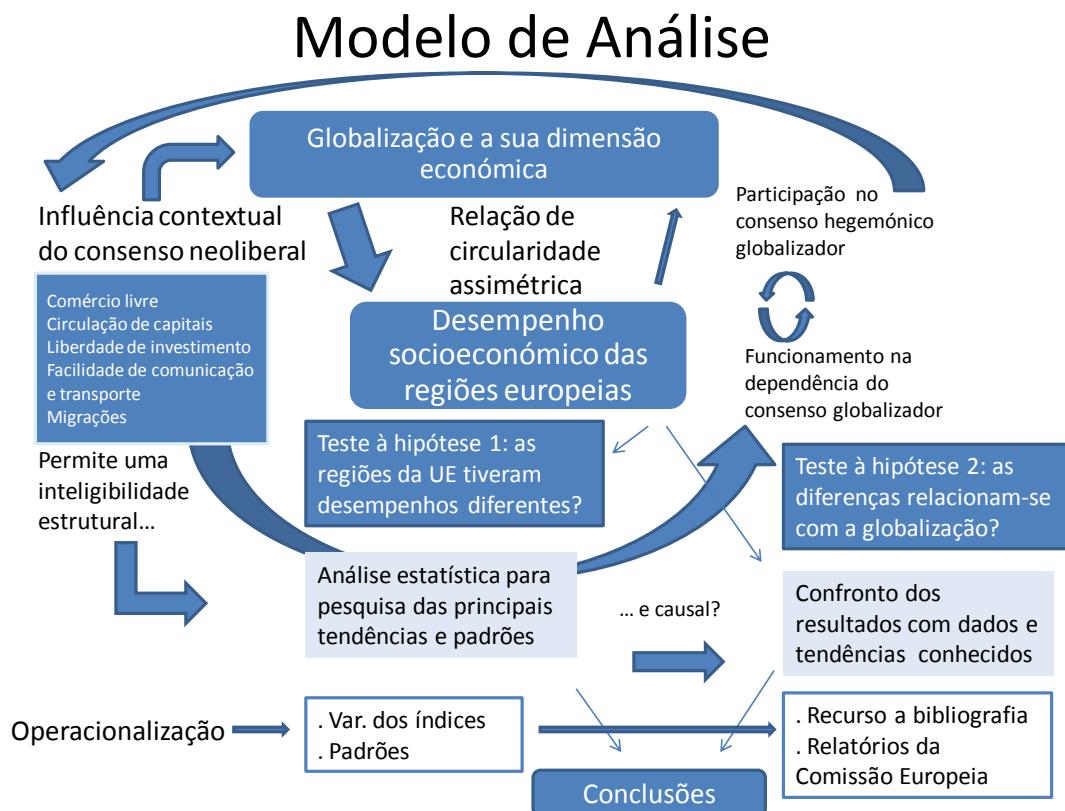
Chegados aqui, estabelecidos os conceitos principais e definida a problemática que nos propomos debater, importa agora explicar como se pretende desenvolver o estudo da questão. Como já foi dito, a globalização neoliberal tornou-se a tal ponto dominante nas nossas sociedades que pode ser vista como hegemónica (Santos, 2006, p. 395). Por isso, não se pode deixar de supor que ela terá um importante papel no modo como as sociedades e as economias evoluem, a múltiplas escalas, e por isso também à escala regional. Assim, admitimos à partida que a globalização exerce uma influência contextual sobre o desempenho socioeconómico regional, influência essa que deveríamos poder observar analisando em que medida as várias práticas que ela prescreve, enquanto resultado de um consenso político de potências então hegemónicas no sistema capitalista, foram sendo adoptadas e até que ponto elas se manifestam na prática, em termos políticos, sociais e económicos, em resultado daquela prescrição mas não só – pensemos também em progressos técnicos ou novos contextos culturais.

No entanto, é preciso não perder de vista que os principais Estados-nação da União Europeia (UE) estão entre as principais potências que participaram na definição do Consenso de Washington de meados dos anos 1980, e temos de admitir que por, essa via, participaram na definição da globalização hegemónica – e continuam a participar, visto que a definição das regras e instituições internacionais que resultaram daquele consenso continuaram a ser construídas subsequentemente, sobretudo durante os anos 1990, de que é exemplo a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, que sucedeu ao

Acordo-Geral sobre Tarifas e Comércio, estabelecido após a Segunda Guerra Mundial. Por isso, podemos falar de uma relação de circularidade entre, por um lado, a influência contextual da globalização e da sua dimensão económica sobre as regiões europeias e, por outro, a influência das regiões europeias – umas muito mais que outras, é certo – sobre o consenso hegemónico que dá forma à globalização (ver Figura 1).

No entanto, essa circularidade é necessariamente assimétrica, pois o peso que a UE terá na definição do contexto é relativo (partilhado com outras potências, e uma delas muito mais relevante politicamente, os EUA), mas o contexto da globalização é tido por “hegemónico”. Além disso, ela poderá ser mais assimétrica numas regiões do que noutras, se pensarmos por exemplo no peso que podem ter regiões como o Norte de Portugal ou Londres na definição da política internacional da UE, ou na capacidade dos seus dois países para participar no consenso globalizador/ liberalizador.

**Figura 1**



A influência da globalização sobre os territórios manifesta-se necessariamente sob várias formas, em resultado de um contexto de comércio muito liberalizado, fácil circulação de capitais e liberdade de investimento que se vive em muitos locais do globo, incluindo a UE. Isto a par da facilidade de comunicação (que facilita a circulação de uma cultura global) e transporte, e de migrações relativamente intensas (mas com muito mais restrições de movimento do que os capitais ou o comércio), que têm também como destino a Europa. Por isso, ao pensar na abordagem a adoptar para a recolha e tratamento de informação, estes são aspectos a ter em vista.

A partir da problemática exposta e deste esquema de relações, estabelecemos duas hipóteses que pretendemos testar. A primeira (a que chamaremos Hipótese 1) é a de que as regiões da União Europeia têm desempenhos socioeconómicos diferenciados durante o processo de globalização, que eventualmente configuram determinados padrões. A segunda (Hipótese 2) é a de que esses padrões revelam diferenças de desempenho relacionadas com as novas condições do contexto económico estrutural resultante da globalização.

Para tentar responder à questão levantada pela primeira hipótese, vamos trabalhar informação estatística disponível por NUTS 2, com o objectivo de identificar as diferenças de desempenho socioeconómico das regiões da UE, identificando eventuais ganhadores e perdedores e eventuais padrões geográficos associados a essas diferenças, tal como foi exposto inicialmente, quando apresentámos as questões subsequentes à questão de partida. Não foi elaborada uma tipologia, mas é possível a identificação de padrões. Teve-se também em conta que há uma Política de Coesão europeia e fundos estruturais, que nalguma medida mitigam ou dissipam os efeitos dos diferentes desempenhos.

A partir dos resultados, fez-se uma análise para o período considerado, de modo a perceber as dinâmicas regionais, com leitura das dimensões mais relevantes, a partir dos índices calculados para o conjunto das variáveis utilizadas e para três subgrupos – que reúnem as variáveis de carácter demográfico, social e económico – com recurso a cartografia, para melhor clareza de leitura. Foram também representadas em gráfico as variações do índice global para cada país e a maior e menor variação regional em cada país, bem como os respectivos valores no final do período. Foram ainda calculados os coeficientes de variação por país, para aferir a evolução das disparidades regionais internas.

Na falta de indicadores que permitam um relacionamento directo entre os resultados encontrados e algumas dimensões nucleares da globalização (como

por exemplo os fluxos de capitais, associados a investimento externo), balanças comerciais regionais, desinvestimento/investimento por sectores, saldos migratórios, etc., os resultados obtidos foram confrontados com as tendências já identificadas na bibliografia especializada sobre as relações entre as dinâmicas da globalização económica e a evolução económica dos territórios, para tentar perceber a articulação entre os diferentes desempenhos das regiões europeias e a globalização. Aqui, revelaram-se úteis os contributos de algumas teorias explicitadas anteriormente, designadamente as ligadas à competitividade regional, resiliência, *capabilities* e capital social, bem como aspectos relacionados com a iniciativa dos agentes que podem influenciar o desenvolvimento, bem-estar e posicionamento competitivo regional.

## **6. A medição de ganhos e perdas socioeconómicos**

A ideia de que os territórios podem “ganhar” ou “perder” – e por maioria de razão, as regiões – não é uma novidade, como já se referiu, e acabou por permear o discurso científico, político e mediático. “Ganhar” e “perder” surgem, deste ponto de vista, associados sobretudo à noção de desenvolvimento económico, à qual têm vindo a ser sucessivamente adicionadas outras dimensões, a primeira das quais foi a social, de que resultou a consagrada expressão “desenvolvimento socioeconómico”.

Mesmo tratando-se de palavras com significados muito intuitivos – ou talvez por isso mesmo – e que à luz dos conceitos dominantes sobre desenvolvimento passam por evidentes, revela-se útil uma discussão do que significa “ganhar” e “perder” em termos de desenvolvimento regional, ou de dinâmica socioeconómica das regiões. Para a leitura do processo de desenvolvimento das regiões nestes termos, sobretudo no contexto da globalização, revelou-se particularmente útil o trabalho de O’Brien e Leichenko (2003), justamente sobre ganhadores e perdedores no contexto das mudanças globais.

Definido já o conceito de desempenho socioeconómico regional, a partir dos conceitos de desenvolvimento e de bem-estar, o passo seguinte é ver como pode ser medido. Para isso, revela-se útil conhecer as grandes famílias de abordagem da medição do bem-estar pela ciência económica, para ajudar a formular uma medição adequada do que pretendemos aqui estudar, à luz das teorias e métodos mais difundidos. Para isso, baseámo-nos num relatório produzido no âmbito da já referida comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, *Survey of Existing Approaches to Measuring Socio-Economic Progress*, Paris, 2010).

## 6.1. As abordagens da ciência económica

Como afirmado, a abordagem mais antiga – e que aparentemente se mantém preponderante – à mediação do bem-estar é a do produto, contabilizado monetariamente pelo PIB, que decorre do sistema padrão de contas nacionais definido internacionalmente. As suas limitações têm sido muito discutidas, salientando-se que não entra em consideração com os bens e serviços que são produzidos para autoconsumo, actividades domésticas produtivas, ou os efeitos positivos para as sociedades decorrentes do trabalho voluntário, e ainda o facto de ser apenas um agregado que mede fluxos, e que portanto não permite perceber desigualdades nem a quantidade de riqueza acumulada (*stock*).

O sistema das contas nacionais padrão permite formular uma série de outros indicadores que possibilitam medir aspectos diferentes da vida económica (para o que o PIB continua a ser visto como um indicador adequado, mesmo por quem pretende medir também outros aspectos, mas apenas na sua dimensão de fluxo). Entre esses indicadores, os mais comuns têm a ver com a consideração dos custos de investimento para determinar o rendimento nacional líquido e o rendimento nacional disponível, com os gastos das famílias em consumo final, ou ainda com o consumo real final das famílias e a avaliação da riqueza acumulada numa economia. Já em 2003, um conjunto de organizações internacionais (ONU, FMI, OCDE, Comissão Europeia) divulgou um Manual de Contabilização Económica e Ambiental Integradas, que considera custos com a degradação ambiental e degradação de recursos (Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2010, p. 7). No entanto, todos os aspectos medidos pelas contas nacionais normalizadas representam sempre medidas ou estimativas monetárias, mesmo no caso em que se introduz a dimensão ambiental.

Uma segunda abordagem da avaliação do bem-estar é a dos painéis ou conjuntos de indicadores, cujo desenvolvimento tem representado também um reconhecimento de que a avaliação do progresso social é distinta da avaliação da actividade económica e necessita de instrumentos específicos de medição. Entre os muitos exemplos disponíveis, podemos citar os relativos à Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE acordados em 2001 em Gotemburgo, ou os indicadores da OCDE relativos às condições sociais, publicados sob o título *Society at a Glance*, ou às condições económicas, *Going for Growth*. Trata-se de relatórios que compilam indicadores, normalmente retirados de fontes mais especializadas, para responder a uma função de comunicação ou que são acordados entre países no âmbito de uma estratégia política. A riqueza da

informação reunida deste modo é simultaneamente um ponto forte, porque minimiza as perdas de informação e as avaliações simplistas, mas também uma fraqueza, por não permitir comparações fáceis, ao contrário do que acontece com a utilização de índices que sintetizam os níveis de bem-estar ou de progresso socioeconómico num único número.

A terceira abordagem é a do PIB corrigido e extensão das contas nacionais padrão, um dos métodos para resolver este problema, criando obviamente outros problemas... Em termos simplificados, este método consiste na correcção dos valores do PIB e de outros dados das contas nacionais com base em informação proveniente de outras dimensões, às quais tem de ser atribuído um valor monetário (Commission on the Measurement..., 2010, p. 10). Um exemplo clássico deste procedimento é a proposta de Nordhaus e Tobin em 1973 para criação de uma Medida do Bem-estar Económico (Measure of Economic Welfare, MEW), que subtrai ao consumo privado total várias componentes que não contribuem directamente para o bem-estar, como as migrações pendulares ou os serviços jurídicos, e adiciona as que contribuem positivamente, como as actividades de lazer ou o trabalho doméstico.

Os mesmos autores criaram uma Medida do Bem-estar Económico Sustentável (Sustainable Measure of Economic Welfare, SMEW), que tenta medir o nível de bem-estar compatível com a preservação do *stock* de capital da economia, segundo uma definição de capital escolhida pelos próprios autores do índice. Cobb e Daly (1989, *apud* Commission..., 2010, p. 10) propuseram posteriormente um índice de bem-estar sustentável (ISEW, *index of sustainable well-being*, presumindo-se que o “E” represente a palavra “economic”, que os autores do relatório que temos vindo a seguir terão deixado cair), refinado mais tarde por Cobb e Cobb (1994), com bastantes aspectos em comum com o MEW e SMEW, mas também com diferenças importantes, pois acrescenta-lhes uma avaliação da depauperação de recursos naturais (através dos investimentos necessários para gerar uma produção permanente equivalente de substitutos renováveis), e a distribuição do rendimento (que Nordhaus e Tobin tinham já reconhecido ser uma lacuna do seu trabalho); por outro lado, não contabiliza as actividades de lazer, por considerar que é uma tarefa difícil.

A organização não-governamental Redefining Progress criou entretanto em 1995 um indicador semelhante, o Genuine Progress Indicator (GPI), apresentado muitas vezes como uma designação alternativa do ISEW, e vice-versa. Estes dois índices foram aplicados a vários países (Bleys, 2005, e Matthews, 2006, *apud* Commission on the Measurement..., 2010, p. 11), com resultados que dão valores substancialmente inferiores aos obtidos a partir do MEW, por excluïrem as actividades de lazer, e também inferiores ao PIB, devido

a incorporarem uma contabilização do desgaste dos recursos naturais e a distribuição do rendimento.

Surgiram entretanto índices com abordagens contabilísticas para medir a sustentabilidade da economia, e não apenas em termos de recursos naturais e ambiente, como também de capital humano. É este o caso do Genuine Savings Index, do Banco Mundial, que se baseia na ideia de que as nações têm de manter, ou mesmo aumentar, a sua base total de recursos (o capital) para poderem ter uma trajectória de desenvolvimento sustentável a longo prazo. Um exemplo de índice não monetário deste tipo é o da já referida Pegada Ecológica (que tenta medir a superfície de terra consumida por habitante de um dado país para a obtenção do tipo de bem-estar de que desfruta, patrocinado também pela Redefining Progress), que não é um indicador expresso em termos monetários, mas que partilha com estes a tentativa de sintetizar numa medida comum aspectos diversos. O surgimento de índices deste tipo tem gerado uma discussão sobre até que ponto é interessante e útil tentar sintetizar num mesmo indicador medidas de bem-estar e de sustentabilidade. Aparentemente, tem prevalecido a ideia de que a junção das duas dimensões num único indicador leva a uma grande perda de informação, pelo que o ideal será acompanhar uma medida de bem-estar por outra de sustentabilidade (Neumayer, 2004, *apud* Commission on the Measurement..., p. 12), que pode combinar a dimensão de capital com a ambiental.

Outra maneira (ou quarta abordagem) de tentar sintetizar os níveis de bem-estar numa única medida abrangente é através de “indicadores compósitos”, que consistem na agregação de vários índices elementares que abrangem um largo espectro de dimensões que afectam a realidade que o indicador quer medir (desenvolvimento humano, bem-estar...). Este método não fornece uma unidade de medida unificada para medir diferentes dimensões do bem-estar, ao contrário do que acontece com os indicadores baseados no PIB corrigido. As características de cada um destes índices resultam dos domínios cobertos pelas variáveis ou sub-índices que os compõem, da metodologia de normalização utilizada e dos pesos usados para a sua agregação. A natureza *ad hoc* da selecção de dimensões e/ou variáveis que constituem cada um dos muitos índices agregados que têm surgido e a falta de base normativa para os diferentes pesos que são atribuídos a cada uma delas são os pontos fracos deste método, pelo que lhe tem sido atribuído um carácter arbitrário.

Existem muitos exemplos de índices deste tipo, o mais conhecido dos quais é o já referido Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, que constituiu um marco por ter combinado pela primeira vez numa única estatística o rendimento

económico monetário com indicadores que permitem uma aproximação ao desenvolvimento social.

Finalmente, há as abordagens subjectivas, particularmente adequadas para a dimensão do bem-estar percebido, ou sentido, pelos indivíduos e populações. Esta perspectiva parte da ideia de que os indivíduos são os principais interessados no seu bem-estar, e que por isso se deve considerar que são os melhores avaliadores da sua própria qualidade de vida, sendo que uma “estratégia directa será perguntar-lhes sobre o seu bem-estar” (Frey e Sutzter, 2002, *apud* Commission..., 2010, p. 15). Este método tem a vantagem de não depender de uma definição unificada de bem-estar (sempre controversa...) e de, ao tomar as respostas à questão como aproximações ao bem-estar subjectivo, ser então possível construir indicadores com base em medidas estatísticas.

Desde finais dos anos 1960 que os psicólogos usam questionários para medir o bem-estar individual através de questões subjectivas, e mais recentemente tem despertado um interesse dos economistas por esta questão, em rápido crescimento. Alguns autores (Diener, 2000 e 2006; Kahneman e Krueger, 2004 e 2006, *apud* Commission..., 2010, p. 15), advogam que índices deste tipo sejam utilizados como medidas complementares às medidas padrão do PIB, e existem alguns que os combinam com elas. No entanto, indicadores baseados apenas em dados subjectivos deste tipo são raros. Os relatores da Commission on the Measurement... discutem sucintamente a validade deste tipo de abordagem subjectiva, a qual aceitam perante três condições que asseguram a comparabilidade. O maior problema poderá advir de diferenças culturais que impeçam que os respondentes entendam a questão de maneira semelhante, mas os estudos revistos têm em geral concluído pela elevada validade destes indicadores.

## **6.2. Especificidades da abordagem regional?**

Conhecendo o leque de abordagens a que os economistas têm recorrido para responder à questão da medição do bem-estar e do progresso nos territórios, focados na escala nacional, como definir então desempenho socioeconómico regional, para termos uma referência em relação à qual poderemos falar em ganhar e perder, de acordo com a variação no tempo dos indicadores associados às suas dimensões?

Esta noção tem implícita a ideia de que os níveis de bem-estar e de produção e a dimensão das sociedades – em territórios de escala regional, mas também a



outras escalas para as quais seja relevante – podem variar ao longo do tempo, a ritmos diversos em regiões diferentes, e a história mostra que de facto isso acontece.

A ideia do desempenho socioeconómico regional será em grande medida correlativa da de desenvolvimento regional, mas numa perspectiva dinâmica, mais centrada na sua evolução no tempo. No entanto, a ideia do desenvolvimento regional não tem na sua origem uma definição de desenvolvimento específica para esta escala de análise, decorrendo antes das ideias de desenvolvimento económico e de bem-estar social desenvolvidas a pensar em Estados nacionais. À escala regional, a ideia prevalecente nas discussões e políticas regionais de desenvolvimento tem no entanto por base a ideia de desenvolvimento económico regional, como já acima referido, e nos anos mais recentes centrada num ponto de vista particular – o da competitividade regional. No caso da União Europeia, tem de se considerar a excepção da sua preocupação institucional com a coesão, que é promovida através de políticas específicas.

Em análises recentes sobre política de desenvolvimento regional, tem sido enfatizado o papel da ideia de competitividade com sendo central para o desenvolvimento económico regional, levando a que nas últimas décadas a política regional se tenha centrado muito neste aspecto particular (Bristow, 2009), apesar da emergência de conceitos de desenvolvimento mais vastos. Simultaneamente, a crescente importância do conhecimento na economia e a emergência da ideia de economia baseada no conhecimento, e da inovação que lhe está associada, deu origem à teoria dos “sistemas regionais de inovação” (Cooke e Leydesdorff, 2006; Vale, 2009), em que se assume que a escala regional é particularmente adequada para a operacionalização e a recolha dos benefícios da intensificação da incorporação de conhecimento e inovação nas economias, para criar vantagens localizadas de base regional. Estes sistemas têm a particularidade de poder ser “construídos”, falando-se em “vantagem construída”, na sequência dos anteriores paradigmas da “vantagem comparativa” e da “vantagem competitiva”.

As particularidades da competitividade e dos sistemas regionais de conhecimento e inovação associados à escala regional são contudo aspectos ligados em primeiro lugar à obtenção de desenvolvimento económico regional (obviamente, com consequências no bem-estar social), com forte ênfase nas políticas públicas. Isto é, trata-se de conceitos que visam explicar como conseguir alcançar o desenvolvimento, mesmo se essencialmente económico, e não uma noção específica de desenvolvimento. Assim, não foi desenvolvida uma ideia de desenvolvimento ou de bem-estar socioeconómico específica para

a escala regional subnacional, e daqui decorre que as noções abstractas adoptadas para o nível nacional são as que estão disponíveis para aplicação à escala regional.

Possivelmente, até nem fará sentido pensar que, do ponto de vista dos resultados para as populações, fosse útil conceber noções diferenciadas de desenvolvimento e bem-estar para escalas territoriais diversas, se bem que já seja mais óbvio que a questão dos meios para obter o desenvolvimento ou o bem-estar implique abordagens mais diferenciadas segundo as escalas.

Assim, com base no que já foi exposto sobre desenvolvimento e bem-estar, podemos dizer que, para a elaboração de um conceito ideal que pudesse ser operacionalizado com vista a proceder a uma análise comparativa, as medidas clássicas da economia podem constituir uma primeira dimensão – o produto e a produtividade, a que mais recentemente se acrescentaram as questões da qualificação da força de trabalho, da capacidade de inovação e da intensidade tecnológica, mas a que se acrescentaria também as questões da repartição e equidade. Uma segunda dimensão será a associada às condições de vida em geral, que reflectem uma dimensão mais social – como a saúde e bem-estar, o nível de instrução, aspectos também referidos por Pike (2007) e Hudson (2007); a estes aspectos adicionamos ainda a dinâmica demográfica. A terceira dimensão seria a ambiental, a que se junta uma quarta, a cívica e da satisfação. Esta última engloba aspectos como as expectativas e níveis de satisfação dos indivíduos, o modo como utilizam o tempo, o seu trabalho remunerado e não remunerado, as suas capacidades, as relações que têm com os outros, a sua voz política e participação na vida pública. O conceito torna-se assim bastante abrangente.

Idealmente, a partir das dimensões acima referidas, seleccionaríamos indicadores que reflectiriam cada uma das dimensões do desenvolvimento e do bem-estar consideradas, para construir um indicador sintético. No entanto, isso acaba por se revelar inexequível no quadro do trabalho a que nos propomos, pois sabe-se à partida que não estão reunidos e disponibilizados de forma facilmente acessível indicadores para muitas destas realidades para as regiões da União Europeia (se bem que nalguns casos possam ser obtidos à escala nacional). Mesmo assim, considera-se útil uma aproximação ao que seria um indicador completo, para a partir daí se poder fazer melhor o confronto com a realidade, com uma maior consciência das limitações do indicador sintético a que for possível chegar na prática, e da respectiva utilização.

### 6.3. Uma operacionalização desejável do conceito ideal

Para a obtenção de um índice que permitisse aglutinar as dimensões do desenvolvimento e bem-estar acima referidas, optaríamos pela construção de um indicador compósito (que é uma forma específica de indicador sintético), por duas ordens de razões. Primeiro, porque como o objectivo é a comparação de um grande número de unidades territoriais num período prolongado e para um conjunto relativamente alargado de dimensões, torna-se necessário sintetizar o mais possível a informação disponível, para facilitar uma análise de dados que será necessariamente pesada – e isto exclui à partida a opção por painéis de indicadores.

Depois, há a questão de não limitar a análise apenas aos aspectos da realidade que podem ter tradução monetária, o que exclui a opção por um indicador obtido a partir do PIB corrigido e da extensão das contas nacionais padrão. Sem perder de vista os problemas ligados à natureza *ad hoc* da selecção de dimensões e/ou variáveis que constituem cada um dos muitos indicadores compósitos que têm surgido e a falta de base normativa para os diferentes pesos que são atribuídos a cada uma delas, pensamos que este inconveniente é compensado pela vantagem que se obtém por não ser necessário atribuir valor monetário a aspectos da realidade que não são transaccionados comercialmente (o que também se revestiria de um carácter algo arbitrário) e de, por essa via, se poder alargar o leque de indicadores mobilizáveis para o índice a construir.

Entre a extensa revisão efectuada pela *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, podemos encontrar alguns índices já formulados com aproximações à questão da avaliação do bem-estar e do progresso social que parecem adequadas ao objectivo que se pretende alcançar neste estudo. Entre esses, está o acima referido Genuine Progress Indicator (GPI), que pretende medir o bem-estar sustentável. O seu cálculo abrange as seguintes dimensões da vida humana e ambiente natural:

- consumo e desigualdade;
- valor do trabalho doméstico e parentalidade, educação superior e trabalho voluntário;
- serviços permanentes aos consumidores, algumas infra-estruturas (como auto-estradas);
- perda de tempo de lazer, custos do subemprego, da pendulação e da poluição dos lares, acidentes de automóvel;

- custos da poluição da água, do ar e sonora;
- perda de pântanos, solo agrícola e floresta natural;
- perda de recursos, danos no CO<sub>2</sub>, degradação do ozono;
- investimento líquido em capital e endividamento externo líquido.

Trata-se de um indicador que se afigura bastante completo no que respeita aos domínios da realidade que abrange, mas não inclui elementos relativos à produção, à saúde, à autoavaliação do bem-estar pelas populações e à dinâmica demográfica, que lhe poderiam ser acrescentados. Tem a desvantagem de ser expresso monetariamente (pois foi concebido a partir da abordagem do PIB corrigido e da extensão das contas nacionais padrão), mas isso não constitui impedimento a que se pudesse utilizar as variáveis de partida (antes de serem convertidas em valores monetários) para obter um indicador compósito.

Se não houvesse o problema da limitada informação disponível, poderíamos avaliar os ganhos e as perdas nas dinâmicas socioeconómicas regionais a partir de um índice compósito que sintetizasse estas dimensões, com uma metodologia de normalização de valores e atribuição de pesos semelhante à utilizada no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD. Como já vimos que isso não é exequível, teremos então de restringir o leque de dimensões e variáveis a incorporar no indicador compósito a construir em função dos dados utilizáveis.

#### **6.4. Um indicador sintético possível**

Ao analisar a lista de indicadores disponíveis por regiões no sítio electrónico do Eurostat, verificamos que incidem sobretudo em medidas da produção económica e das características da força de trabalho, não existindo dados relativos às questões ambientais e de delapidação dos recursos (o que inviabiliza uma análise com incidência também na sustentabilidade ambiental), nem sobre a dimensão cívica e da satisfação, ou a avaliação do bem-estar pelas populações. Existem também dados demográficos e outros relativos a alguns aspectos da qualidade de vida normalmente designados como “indicadores sociais”.

Com base nesta informação, torna-se possível construir um indicador compósito que corresponde ao estágio social da medição do progresso e bem-estar, de acordo com a classificação da iniciativa Measuring the Progress of Societies.

Trata-se de um indicador um pouco à semelhança do Índice de Desenvolvimento Humano concebido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), mas que incorporará mais variáveis do que este. Uma das características do indicador do PUND é permitir uma reduzida capacidade de discriminação entre países desenvolvidos, e uma maior diferenciação entre os de rendimento intermédio e reduzido (Commission on the Measurement..., pp. 13-14), sendo por isso importante que no estudo das diferenças de desempenho em regiões de uma área de desenvolvimento elevado, como é a União Europeia, se entre em conta com variáveis que permitam uma maior discriminação.

Em função do que foi dito, e face a limitações e considerações descritas no capítulo seguinte, optou-se por construir o indicador compósito a partir da seguinte informação estatística, disponível por NUTS 2 no site do Eurostat:

- . PIB por habitante (PPC)
- . Rendimento disponível líquido dos agregados (PPC)
- . Emprego em sectores de alta tecnologia (nº activos)
- . População total e por grupo etário
- . Esperança de vida à nascença
- . Pessoal de saúde, nº total e taxa por 100 mil habitantes
- . Kms de auto-estradas

O facto de o principal objectivo deste estudo ser perceber os trajectos socioeconómicos das regiões num período circunscrito, e não tanto medir o desenvolvimento e a sua sustentabilidade, faz com que não seja muito relevante a consideração de indicadores de sustentabilidade ambiental e de delapidação de recursos, ao contrário do que acontece em relação à avaliação subjectiva do bem-estar pelas populações.

Outra lacuna importante do indicador obtido a partir desta informação é a ausência de dados sobre a distribuição de rendimentos e sua evolução, bem como de outros aspectos que pudessem deixar perceber outras dimensões das desigualdades. Também não há dados sobre endividamento ou consumo, a que nos podemos contudo aproximar pelo rendimento disponível das famílias. O método de construção do indicador e a escolha dos pesos a atribuir a cada variável está descrito no capítulo metodológico.

As variáveis seleccionadas para a construção do indicador compósito que nos vai permitir avaliar a dinâmica socioeconómica das regiões da União Europeia aqui apresentadas acabam por ser em grande parte resultado dos dados estatísticos disponíveis, o que implica que a definição de bem-estar e de desempenho socioeconómico que lhes está subjacente não é a considerada mais adequada, mas a possível para a realização da investigação. Obviamente, isso não significa uma recusa ou inobservância das ideias mais recentes relativas à melhor maneira de medir o progresso económico e social. Quer antes dizer que é preciso pensar o trabalho de investigação em termos exequíveis e que por isso temos de nos limitar à informação existente.

Entre os aspectos deixados de fora, são particularmente sensíveis os relativos à desigualdade social, muito associada aos desníveis de rendimento, e os relativos à avaliação pelas populações do seu bem-estar. Assume-se, no entanto, que é preferível avançar com a informação disponível, que permite uma razoável aproximação à ideia de bem-estar e, a partir da respectiva evolução temporal, de ganhos e perdas regionais em termos socioeconómicos.

### *Ganhos e perdas*

Quanto à questão mais específica do que será *ganhar* e *perder* em termos socioeconómicos nas regiões europeias, considera-se genericamente que, numa abordagem próxima da ideal, será conseguir, para um dado período, resultados mais favoráveis ou mais desfavoráveis nas dimensões demográfica, económica, social, ambiental e da satisfação das populações, medidas a partir de conjuntos específicos de variáveis. Mas, pelas razões já explicadas, teremos de limitar a análise às dimensões demográfica, económica e social, que não deixam de constituir um núcleo central do progresso social.

Assim, no caso da aproximação que nos será possível fazer àquelas dimensões do bem-estar e do progresso social, ganhar traduz-se, em termos absolutos, na obtenção, ao longo do período em análise, de valores mais favoráveis no indicador compósito calculado a partir do conjunto de indicadores considerados, que serão reflexo de progresso económico-social e maior bem-estar regional, e também numa variação do indicador superior à da média das regiões consideradas – fala-se então em ganhar em termos relativos (O'Brien e Leichenko, 2003, p. 90). Inversamente, perder representa, em termos absolutos, que no final do período em análise o valor do indicador compósito é inferior ao do início do período; em termos relativos, será uma evolução abaixo do ritmo médio que se registar no conjunto da área considerada.

Em função dos dados utilizados, podemos dizer que as regiões com dinâmicas mais ganhadoras associarão simultaneamente alguma dinâmica demográfica a maior produto, bem como melhor posição nos indicadores relativos ao bem-estar social; as regiões em perda mais acentuada terão o comportamento inverso. Há também casos de ganhos numa dimensão e perdas noutras.

De um modo que parece reflectir os tempos que se vivem, Reis (2001, p. 128) considera que “a atenção analítica às problemáticas das territorializações (entendidas como contextualizações do funcionamento económico e como uso heterogéneo das margens de iniciativa de raiz endógena ou subsistémica) é grande quando não predomina uma visão assente nos pressupostos da convergência e da uniformização e é pequena quando ocorre o inverso”. Lembra-se, leitor, da referência ao renascimento do interesse pelas regiões?





## **II – Organização e métodos**

### **1. A escolha das variáveis e as suas limitações**

Atendendo às limitações de tempo para recolha de informação estatística num trabalho com as características de uma dissertação de mestrado, optou-se por recorrer à única base de dados que reúne com carácter sistemático a informação estatística relativa às regiões (NUTS2) da União Europeia – a do Eurostat, o serviço de estatística da Comissão Europeia.

A partir dos dados aí disponíveis, o objectivo era – conforme se explicou e enquadrou no capítulo precedente – construir um índice compósito relativo à situação económica e social das regiões para tentar captar as suas dinâmicas, no período de 1990 a 2007, a partir de uma medida sintética. Os dados disponíveis para estas regiões com dados a remontar ao início deste período são no entanto muito limitados:

- População (nº de habitantes), a partir de 1990, por sexo e idade; densidade populacional, a partir de 1990
- Esperança de vida à nascença (anos), a partir de 1990
- Pessoal em investigação & desenvolvimento (I&D) e investigadores (% da pop. activ.), a partir de 1980
- Estradas, caminho-de-ferro electrificado e rios e canais navegáveis (km/1000 km<sup>2</sup>), a partir de 1978

O objectivo ideal era obter um índice que abrangesse um leque alargado de dimensões da vida social e económica das regiões, incluindo a desigualdade e a avaliação do bem-estar pelas populações, mas essa abrangência estava à partida excluída pela limitada informação disponível.

Um objectivo mais modesto, mas que permite ainda assim uma análise interessante, é o de construir um indicador que corresponda ao estágio social da medição do progresso e bem-estar, de acordo com a classificação da iniciativa Measuring the Progress of Societies. Mas, mesmo neste caso, é necessário um leque de indicadores mais alargado do que o disponível para o início do período pretendido para análise, e foi necessário chegar a um compromisso entre a abrangência dos indicadores utilizados e o intervalo de tempo analisado. Após consulta às datas de início da informação disponível por regiões na base de dados do Eurostat, observa-se que a partir de 1995 existem também os seguintes dados (entre alguns outros):

- Médicos (nº total e taxa por 100 mil habitantes), com início em 1993;
- PIB por habitante a preços de mercado (PPC), com início em 1995;
- Rendimento dos agregados familiares (euros PPC), com início em 1995;
- Emprego em tecnologia e sectores intensivos em conhecimento (nº de activos e % do emprego total) com início em 1994;
- População activa por grupo etário e grau de ensino mais elevado alcançado (nº de pessoas), com início em 1999.

Além das lacunas já assinaladas, o conjunto de variáveis que é possível obter a partir de 1995 com vista a construir um indicador correspondente ao estágio social da medição do bem-estar tem ainda a limitação de não abranger dados relativos aos níveis de ensino das populações. Este facto resulta de as estatísticas do ensino por região remontarem apenas a 1998 e de, mesmo a partir daí, os dados estarem muito incompletos para os níveis de ensino a partir do secundário superior (inclusive).

Os níveis de instrução das populações são um aspecto muito importante da realidade socioeconómica e seria desejável que o índice com que se vai trabalhar pudesse reflecti-los, tal como aos níveis de desigualdade ou à percepção do seu bem-estar pelas próprias populações. Infelizmente, isso não é possível neste contexto. Entre os indicadores utilizados, há no entanto dois que podem ser vistos como representando uma aproximação indirecta aos níveis de instrução/ qualificação da população: a população activa com mais de 15 anos que completou o secundário superior e a população activa com mais de 15 anos que completou um grau superior (ambas com início em 1999).

Os indicadores sobre o ensino são, além disso, tipicamente vistos como fazendo parte da dimensão social do bem-estar, o que nas variáveis utilizadas neste trabalho se pode dizer também em relação à esperança de vida à nascença e aos médicos por habitante. Isto não quer dizer que os outros indicadores utilizados não sejam também, em larga medida, ilustrativos da realidade social, tal como os indicadores sociais reflectem também em parte uma realidade económica.

A escolha das variáveis a utilizar acabou também por ser condicionada por outro problema, que não foi antecipado de início: os dados disponibilizados pelo Eurostat por regiões têm muitas lacunas. Isto é, há casos em que os valores para determinados países começam mais tarde do que o início da série, ou em que quase sempre faltam os valores das regiões de determinado país (caso

mais flagrante, a Dinamarca), ou em que faltam os valores de algumas regiões, ou de alguns anos.

Em casos mais extremos, isso levou a optar por uma variável em detrimento de outra que poderia ser mais apropriada para o que se pretendia medir. Foi o que aconteceu com a escolha da população activa que completou o ensino secundário superior e da população activa que completou um nível de ensino superior, em detrimento de indicadores sobre os estudantes por nível de ensino. A escolha de indicadores sobre o nível de instrução da população activa, em detrimento dos níveis de instrução da população empregada, obedeceu à mesma lógica.

A população empregada poderia dar uma aproximação menos inexacta ao dinamismo regional do que a utilização da população activa, por esta última incluir os desempregados, mas os dados da população empregada por nível de escolaridade máxima atingida têm muito mais faltas do que os da população activa (por exemplo, os dados da Roménia e da Suécia começam bastante mais tarde). Por outro lado, a escolha do grupo etário (a população activa com mais de 15 anos) aconteceu porque noutras classes etárias os dados estavam quase totalmente em branco, como era o caso da população activa dos 15 aos 24 anos com secundário superior e com nível superior. Foi assim que se chegou à escolha da população activa com mais de 15 anos que completou o secundário superior e um nível de ensino superior, para integrar o índice sintético de bem-estar aqui apresentado, baptizado de “Índice de Desempenho Económico-Social”, IDES.

A partir da informação estatística disponível e dos constrangimentos acima enumerados, chegou-se à seguinte lista de indicadores a utilizar para a construção do índice (entre parêntesis, primeiro ano a que se referem os dados utilizados):

- Taxa de crescimento da população (%) no triénio anterior ao ano de referência (1992)
- Densidade populacional (1995)
- População com menos de 65 anos (%) (1995)
- Esperança de vida à nascença (anos) (1995)
- Médicos/ 100 mil habitantes (1995)
- População activa (%) com mais de 15 anos com o ensino secundário superior (1999)

- População activa (%) com mais de 15 anos com um grau de ensino superior (1999)
- Emprego (%) em sectores de alta tecnologia (indústria de alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia) (1995)
- Rendimento disponível líquido dos agregados (PPC), a partir do consumo final por habitante (1995)
- PIB/ habitante a preços correntes de mercado PPC (1995)
- Kms de auto-estradas por 1000 km<sup>2</sup> (1995)

As faltas de dados nas variáveis e período seleccionados obrigaram então a um exaustivo (e moroso) trabalho de elaboração de estimativas, e nalguns casos também de busca noutras fontes. Nalgumas variáveis, há poucas falhas, cujos valores podem ser estimados com relativa facilidade – são os casos da população e do PIB. Mas noutras as dificuldades são maiores, como no emprego em sectores de alta tecnologia ou nas auto-estradas.

Devido ao que já foi dito sobre a ausência quase total de dados para as NUTS2 da Dinamarca, a utilização deste nível de unidades de análise teve como excepção este país, que só criou NUTS2 muito recentemente, após uma extensa reforma regional que foi registada na revisão das NUTS que o Eurostat fez em 2006 e que só entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2008 (Eurostat, 2007, p. 12). Além disso, as regiões NUTS3 anteriores não correspondem em geral às novas regiões NUTS2. A opção de entrar com o conjunto nacional da Dinamarca foi considerada preferível a excluir o território do país desta análise, e afigura-se como razoável também por outros pequenos países europeus não terem divisão em NUTS2 e entrarem nesta análise com dados ao nível nacional.

Além da situação específica da Dinamarca, em vários outros países houve alteração dos limites das suas regiões NUTS2 (na maioria dos casos, apenas de algumas delas), o que resultou em ausência de dados para essas regiões nalguns anos, obrigando a fazer estimativas com base em critérios expostos mais à frente.

Assim, entre 2003/04 e 2006, na Alemanha três regiões do *Land* Sachsen-Anhalt foram fundidas numa única; e as seis NUTS2 do *Land* Niedersachsen foram também fundidas, continuando as suas delimitações a existir apenas para efeitos não administrativos. A Eslovénia foi por seu lado dividida em duas NUTS2. No Reino Unido, a fronteira entre North Eastern Scotland e Highlands e

Islands foi alterada, e várias designações de regiões foram alteradas em todos os níveis de NUTS em várias partes do Reino Unido.

Na Bulgária, cinco das suas seis NUTS2 têm novas fronteiras desde 2007, para as pôr de acordo com os critérios de dimensão populacional em vigor para as NUTS. E na Roménia houve mudanças das designações das NUTS2 existentes, sem que isso envolvesse alterações territoriais. Estas são apenas as alterações mais recentes, com maiores reflexos nos dados e estimativas utilizadas neste estudo. Houve outras anteriores, de que outros documentos do Eurostat dão conta (Eurostat, 2002). Entre 1999 e 2003, houve alterações ao nível das NUTS2 na Alemanha, em Espanha, na Itália, em Portugal e na Finlândia. Entre 1995 e 1999, houve alterações nas NUTS2 da Alemanha, Finlândia, Suécia e Reino Unido. Na Irlanda, as suas actuais NUTS2 foram criadas em 1999. Estas sucessivas alterações explicam alguns dos dados em falta neste nível das regiões da União Europeia.

Este estudo teve como objectivo, desde o início da sua concepção, perceber a dinâmica socioeconómica nas regiões da UE, pensando-a como uma entidade europeia. Mas existem algumas possessões da UE fora do território europeu, que poderiam ser ou não incluídas neste estudo. São estes os casos dos territórios espanhóis de Ceuta e Melilla (no Norte de África) e dos Departamentos de Além-Mar franceses, que constituem NUTS2 destes dois Estados europeus. A ausência de dados para estes territórios em grande parte das variáveis utilizadas para construir o índice acabou por levar a que não fossem incluídos na análise, o que a torna circunscrita apenas a territórios europeus ou, nos casos em que não o são (Canárias e Madeira), a territórios pertencentes à UE e cujas sociedades são de índole europeia. Isto obrigou a que os dados nacionais para a Espanha e França fossem nalguns casos recalculados excluindo estas regiões, tendo o mesmo acontecido para o cálculo dos valores para o total da UE.

## **2. Dados em falta no Eurostat e métodos de estimativa seguidos**

As situações de dados em falta na base de dados regionais do Eurostat são bastante diversas, o que obrigou a adoptar estratégias diferentes para estimar os respectivos valores. Não podendo ter a certeza de que os resultados assim obtidos reflectem a realidade do mesmo modo, podemos no entanto acreditar que reflectem, com muito elevada probabilidade, as tendências dominantes.

O princípio geral adoptado foi o de assumir que, nos períodos para que não existem dados para uma dada NUTS2, as dinâmicas terão sido iguais às dos períodos mais próximos para os quais existem valores, ou iguais às das regiões de nível superior em que estão inseridas (NUTS1), ou mesmo às do seu país. Expõem-se de seguida os critérios utilizados para estimar os dados nas situações mais frequentes em que houve necessidade de o fazer.

Nos casos em que, para um determinado país, não existiam os valores pretendidos para as suas regiões, ou para algumas delas, num dos dois anos considerados, eles foram estimados assumindo que as diferenças face à média nacional seriam iguais às do ano mais próximo para que há valores disponíveis. Nos casos em que não existiam valores para um dos anos pretendidos nem para as regiões nem para o país, foi primeiro estimado o valor nacional com base na variação média ocorrida nos anos mais próximos para que há dados, num período correspondente ao número de anos decorridos entre o valor pretendido (1995 ou 2007) e o ano do primeiro valor disponível, e depois aplicado o mesmo método acima descrito para a obtenção dos valores regionais a partir dos nacionais.

Para estimar valores de 2007, considerou-se preferencialmente os anos precedentes, pois em 2008 podem começar já a reflectir-se nos dados os efeitos da grande crise financeira declarada no final desse ano. Estes procedimentos foram também utilizados em casos em que num determinado país faltavam os dados para um conjunto de NUTS2 que correspondem a uma NUTS1, funcionando a informação sobre a NUTS1 como a informação nacional na explicação dada acima.

Nalguns casos, os valores de 1995 e/ou de 2007 das NUTS2 foram estimados pela média do ano anterior com o posterior, no caso de estarem disponíveis sem que houvesse valor para a NUTS1 de que aquelas NUTS2 fazem parte. Nalguns casos mais extremos (mas menos frequentes), em que não existem dados para uma NUTS2 em nenhum ano, mas existe para a NUTS1 ou para o país, foi esse o valor utilizado para o cálculo do índice nessa NUTS2 (como no emprego em sectores de alta tecnologia nalgumas regiões gregas, entre outras). Também houve algumas estimativas feitas a partir de dados de regiões

próximas com características socioeconómicas semelhantes, como no caso do emprego tecnológico e em serviços intensivos em tecnologia nalgumas regiões gregas e no Algarve, onde foi utilizado como referência o peso da Andaluzia em relação à Espanha. Nestes casos, na ausência de dados para a região em anos que pudessem ser utilizados como referência, considerou-se preferível assumir a diferença face ao valor nacional em regiões com características de algum modo similares em países vizinhos.

Uma variável que nalguns aspectos fugiu a estes procedimentos foi a relativa aos quilómetros de auto-estradas. Nalguns casos, foram assumidos valores anteriores ou posteriores, por serem inferíveis. Dado que a extensão de uma auto-estrada normalmente não diminui (excepto pequenas desclassificações que podem acontecer à entradas das cidades), pode-se inferir que, quando o total nacional, ou o das NUTS1, não varia, os valores das NUTS2 também se mantêm. Os valores relativos à Grécia em 2007 assumem os das auto-estradas existentes em 2011, cuja extensão foi medida no Google Earth, por indisponibilidade de outras fontes. Os únicos dados que o Eurostat apresenta sobre as auto-estradas da Grécia no período em análise são os de 1995 e 1996 e a Hellenic Statistical Authority (El.Stat) não tem disponíveis *on-line* dados sobre a extensão das auto-estradas do país. Para Portugal, os valores do Centro, Lisboa e Alentejo em 1995 e os de todas as regiões em 2007 foram retirados e/ou medidos dos mapas das estradas do Automóvel Clube de Portugal (ACP) editados em Maio de 1995 e em Maio de 2008. Como estes mapas são publicados de dois em dois anos, estas edições são as que têm os dados mais próximos do momento pretendido.

No caso da Bulgária, houve uma mudança de configuração dos limites das duas NUTS1 do país, com reflexos nas extensões das NUTS2, que foram registados em 2004 (o único ano em que há registo dos valores simultaneamente para estas duas classificações de NUTS), o que permitiu deduzir os valores de 1995 como se a configuração regional fosse a actual. Este procedimento foi necessário por, ao contrário do que acontece com as outras variáveis, o Eurostat apresentar aqui valores para as duas configurações regionais.

A falta de dados, quer no que se refere ao limitado número de variáveis disponíveis ao nível regional, quer ao início tardio de muitas das séries existentes, quer ainda às numerosas lacunas de dados de regiões ou países nas variáveis disponíveis, não é contudo o único problema com a informação de nível regional disponível no Eurostat. Por vezes foram também encontradas inconsistências, para as quais não havia qualquer nota da autoridade estatística da União Europeia. Por exemplo, no que se refere à população activa com mais de 15 anos que completou o ensino secundário superior ou um nível de ensino

superior, os valores da Itália mais que triplicam entre 1999 e 2000, sem que haja qualquer explicação técnica. Por isso, a estimativa dos valores para 1995 foi feita com base em dados apenas a partir do ano 2001, quando a evolução da série parece estabilizar.

Conforme já foi explicado, a própria configuração regional dos países da UE tem sofrido várias alterações ao longo das últimas décadas. Não foi encontrada nota do procedimento utilizado pela autoridade estatística europeia, quando acontecem mudanças das configurações regionais, quanto à comparabilidade dos dados antes e depois. Foram utilizados os dados por ela disponibilizados, presumindo-se que fossem recalculados retrospectivamente no caso de mudanças que o justificassem, para assegurar a comparabilidade ao longo dos anos. No único caso em que a recolha de dados feita para os dois anos em análise a partir de outra fonte teve pelo meio uma alteração da configuração de NUTS2 (os kms de auto-estradas em Portugal em 1995 e 2007), os valores de 1995 respeitam à configuração que as NUTS2 têm actualmente.

A tarefa de estimar valores e uniformizar critérios para apresentação de dados não é uma peculiaridade do trabalho que aqui se apresenta, sendo antes uma prática corrente nas instituições internacionais que trabalham com estatísticas de muitos países.

Podemos dar o exemplo dos dados sobre o número médio de anos de escolaridade utilizados no Relatório sobre Desenvolvimento Humano de 2010 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cuja fonte é a base de dados de Barro e Lee (2010) sobre níveis de instrução por países, sexo e idades. No respectivo sítio electrónico, os autores explicavam, na página relativa à metodologia, que preenchem a maioria dos dados em falta através da extrapolação, para anos posteriores e anteriores, das observações dos censos/inquéritos disponíveis sobre esta realidade. E também fazem suposições. Por exemplo, a de que o nível de instrução dos indivíduos se mantém inalterado entre os 25 e os 64 anos e a de que a mortalidade é igual em todos os níveis de instrução.

Outro exemplo pode ser o das estatísticas das migrações internacionais da OCDE, que em 2005 dedicou um dos seus Cadernos Estatísticos ao problema da comparabilidade das estatísticas relativas a este assunto, cujos dados da edição de 2010 das *Perspectives des Migrations Internationales* eram objecto de numerosas notas dando conta das particularidades relativas a muitos dos seus países.

A descrição exaustiva dos procedimentos de estimativa de valores, bem como da sua obtenção a partir de outras fontes que não a base de dados regionais do



Eurostat, consta no Anexo I. Estão aí descritos, para cada variável inicial obtida na base de dados, os procedimentos adoptados em cada estimativa realizada, bem com assinalados todos os casos em que os dados foram obtidos a partir de outras fontes.

### **3. Cálculo do Índice de Desempenho Económico-Social (IDES)**

#### *Das variáveis aos indicadores*

Algumas das variáveis obtidas a partir das fontes e métodos acima descritos precisavam ainda de ser transformadas em indicadores que traduzissem características socioeconómicas das regiões, num leque alargado de dimensões, que pudessem depois ser agregados num índice compósito. Assim, a partir dos dados da população produziram-se três indicadores: a taxa de crescimento populacional no triénio precedente ao ano de referência, a densidade populacional (para o que se utilizaram os dados da superfície em km<sup>2</sup> disponíveis na base de dados do Eurostat) e a percentagem de população com menos de 65 anos, em 1995 e em 2007.

A partir da população activa que completou o ensino superior e da população activa que completou um grau de ensino superior, calculou-se a percentagem de população em idade activa com estes dois níveis de instrução em cada um dos dois anos. Este cálculo obrigou a um procedimento específico para calcular o valor da população em idade activa para o conjunto da União Europeia em 1995 (ver Anexo I), por os valores do Eurostat de 1999 a 2006 serem inconsistentes com os da EU-25 e zona euro.

Em relação aos quilómetros de auto-estrada, optou-se pela sua ponderação pela superfície da região, de modo a traduzir a sua densidade em função de um dos aspectos mais relevantes para o dimensionamento das redes viárias.

As restantes variáveis obtidas no Eurostat (esperança de vida à nascença, médicos por 100 mil habitantes, percentagem de emprego em sectores de alta tecnologia, rendimento disponível por habitante em euros PPC, PIB PPC por habitante) são também já indicadores que traduzem a intensidade, em cada unidade territorial, de dimensões relativas ao bem-estar socioeconómico (ver anexos III e IV).

### *O cálculo do índice*

Passou-se então à fase de construção do Índice de Desempenho Económico-Social, com uma metodologia semelhante à utilizada pelo PNUD para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 2011).

Isto significa que, primeiro, cada indicador obtido foi transformado num índice com valores entre 0 e 1, que traduz uma medida normalizada da posição de cada região em cada uma das dimensões que eles representam, funcionando cada um desses índices como um sub-índice do indicador sintético final. Com esse objectivo, foram estabelecidos valores máximos e mínimos (balizas) para cada variável, que permitiram transformá-la em índice.

Os valores máximo e mínimo escolhidos como baliza para cada variável são o máximo e mínimo registado para cada uma delas entre o conjunto dos valores obtidos para todas as regiões nos dois anos que balizam este estudo. Como o objectivo primeiro é a comparação das dinâmicas regionais nesse período, não se torna relevante para as comparações a realizar quais os valores máximos ou mínimos em cada um dos anos do período em análise ou obter valores mínimos que retratassem o percurso feito num período mais prolongado (com início antes de 1995).

Definidos os máximos e mínimos para cada indicador, o sub-índice é calculado segundo a seguinte fórmula:

$$\text{Índice do indicador} = \frac{\text{Valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{Valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Como muito provavelmente a função de transformação entre rendimento e bem-estar é côncava (ver Pickett, 2009; PNUD, 2011), para o PIB e os rendimentos dos agregados utilizou-se o logaritmo natural dos valores indicados na fórmula acima, que assim se transforma em:

$$\text{Índices PIB e rendimentos} = \frac{\text{Ln (valor observado)} - \text{Ln (valor mínimo)}}{\text{Ln (valor máximo)} - \text{Ln (valor mínimo)}}$$

### *A estruturação do IDES em sub-índices*

Após todos os indicadores terem sido normalizados, foram calculados três sub-índices, antes de se calcular o índice de desempenho socioeconómico global. A partir dos valores normalizados da taxa de crescimento da população, da densidade populacional e da população com menos de 65 anos, calculou-se um sub-índice demográfico. As restantes variáveis deram origem a um sub-índice social e a um sub-índice económico, e estes três sub-índices foram utilizados para calcular o Índice de Desempenho Económico-Social (IDES) geral nos dois anos, com ponderações no cálculo que constam da Tabela 1.

**Tabela 1** – A estrutura do IDES

<b>Índices</b>	<b>Variáveis/ índices incorporados</b>	<b>Peso da variável</b>
Sub-índice demográfico	– Taxa de crescimento da população (%) no triénio anterior – Densidade populacional – População com menos de 65 anos (%)	40% 20% 40%
Sub-índice social	– Esperança de vida à nascença – Médicos/ 100 mil habitantes – População activa com o ensino secundário superior – População activa com um grau de ensino superior	33,33% 33,33% 16,66% 16,66%
Sub-índice económico	– Emprego (%) em sectores de alta tecnologia – Rendimento disponível líquido dos agregados (PPC) – PIB/ habitante a preços correntes de mercado PPC – Kms de auto-estradas por 1000 km <sup>2</sup>	40% 20% 20% 20%
<b>Índice de desempenho socioeconómico (IDES)</b>	Sub-índice demográfico Sub-índice social Sub-índice económico	30% 30% 40%

A construção/ concepção de indicadores sintéticos desta natureza reflecte sempre uma determinada concepção da(s) realidade(s) que estão em estudo, que não é redutível à escolha das variáveis utilizadas e do seu peso nos índices a calcular, mas que nas quais se reflecte. Importa por isso explicitar sucintamente as razões que conduziram à ponderação exposta na Tabela 1.

A estruturação do índice de desempenho socioeconómico regional foi feita a partir de três sub-índices porque deste modo torna-se mais fácil isolar as suas principais componentes, e ao mesmo tempo dar coerência ao contributo de

cada variável utilizada, de modo a facilitar a análise dos resultados. A escolha das variáveis que integram cada um dos três sub-índices utilizados obedeceu em primeiro lugar a critérios de arrumação temática, que nalguns casos poderão parecer óbvios, mas que noutros casos não será tanto assim.

Taxa de crescimento da população, densidade populacional e peso da população com menos de 65 anos são variáveis de índole estritamente demográfica, que por isso fazia sentido agrupar num sub-índice. O menor peso atribuído, no seu cálculo, à densidade populacional resulta de a sua variação ser uma função da variação populacional num dado período, aspecto que já está incorporado numa outra destas variáveis – a taxa de crescimento da população.

Para o cálculo do sub-índice social, a utilização da esperança de vida à nascença e dos médicos/ 100 mil habitantes obedece à natureza deste tipo de indicadores, situação que poderá já não ser tão óbvia em relação à utilização da população activa com o ensino secundário superior e da população activa com um grau de ensino superior. A utilização destas duas últimas variáveis tem como objectivo conseguir uma aproximação aos níveis de instrução/ qualificação da população, por não estarem disponíveis dados regionalizados sobre estes aspectos. Sendo os dados relativos ao mercado de trabalho normalmente vistos como representando mais a realidade económica do que a social, o facto de se utilizar a população activa, em vez da população empregada, reflecte mais a qualificação da força de trabalho (dimensão social) do que a sua efectiva utilização na produção (dimensão económica).

Por outro lado, entendeu-se que a utilização destes dois níveis de qualificação seria mais adequado do que apenas um deles, pois permite entrar em consideração com realidades de qualificação bastantes diversas entre os países da UE, sem beneficiar desproporcionadamente apenas perfis de evolução mais específicos. Isto é, o avanço na qualificação da força de trabalho de países com perfis escolares mais baixos é assim melhor captada do que se se utilizasse apenas a população activa que tivesse completado um grau de ensino superior, e vice-versa. Mas por representarem a mesma dimensão social – qualificação da população – estas duas variáveis têm no seu conjunto o mesmo peso no sub-índice social que as outras duas utilizadas. Embora a esperança de vida à nascença seja também função do sistema de saúde disponível, ela reflecte um conjunto mais vasto de condições de vida materiais (e, provavelmente, também subjectivas), pelo que se entendeu que não representa apenas o desempenho do sistema de saúde e por isso o seu peso neste sub-índice foi considerado autonomamente do dos médicos/ 100 mil habitantes – esta sim uma variável com reflexos essencialmente sobre a saúde das populações.

O emprego em sectores de alta tecnologia foi por seu lado visto como representando um aspecto muito importante das economias europeias nos anos mais recentes – a intensidade da sua especialização tecnológica –, o que levou à sua incorporação no sub-índice económico com o dobro do peso atribuído às restantes variáveis consideradas (rendimento disponível líquido dos agregados, PIB/ habitante PPC e quilómetros de auto-estradas por 1000 km<sup>2</sup>). Esta ponderação mais elevada resulta da relevância da especialização tecnológica para a produtividade e inovação, aspectos centrais nas agendas recentes de crescimento sustentado das economias mais desenvolvidas, também conhecido por “*smart growth*”.

O lado da quantidade de produção e consumo é também muito importante, mas já está representado por duas variáveis, que assumem conjuntamente o mesmo peso no sub-índice que a especialização tecnológica. Havia algum risco de que as variáveis rendimento disponível líquido dos agregados e PIB/ habitante PPC fossem redundantes para a medição da evolução no período de 1995 a 2007, por representarem em parte a mesma realidade. No entanto, o cálculo da correlação linear entre a variação dos dois índices neste período deu um valor de  $R^2$  de 0,5048, o que exclui aquela hipótese.

Finalmente, a rede de transportes é um dos aspectos da infra-estrutura física que é indispensável ao funcionamento da economia, e por essa razão a densidade de auto-estradas foi incluída neste sub-índice. No entanto, por as infra-estruturas, e em particular as auto-estradas, não reflectirem necessariamente o dinamismo económico (pode por exemplo corresponder em grande parte a uma função de simples atravessamento), este indicador entrou no sub-índice com metade do peso do emprego em alta tecnologia, ficando a dimensão da infra-estrutura com metade do peso das outras duas – intensidade tecnológica e produção/consumo.

Neste caso, a ponderação escolhida para o peso das quatro variáveis no sub-índice permite uma maior diferenciação da evolução das regiões no período em análise do que dando igual peso às quatro variáveis – desvio padrão de 0,049 e coeficiente de variação de 0,528, face a respectivamente 0,040 e 0,385.

#### *A ponderação do índice final*

A partir dos três sub-índices acima explicados, a composição do índice global poderia assumir várias ponderações, sendo que, qualquer que fosse a escolha, ela corresponderia sempre a uma determinada concepção de bem-estar socioeconómico e também, mas em menor medida, do fenómeno de

globalização contemporâneo e da sua relação com o bem-estar europeu desde o início dos anos 1990.

A opção por um peso da dimensão demográfica idêntico ao das outras duas pode parecer exagerado, mas justifica-se atendendo a que o envelhecimento da população e a dramática quebra de natalidade nalguns países europeus, para níveis substancialmente inferiores ao limiar de substituição de gerações, podem a prazo comprometer o bem-estar em muitos territórios, se essas tendências persistirem prolongadamente. As consagradas expressões “desenvolvimento socioeconómico” e “bem-estar socioeconómico” remetem apenas para estas duas dimensões. Durante várias décadas, a sua dimensão demográfica tem sido ignorada, o que se pode perceber numa conjuntura de população estável ou florescente – situação que não é já a da Europa.

Num contexto que se perspectiva de potencial retracção demográfica e significativo envelhecimento, a demografia vai condicionar o mercado de trabalho, a sustentabilidade da produção e do consumo e o bem-estar das populações, sendo de admitir que os seus efeitos entronquem quer na dimensão económica quer na dimensão social do bem-estar, mas sobretudo nesta última. Esta é uma das razões por que se deu um peso um pouco maior ao sub-índice económico, a par do carácter eminentemente económico da concepção de globalização perfilhada neste estudo, em grande medida a globalização da economia mundial, ou um “capitalismo do mercado global”, como lhe chama Mário Murteira (2003, p.26).

Por outro lado, se a população activa com o ensino secundário superior e a população activa com um grau de ensino superior fossem ponderadas no sub-índice económico, o seu peso subiria para 50%. Note-se que estas duas variáveis têm um carácter algo misto entre social e económico, pois se o nível de instrução assume um carácter mais social, o emprego já entra claramente na dimensão económica, considerada neste estudo como a mais relevante do actual processo de globalização.

#### **4. Os valores nacionais e para o conjunto da UE**

Para ter uma visão à escala nacional e para obtenção de termos de comparação com vista à análise dos resultados após a representação cartográfica (e gráfica) dos índices regionais e sua evolução, revelou-se necessário organizar um quadro com os valores nacionais e do conjunto da União Europeia relativos às variáveis utilizadas e aos índices calculados para as NUTS2 (ver Tabela 2).

Além dos cálculos que foi necessário efectuar no caso das variáveis que tiveram de ser transformadas em indicadores para o cálculo do índice de desempenho socioeconómico regional, houve também que considerar os valores nacionais da França e da Espanha, respectivamente, sem os valores relativos às regiões ultramarinas francesas e de Ceuta e Melilla – operação que se realizou também para o conjunto da UE, com algumas excepções (casos da esperança de vida à nascença e do emprego em sectores de alta tecnologia), devido a indisponibilidade de informação no Eurostat.

Este procedimento obteve resultados com uma diferenciação com algum significado apenas relativa aos valores da França metropolitana face ao total do país com as regiões ultramarinas, devido ao peso ínfimo de Ceuta e Melilla em Espanha, e destas duas cidades e dos territórios ultramarinos franceses no conjunto da UE. No entanto, o cuidado na distinção justifica-se por uma questão de rigor conceptual e metodológico do estudo.

As especificidades dos cálculos, e de algumas estimativas, realizados para os valores nacionais e para o conjunto da UE estão explicadas no Anexo II.

## **5. Representação cartográfica e gráfica**

Após reunida e organizada a informação de base, e calculados os índices pretendidos, era necessário representar em mapas e gráficos os principais aspectos dos resultados que se pretendia analisar, e ainda proceder a algum tratamento estatístico dos dados.

Para a elaboração dos mapas, a opção foi representar a variação do índice entre 1995 e 2007 e o valor do índice neste último ano, o que permite, respectivamente, obter uma imagem do desempenho relativo das regiões no período em estudo e uma imagem das suas posições relativas ao bem-estar no ano final. Optou-se pela representação destes dois conjuntos de dados para o índice global, para os três sub-índices e para cada uma das variáveis-índice utilizadas.

Para a elaboração destes mapas, utilizou-se um programa de cartografia electrónica (o ArcMap10), indispensável dado o elevado número de NUTS2 na UE, e que acabou por resultar na utilização de 260 unidades de análise, atendendo aos condicionamentos e especificidades já expostos (os dados utilizados para a cartografia utilizaram 264 regiões, mas com valores iguais para as cinco NUTS2 da Dinamarca, apenas por uma questão de compatibilização com o mapa base utilizado, que cartografa apenas as NUTS2).

Para efeitos de representação em cada um destes mapas, as regiões foram divididas em cinco classes, com base no respectivo diagrama de dispersão, utilizando-se o método de agrupamento na ruptura natural de Jenks – que o programa elabora automaticamente. Este método visa obter o melhor arranjo possível procurando minimizar o desvio padrão em relação à média da classe, maximizando ao mesmo tempo o desvio de cada classe em relação às médias de outros grupos; ou, por outras palavras, procura reduzir a variância dentro de cada classe e maximizar a variância entre classes.

Além disso, foram cruzadas, em gráficos de dispersão (utilizando o Excel), as variações dos sub-índices nas regiões. Optou-se por elaborar dois gráficos, um cruzando a evolução do sub-índice económico com a do sub-índice demográfico, e outro cruzando também a variação do sub-índice económico com a do sub-índice social. Esta opção por uma maior ênfase na dimensão económica resulta, mais uma vez, do carácter eminentemente económico e hegemónico do fenómeno da globalização que se afirmou plenamente após 1990.

O cruzamento da evolução de cada um destes dois pares de sub-índices deu ainda origem a dois mapas. Após o cálculo da variação média de cada sub-índice, as regiões foram agrupadas em quatro grupos (quer para o cruzamento da evolução do sub-índice económico com a do sub-índice demográfico, quer também para a da variação do sub-índice económico com a do sub-índice social): variação acima da média dos dois índices, variação acima da média do sub-índice económico e abaixo da média do outro sub-índice, variação abaixo da média do sub-índice económico e acima da média do outro sub-índice, e variação abaixo da média dos dois sub-índices. Para a representação, utilizou-se o mesmo programa cartográfico.

A opção pela análise da variação do valor dos índices, em vez da sua variação percentual, como medida da evolução da situação socioeconómica nas regiões, merece também uma nota, por não ser a opção dominante nas publicações da Comissão Europeia e poder ser considerada discutível. Para uma aproximação à medição de ganhos e perdas regionais, considera-se mais adequado usar os valores de ganhos ou perdas absolutos do que utilizar variações relativas, porque o que pretendemos comparar é a evolução das diferenças entre regiões, num período relativamente longo, e não a velocidade relativa de alteração dessas diferenças com base no ponto de partida de cada uma delas – nesse caso, sim, seria mais indicado utilizar a variação percentual no período, ou uma taxa média anual.



Utilizar a variação do índice permite eliminar o efeito de regiões com pontos de partida muito baixos em que algum incremento ou recuo pode corresponder a elevadas taxas de variação percentual, que no entanto traduzem ganhos absolutos menores do que em regiões com pontos de partida mais elevados e menor crescimento percentual, mas com variações absolutas maiores.

Finalmente, a análise dos resultados obtidos e a sua discussão deve ser feita tendo presente que, além das limitações inerentes à metodologia e métodos utilizados, há ainda a que resulta do elevado número de dados estimados e obtidos a partir de fontes diferentes, e portanto sem garantia de homogeneidade de critérios de recolha e tratamento. Note-se que pouco mais de 10% dos 260 valores relativos à variação do IDES entre 1995 e 2007 não são afectados por situações deste tipo. Nos anexos, os valores sombreados a azul são de algum modo produtos de estimativas ou originários em fontes que não o Eurostat.



### **III – Em busca de padrões**

#### **1. O desempenho ao nível nacional**

Os valores do Índice de Desempenho Económico-Social (IDES) nos países da União Europeia (UE) mostram que houve um aumento generalizado entre 1995 e 2007, o que evidencia ser este um período de avanços. A única exceção foi Malta, com um valor em 2007 ligeiramente inferior ao de 1995, correspondendo na prática a uma estagnação do seu desempenho e a um forte recuo relativo, do topo da tabela para uma situação em linha com a média.

Os avanços mais significativos do IDES ocorreram na maioria dos casos em países que no final do período em análise estavam com os melhores valores, sendo a Espanha a única exceção óbvia (gráficos 1 e 2), tendo em 2007 um valor apenas ligeiramente acima da média europeia. Por outro lado, as melhores evoluções ocorreram também em países que em 1995 já tinham situações relativamente mais favoráveis, como são os casos do Luxemburgo e da Irlanda (ver Tabela 2, com os valores nacionais), ou próximas da média da actual UE com 27 Estados-membros, como na Finlândia e no Reino Unido.

Estes resultados mostram também que, do grupo inicial de países que mais recebiam fundos europeus (Irlanda, Espanha, Grécia e Portugal) com vista à coesão económica e social, dois tiveram uma evolução pouco superior à do conjunto da UE neste período, chegando assim a 2007 com valores do IDES também abaixo da média da União. Trata-se de Portugal e da Grécia, cuja situação económico-social melhorou, mas com a posição relativa no contexto da UE a manter-se muito débil, apresentando-se apenas mais favorável do que a de novos estados membros do Leste, que no início dos anos 1990 iniciaram um processo de transição para economias capitalistas, com abertura de mercados e inserção na lógica da economia global.

Alguns dos países do Leste apresentavam já valores do IDES claramente mais favoráveis do que os portugueses e os gregos – eram os casos da Eslováquia, República Checa e Eslovénia, ou ainda da Hungria em relação a Portugal – mas em geral apresentavam os piores valores do IDES em 2007. Era bastante clara a relação entre os melhores valores (ou menos maus...) e a centralidade face à UE.

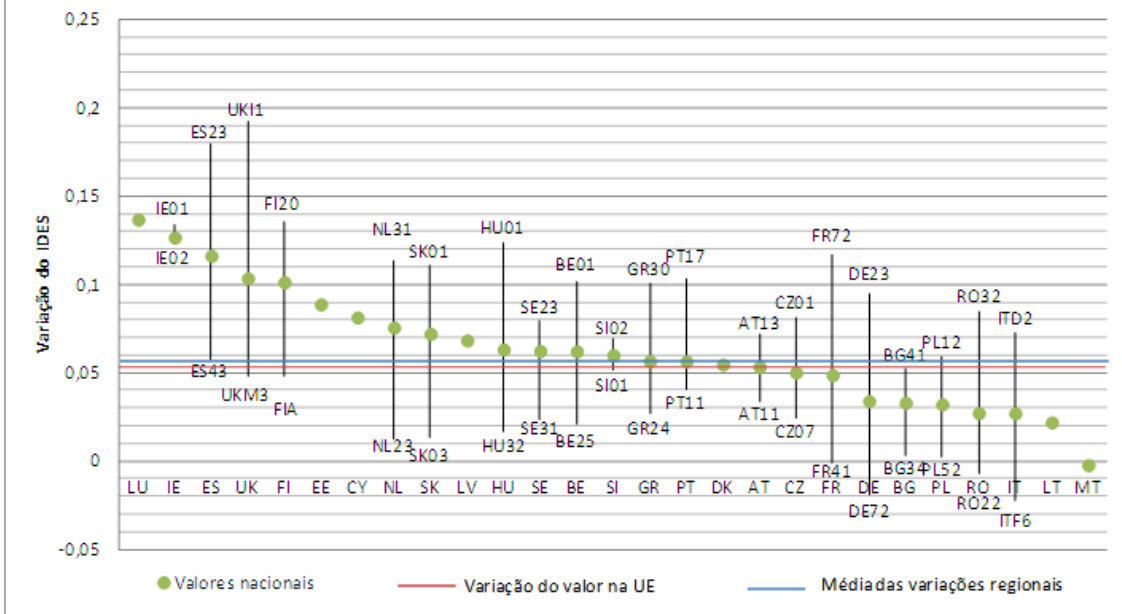
O Gráfico 1 mostra também que os países com maior avanço do IDES são os que tendem a apresentar maiores diferenças nas evoluções regionais por NUTS2, a par, naturalmente, dos de maior dimensão, cujo maior número de

**Tabela 2 – Índice de Desempenho Económico-Social e sub-índices por país**

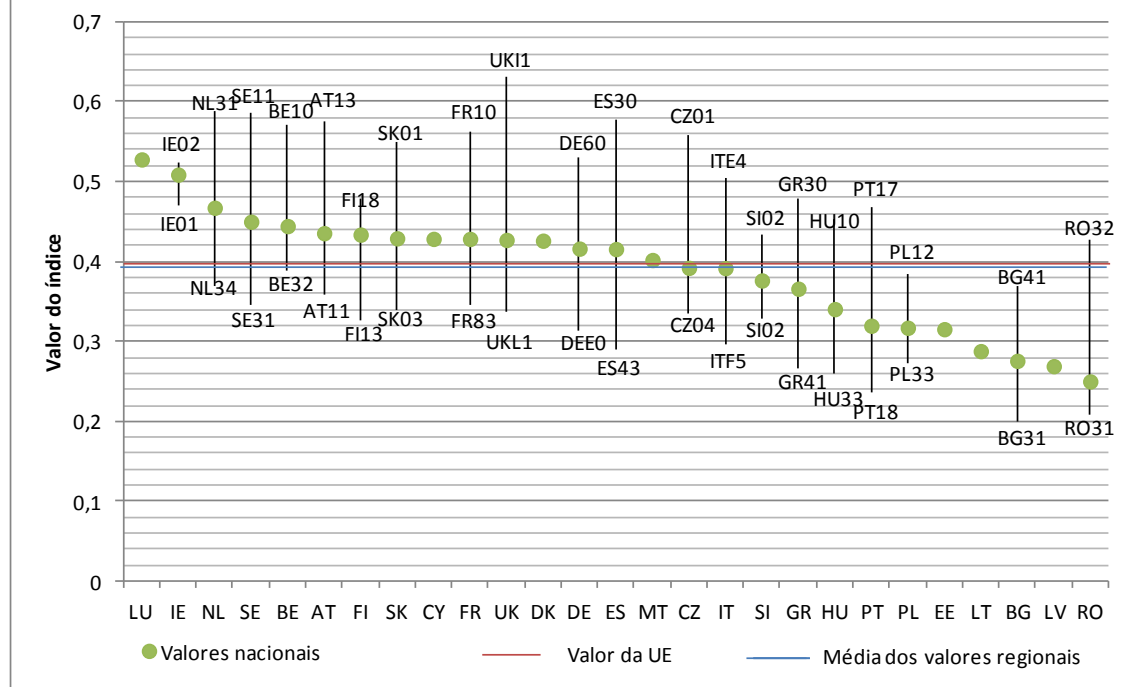
	Índice total (IDES)			Índice demográfico			Índice social			Índice económico		
	Ind 1995	Ind 2007	Ind var	Ind 1995	Ind 2007	Ind var	Ind 1995	Ind 2007	Ind var	Ind 1995	Ind 2007	Ind var
UE (27 países)	0,340285	0,393033	0,052748	0,426659	0,387618	-0,03904	0,432993	0,545693	0,112701	0,205973	0,282599	0,076625
UE (sem territórios ext)	0,340263	0,393128	0,052865	0,425896	0,386869	-0,03903	0,433273	0,54617	0,112898	0,206281	0,283041	0,07676
Bélgica	0,382538	0,444642	0,062104	0,413648	0,398922	-0,01473	0,478722	0,603673	0,124951	0,287067	0,359658	0,072591
Bulgária	0,242943	0,275952	0,033008	0,364908	0,320602	-0,04431	0,316549	0,4305	0,113951	0,096266	0,126553	0,030287
República Checa	0,342264	0,392375	0,050112	0,450013	0,43243	-0,01758	0,422125	0,535614	0,113489	0,201556	0,254905	0,053349
Dinamarca	0,371673	0,42637	0,054697	0,418188	0,415532	-0,00266	0,462382	0,557767	0,095385	0,268755	0,335951	0,067196
Alemanha	0,382437	0,416432	0,033995	0,429926	0,293821	-0,13611	0,468932	0,608841	0,139909	0,281948	0,364082	0,082134
Estónia	0,226869	0,31563	0,088761	0,29885	0,342664	0,043814	0,310404	0,467613	0,157209	0,110232	0,181367	0,071135
Irlanda	0,382483	0,509043	0,12656	0,510672	0,639581	0,128909	0,34441	0,554233	0,209823	0,314897	0,377247	0,062351
Grécia	0,309585	0,366222	0,056637	0,458136	0,34795	-0,11019	0,461523	0,626481	0,164958	0,084218	0,184732	0,100514
Espanha (sem poss. M)	0,299568	0,415844	0,116276	0,417708	0,469189	0,051481	0,393455	0,573614	0,180158	0,140547	0,257509	0,116962
França (metropolit.)	0,379881	0,428579	0,048699	0,425686	0,413503	-0,01218	0,474005	0,587147	0,113141	0,274933	0,320961	0,046028
Itália	0,364908	0,392007	0,027099	0,375066	0,339251	-0,03582	0,542516	0,567791	0,025275	0,224083	0,299736	0,075653
Chipre	0,347293	0,428628	0,081335	0,635033	0,598934	-0,0361	0,400563	0,555409	0,154846	0,091536	0,205813	0,114277
Letónia	0,200987	0,26934	0,068353	0,326426	0,321939	-0,00449	0,289584	0,393433	0,103849	0,040461	0,136822	0,096361
Lituânia	0,266194	0,28814	0,021946	0,430567	0,35333	-0,07724	0,288936	0,42473	0,135794	0,125859	0,136805	0,010946
Luxemburgo	0,391347	0,528065	0,136717	0,513016	0,522295	0,009279	0,401665	0,508864	0,107199	0,292357	0,546792	0,254435
Hungria	0,27749	0,340715	0,063224	0,416322	0,372309	-0,04401	0,316584	0,38876	0,072177	0,144047	0,280984	0,136937
Malta	0,404435	0,40217	-0,00227	0,572859	0,496564	-0,0763	0,316672	0,459838	0,143166	0,343939	0,288124	-0,05582
Países Baixos	0,391954	0,467574	0,07562	0,489646	0,433953	-0,05569	0,455005	0,617142	0,162136	0,271396	0,380614	0,109217
Áustria	0,382541	0,43579	0,05325	0,439792	0,396695	-0,0431	0,491569	0,647486	0,155917	0,257832	0,30634	0,048509
Polónia	0,285211	0,317358	0,032146	0,509049	0,435655	-0,07339	0,321272	0,409956	0,088684	0,090287	0,159186	0,068899
Portugal	0,26346	0,319956	0,056496	0,420473	0,377866	-0,04261	0,301081	0,454667	0,153586	0,117485	0,17549	0,058005
Roménia	0,222994	0,250193	0,027199	0,414326	0,392698	-0,02163	0,237728	0,331527	0,093799	0,068444	0,082313	0,013869
Eslovénia	0,31659	0,376588	0,059998	0,459062	0,397689	-0,06137	0,350798	0,508576	0,157778	0,18408	0,261771	0,077691
Eslováquia	0,357288	0,429332	0,072045	0,520612	0,478865	-0,04175	0,484286	0,638185	0,153899	0,139546	0,235544	0,095998
Finlândia	0,332686	0,433969	0,101282	0,449751	0,391485	-0,05827	0,385328	0,567988	0,18266	0,205406	0,365317	0,15991
Suécia	0,387737	0,450101	0,062364	0,387494	0,380672	-0,00682	0,53999	0,648698	0,108708	0,273731	0,353226	0,079495
Reino Unido	0,323709	0,427274	0,103565	0,403161	0,421219	0,018057	0,369941	0,545695	0,175754	0,229446	0,343	0,113554

Nota: os valores sombreados a azul incorporaram no seu cálculo pelo menos um valor estimado ou de outra fonte que não o Eurostat.

**Gráfico 1 – Variação do IDES (1995-2007)**  
**Médias nacionais e extremos regionais**



**Gráfico 2 – IDES, médias nacionais e extremos regionais, 2007**



regiões gera maiores probabilidades de evolução mais diferenciada. Esta leitura não se pode obviamente fazer para os países sem divisão por NUTS2 (representados no gráfico apenas por um ponto, correspondente ao valor nacional), e perde significado para aqueles com um número muito reduzido destas unidades, como é o caso da Irlanda e da Eslovénia.

As diferenças entre as regiões com maior e com menor evolução do IDES na Finlândia, Países Baixos, Eslováquia e Hungria ilustram as maiores diferenças entre NUTS2 nos países com maiores evoluções do índice, a par do que se passou no Reino Unido e em Espanha, que conjugam uma forte progressão com o facto de terem uma grande dimensão à escala europeia. Considerando os extremos regionais no IDES por país em 2007 (Gráfico 2), atenua-se o efeito de as maiores disparidades coincidirem em grande medida com os países com maior progressão no período considerado, e acentua-se a importância da dimensão de cada Estado.

As regiões que dentro de cada país tinham em 2007 uma situação económico-social mais favorável correspondiam na sua esmagadora maioria às das capitais nacionais, e as com menores valores correspondem em larga medida a periferias no interior de cada país – é o que se passa em Itália com a Basilicata, em Espanha com a Extremadura, em Portugal com o Alentejo, em França com a Córsega, no Reino Unido com Gales Ocidental, na Áustria com Burgenlan (junto à Hungria), na Polónia com Świętokrzyskie ou na Eslováquia com Stredné Slovensko.

Os valores da Tabela 2 permitem constatar que durante o período de 1995 a 2007 – escolhido para análise por corresponder em grande medida à fase mais intensa da globalização dos mercados – a generalidade dos países que se encontravam com as melhores posições iniciais assim se mantinham no final. São sobretudo pequenos Estados do centro e Norte da Europa, a que se juntou a Irlanda. Entre as grandes potências da UE, é de assinalar que em 1995 o Reino Unido se encontrava bastante abaixo da Itália, da França e da Alemanha, mas que em 2007 tinha trocado de posição com a Itália, registando uma das maiores progressões do IDES neste período. Assim, em 2007 a França, o Reino Unido e a Alemanha apresentavam-se sensivelmente a meio da tabela, por esta ordem, com valores um pouco acima da média da UE, à semelhança do que acontecia em 1995 com a Alemanha, a França e a Itália, também por esta ordem.

A limitada progressão do IDES na Alemanha durante este período está provavelmente relacionada com a unificação nacional, com “a consequente devastação da economia da antiga República Democrática Alemã” (Dunford,

1993, p. 743), que obrigou a um grande esforço de reconstrução e adaptação à economia de mercado, a par do esforço que a Alemanha teve de fazer para financiar os fundos europeus de solidariedade, para os quais tem sido o maior contribuinte líquido. Este último aspecto ajudará a explicar também a relativamente fraca progressão da França e o forte avanço britânico – pois o Reino Unido tem estado em larga medida isento deste esforço de solidariedade.

Por outro lado, constata-se que os países que se encontravam com as piores posições no início assim se mantinham no final, com a notória excepção da Espanha, que subiu cinco posições, da 19<sup>a</sup> para 14<sup>a</sup>. Houve também subidas fortes da Irlanda e do Reino Unido, respectivamente das 7<sup>a</sup> e 16<sup>a</sup> posições para as 2<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup>, bem como da Eslováquia.

Note-se que as posições face às médias para o conjunto da UE com 27 membros são seguramente diferentes do que para a UE nas suas configurações anteriores, com Doze ou Quinze estados, que tinham níveis médios de bem-estar significativamente superiores aos dos dez países do Leste pós-soviético que entretanto entraram na União. Assim, não se deve perder de vista que alguns dos países da UE anteriores ao alargamento ao leste que têm valores do IDES acima das médias em 1995 e 2007 não os teriam caso esse alargamento não tivesse existido. Por outro lado, o IDES mede um conjunto alargado de dimensões da vida económica e social, enquanto os critérios que permitiam incluir países entre os beneficiários dos Fundos de Coesão comunitários assentavam sobretudo no PIB.

Estes dois aspectos permitem compreender que a Irlanda fizesse parte do grupo inicial de países que mais recebiam fundos europeus com o objectivo de promover a coesão económica e social, o que não acontecia com o Reino Unido e outros países com valores do IDES inferiores ao da Irlanda em 1995, quando este país estava todo ao abrigo do então Objectivo 1, dedicado às regiões mais pobres, com um PIB por habitante inferior a 75% da média da UE.

Note-se que após a sua entrada na União Europeia (em 1995), vastas regiões do Centro e Norte da Suécia e da Finlândia puderam receber apoios dos fundos estruturais até 2006 por serem territórios de muito baixa densidade populacional; a partir de 2007 a lógica mudou, com um novo quadro de política de coesão e fundos estruturais a vigorar até 2013, e apenas uma região interior do centro da Finlândia não estava entre as que beneficiavam do estatuto de topo, que respeita a financiamentos para responder ao objectivo da competitividade e emprego. A relação dos Fundos de Coesão com a evolução do IDES neste período será discutida mais adiante.

## **2. O desempenho ao nível regional**

### **2.1. A evolução socioeconómica**

O mapa relativo à variação do Índice de Desempenho Económico-Social (IDES, Mapa 1) mostra que o desempenho socioeconómico das NUTS2 da União Europeia (UE) entre 1995 e 2007 foi mais forte na generalidade das regiões espanholas e britânicas, na Irlanda, na Finlândia, na Estónia e em Chipre. Além destes países, destacam-se também a maioria das regiões das cidades capitais (tal como se constatou na análise das evoluções regionais mais contrastadas), com algumas exceções – as regiões de Paris, Berlim e Roma não seguem essa tendência.

Quase todas as regiões apresentam variações positivas do IDES, à excepção de 13 (ver Anexo IV), localizadas sobretudo no Sul de Itália e no centro da antiga Alemanha Ocidental, e ainda a Lorena (FR41), em França, Malta e uma região romena. Trata-se das regiões italianas da Calábria (ITF6), Abruzzo (ITF1), Campânia (ITF3), Molise (ITF2), Puglia (ITF4) e Basilicata (ITF5). E ainda das regiões alemãs de Gießen (DE72, a que tem a maior queda do índice), Koblenz (DEB1), Lüneburg (DE93) e Kassel (DE73).

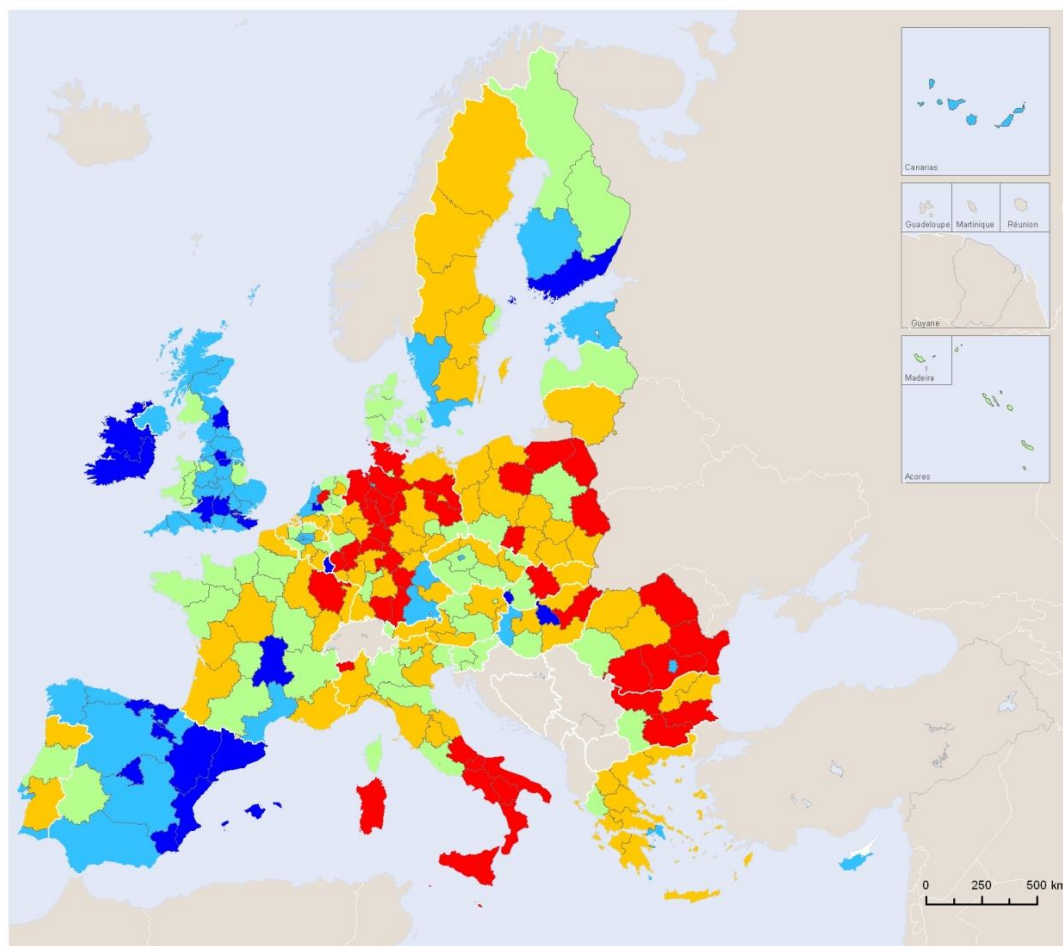
Constata-se também que houve um grupo mais alargado de regiões, agrupadas na mesma classe, em que as variações foram apenas muito ligeiramente positivas, o que configura uma quase estagnação. São também regiões da Itália e da Alemanha, mas sobretudo do Leste – da Polónia, Roménia, Bulgária, Eslováquia e Hungria. As regiões dos países mais a leste estão aliás também entre as que obtiveram menores avanços do IDES neste período. Foi o que aconteceu na Lituânia, Roménia, Bulgária e Polónia. Entre os países do antigo bloco soviético, os maiores avanços aconteceram sobretudo nos mais centrais – Eslováquia, Eslovénia e República Checa – e também na Estónia, como já referido.

A Itália e a Alemanha são os dois grandes países da UE que apresentam os piores resultados regionais em termos da evolução do índice de bem-estar socioeconómico, enquanto a França apresenta uma evolução intermédia entre a destes dois países e a do Reino Unido e Espanha. Isto não significa que a Itália e a Alemanha tenham chegado a 2007 com uma situação mais desfavorável do que a da generalidade dos outros países europeus.

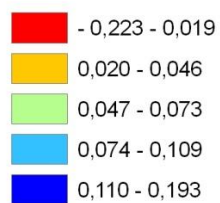
O Mapa 2, relativo ao Índice de Desempenho Económico-Social em 2007, mostra que a maioria das regiões italianas, correspondentes ao Centro-Norte do país, está no grupo das que têm uma situação em torno da média ou superior,



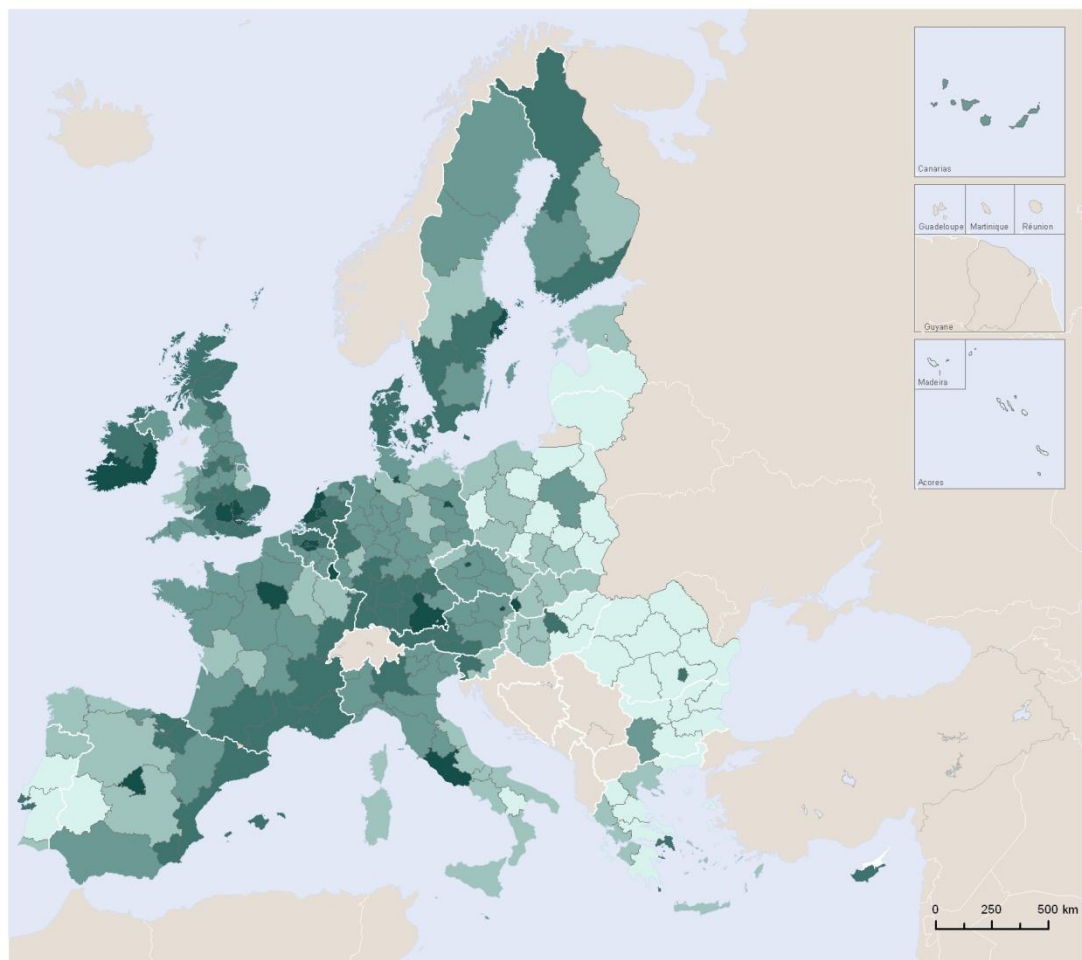
Mapa 1 – Variação do Índice de Desempenho Económico-Social (IDES), 1995-2007



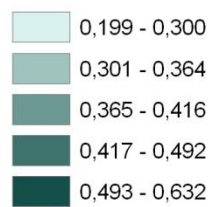
**Variação do índice**



Mapa 2 – Índice de Desempenho Económico-Social (IDES), 2007



**Índice**



com as do Centro-Sul abaixo e a Basilicata no grupo com piores resultados. Na Alemanha, a situação era ainda mais favorável, com vastas regiões do Sul (Baviera, Baden-Württemberg) e algumas do Oeste (Renânia), bem como Hamburgo e Berlim, a apresentarem valores elevados.

A situação do Bem-Estar em Itália em 2007 era bastante semelhante à registada no conjunto da Espanha, e em ambos os países as capitais destacam-se numa posição de topo, seguida pelas regiões das segundas grandes áreas metropolitanas nacionais, respectivamente Milão e Barcelona. Esta situação é consistente com a grande convergência de PIB/PPC por habitante e poder de compra e rendimento disponível dos agregados entre a Itália e a Espanha, devido a uma subida mais intensa neste último país.

As regiões do Benelux, da Suécia, da Áustria e da República Checa apresentam uma evolução regional com um padrão semelhante ao da França, com variações regionais do índice para cima e para baixo da média, mas não muito distantes. Para a Dinamarca, que está ligeiramente acima da média, não há diferenciação regional por indisponibilidade de dados (ver capítulo metodológico).

O mapa do IDES em 2007 mostra também que a situação socioeconómica das regiões da União Europeia (UE) traduz em primeiro lugar uma questão de centros e periferias, a que se soma uma dimensão norte-sul e outra leste-oeste. Fala-se aqui em centros e periferias, e não apenas em centro e periferia, porque é evidente que há diferenciação positiva das principais centralidades nacionais, a par de uma diferenciação positiva dos países mais centrais na União face aos restantes, e também dos países do Norte face aos países do Sul. Por fim, há também uma clara desvantagem das regiões do Leste, sobretudo das mais periféricas, face às mais ocidentais.

Os coeficientes de variação do índice para as regiões de cada país (Tabela 3) deixam por outro lado perceber que em 2007 as maiores disparidades regionais nos valores do IDES estavam nos países do Leste, tendo Portugal também uma posição de destaque (em segundo, um pouco atrás da Roménia), com valores bastante acima do que se regista para o conjunto das regiões da UE. A Eslovénia (com apenas duas regiões) e a República Checa são os países do Leste em que esta tendência menos se faz sentir, mas mesmo assim com valores relativamente elevados, se bem que um pouco abaixo da média da UE.

<b>Tabela 3</b>				
Coeficientes de variação do IDES das NUTS2 em 1995 e 2007				
	1995	2007	Var 1995-07	Var %
Bélgica	0,1138	0,1489	0,0351	30,86
Bulgária	0,2064	0,2313	0,0249	12,08
República Checa	0,1604	0,1760	0,0156	9,72
Dinamarca	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Alemanha	0,1127	0,1262	0,0135	11,95
Estónia	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Irlanda	0,1199	0,0764	-0,0434	-36,23
Grécia	0,1484	0,1759	0,0276	18,57
Espanha (sem p. M.)	0,1670	0,1637	-0,0033	-2,00
França (metropol.)	0,1366	0,1181	-0,0185	-13,54
Itália	0,0915	0,1312	0,0397	43,36
Chipre	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Letónia	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Lituânia	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Luxemburgo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Hungria	0,1393	0,2106	0,0712	51,11
Malta	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Países Baixos	0,1182	0,1280	0,0098	8,33
Áustria	0,1327	0,1360	0,0033	2,47
Polónia	0,0733	0,0946	0,0213	29,13
Portugal	0,2557	0,2510	-0,0047	-1,82
Roménia	0,2065	0,2837	0,0773	37,43
Eslovénia	0,1940	0,1966	0,0026	1,37
Eslováquia	0,1817	0,2464	0,0647	35,59
Finlândia	0,1343	0,1431	0,0088	6,54
Suécia	0,1619	0,1791	0,0171	10,57
Reino Unido	0,1365	0,1449	0,0085	6,21
U.E.	0,1965	0,2001	0,0036	1,85

Entre os membros menos recentes da União, a Suécia evidencia-se também com um valor elevado, tal como a Grécia e a Espanha. Seguem-se, com posições intermédias, países mais centrais e também o Reino Unido e a Itália – que, apesar da sua vincada assimetria Norte-Sul, apresenta uma dispersão relativamente reduzida dos valores regionais, se bem que com uma forte subida de mais de 43% desde 1995, a segunda maior na UE.

As menores disparidades do IDES acabam por se registar nalguns dos maiores países – a Alemanha, a França e a Polónia –, cuja dimensão poderia fazer supor maiores diferenças internas. No caso da Irlanda (tal como da Eslovénia), o

número mínimo de regiões consideradas faz com que esta medida perca significado.

Neste período registou-se uma ligeira subida das disparidades dos valores regionais do IDES no conjunto da UE, que se traduziu num aumento próximo de 2% do coeficiente de variação do índice de 1995 para 2007. Este valor médio encerra no entanto diferenças muito fortes entre os vários países. Hungria (51%), Itália (43%), Roménia (37%), Eslováquia (36%), Bélgica (31%) e Polónia (29%) registam subidas muito fortes do coeficiente de variação do IDES das suas regiões neste período, o que evidencia um grande aumento das disparidades territoriais no Leste. A Grécia também se destaca (quase 19%), seguindo-se um conjunto de países com valores intermédios sem um padrão locativo específico – uns do Norte, outros do Leste e outros muito centrais na UE.

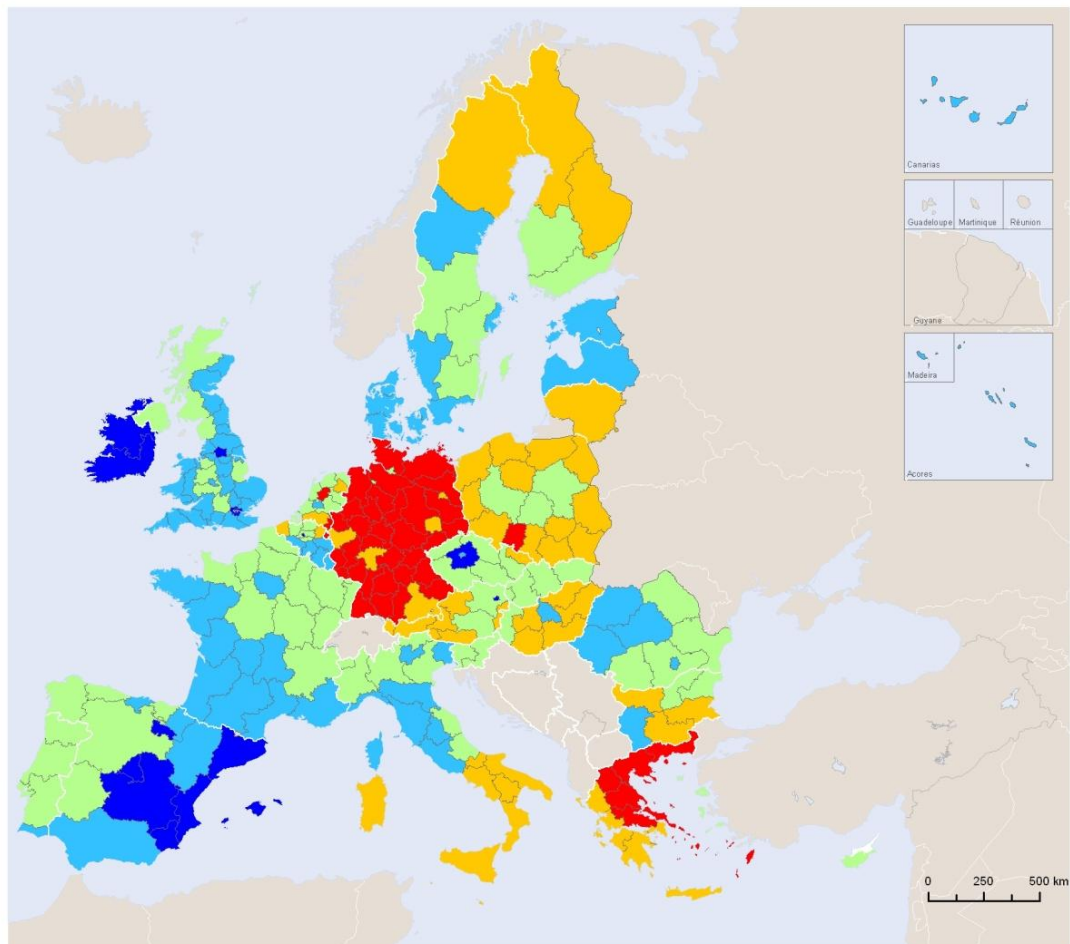
Há ainda o grupo daqueles que têm uma variação pouco expressiva – Áustria, Eslovénia, Portugal e Espanha. Os países ibéricos são já dos poucos onde se regista uma pequena diminuição das disparidades regionais neste período de globalização e fundos estruturais europeus. Finalmente, a França e a Irlanda apresentam reduções significativas.

A Tabela 3 permite também constatar que as maiores disparidades regionais se verificam sobretudo nos países do Leste pós-soviético e nas periferias da UE – quer em 1995 quer em 2007, os dez maiores coeficientes de variação são de países que saíram no início da década de 1990 de sistemas de economia planificada e ainda de Portugal, da Suécia, da Grécia e da Espanha. Note-se que no início deste período Portugal destacava-se como tendo de longe o maior coeficiente de variação, posição que estava pouco alterada em 2007. A Polónia, a Alemanha e os Países Baixos estavam nestes dois anos entre os países que tinham menores disparidades, grupo de que saíram a Itália e a Bélgica, e a que se juntaram a França e a Irlanda. Este último país e a Finlândia são as exceções às grandes disparidades regionais nos Estados mais periféricos da União.

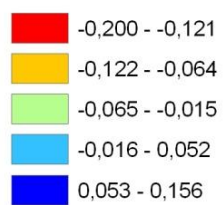
## **2.2. A variação demográfica, social e económica**

Uma observação da variação dos três sub-índices que compõem o IDES (demográfico, social e económico) permite perceber que tipos de dinâmicas contribuíram mais para as diferentes variações regionais neste período. Uma observação geral permite ver que a parte ocidental da UE apresentou uma evolução demográfica (Mapa 3) bastante menos desfavorável do que a média

Mapa 3 – Variação do Sub-Índice  
Demográfico, 1995-2007



**Variação do índice**



geral, que foi negativa, bem como a Dinamarca, a Suécia, a Estónia e a Letónia. A Alemanha e a Grécia destacam-se pela evolução vincadamente negativa neste domínio.

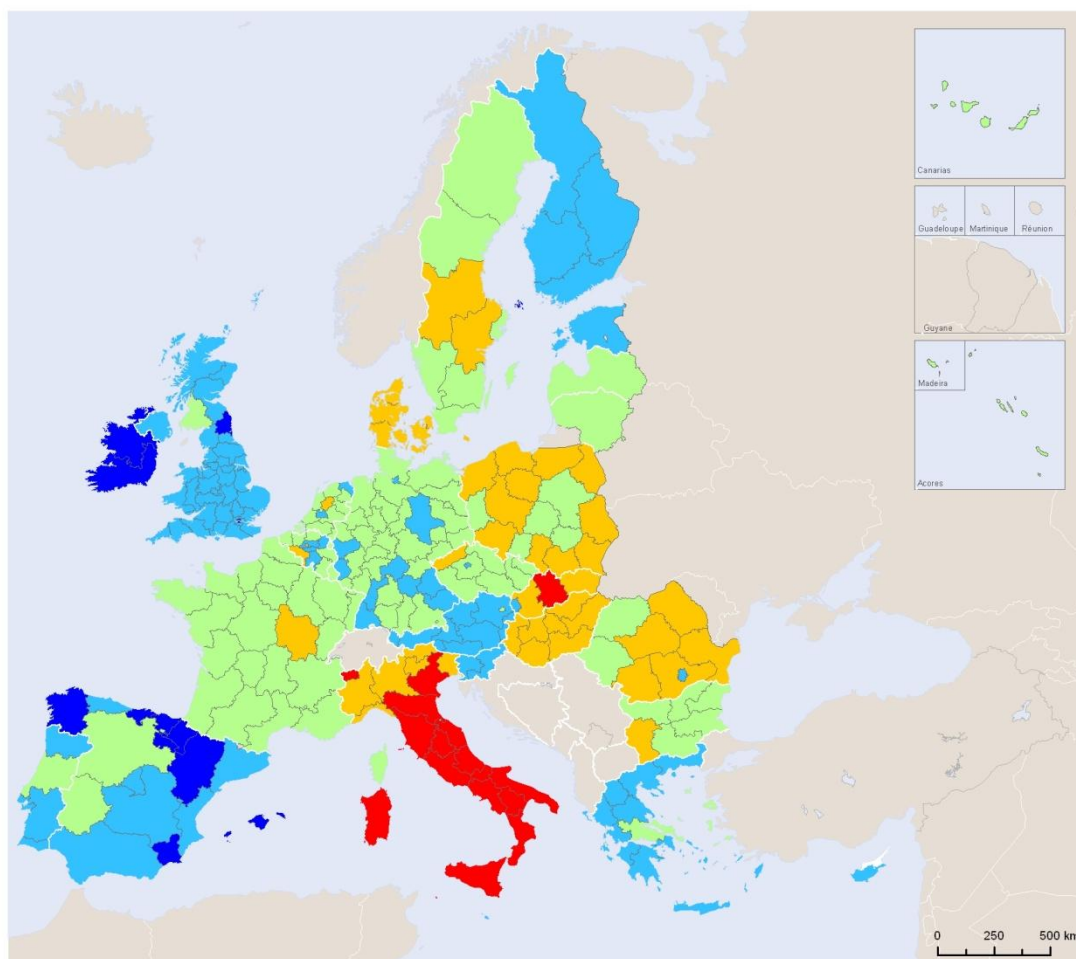
No índice social (Mapa 4), a evolução foi claramente positiva por quase toda a UE, com a Itália a evidenciar-se pela negativa em relação aos restantes países, tendo algumas das suas regiões mesmo recuos absolutos. Os avanços mais fortes aconteceram nas ilhas Britânicas e península Ibérica, bem como na Finlândia-Estónia, Grécia-Chipre, na Áustria-Eslovénia e nalgumas regiões alemãs. Por outro lado, no Leste a variação é menos positiva do que na UE em geral (excepto Itália), num contexto em que há forte homogeneidade da evolução no interior dos países.

O mapa do sub-índice económico (Mapa 5) não apresenta um padrão tão claro como os outros dois. Os avanços nas ilhas Britânicas e na península Ibérica não se destacam tanto quanto nas dimensões demográfica e social, sendo que na Irlanda e em Portugal são mesmo relativamente sofríveis; notam-se diferenças mais pronunciadas entre as regiões da Grã-Bretanha, com as do Centro-Oeste de Inglaterra a contrastarem com as de Gales.

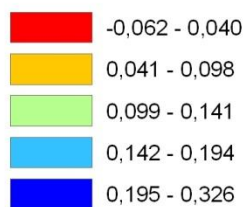
Na Alemanha, nota-se que a evolução foi tendencialmente mais forte na antiga RDA, e particularmente intensa nas regiões de Munique e Alto Palatinado. Na Hungria, várias regiões tiveram subidas muito fortes do índice económico, mas a Bulgária e a Roménia tiveram as evoluções mais fracas (a par de Malta), com várias regiões em recuo. Na dimensão económica, o efeito de capitalidade é particularmente nítido na Grécia e em Portugal, mas também em Espanha, na Bélgica, Eslováquia, Hungria, Bulgária, Finlândia e Suécia. Parece aqui mais forte do que nas dimensões demográfica e, sobretudo, social.

No caso da península Ibérica, constata-se que houve evoluções relativamente mais fortes dos índices demográfico e social do que no económico, se bem que no caso do índice demográfico isso represente por vezes decréscimos do seu valor, mas menos acentuados do que na maioria das regiões da UE. Isto reflecte provavelmente uma tendência do Estado para suportar custos sociais e passou-se no Noroeste e Centro-Oeste da península, sobretudo em Portugal, onde o fraco desempenho da maioria das regiões na componente económica (com a evidente excepção de Lisboa) se reflecte na sua medíocre subida no índice geral, apesar de uma variação relativamente forte no índice social.

Mapa 4 – Variação do Sub-Índice Social, 1995-2007

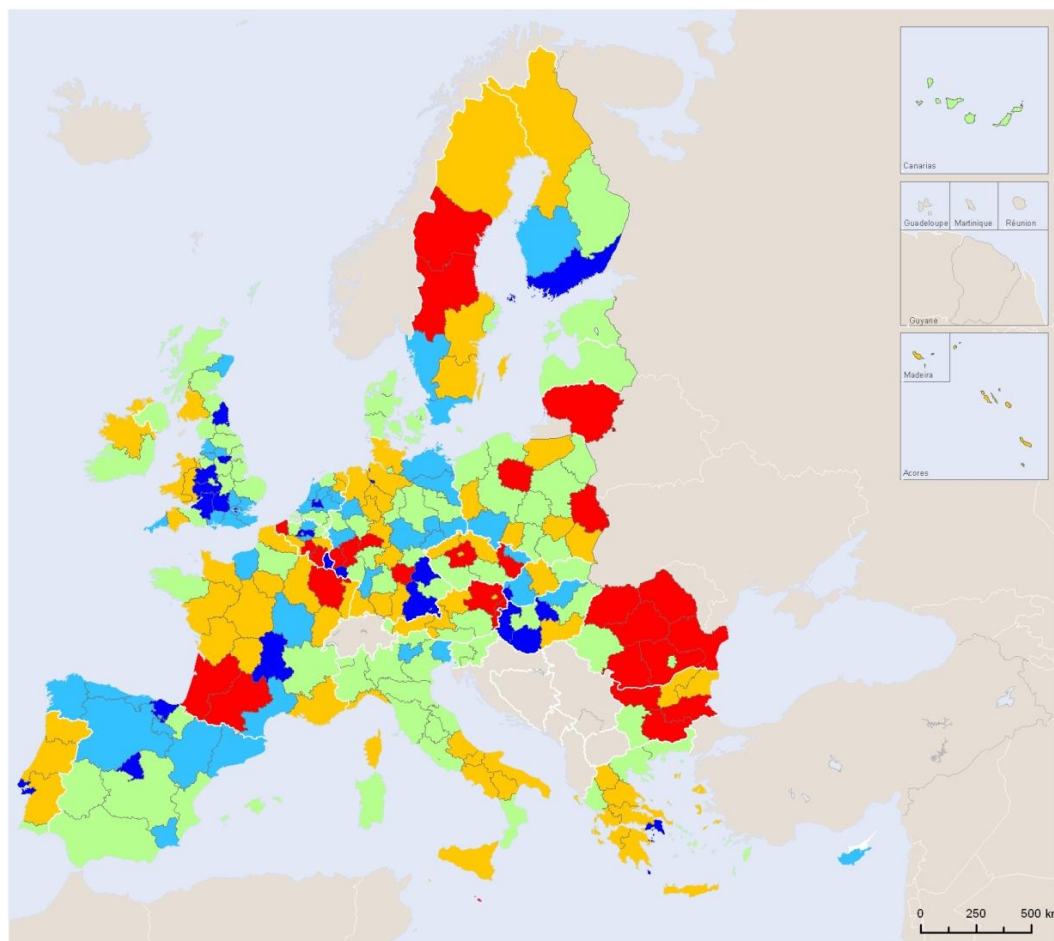


**Variação do índice**





Mapa 5 – Variação do Sub-Índice Económico, 1995-2007



**Variação do índice**



No Reino Unido e em França, houve forte homogeneidade na variação do índice social, poucas diferenças na variação do índice demográfico e diferenças maiores na variação do índice económico – sobretudo em França, à semelhança do que se passa com as regiões da Alemanha. Neste país, os resultados medíocres quanto à evolução do IDES decorrem sobretudo do mau desempenho na componente demográfica, pois na componente social a evolução regional é relativamente mais positiva do que no conjunto da UE, tal como na componente económica (mas neste caso apenas ligeiramente).

Na Itália evidenciam-se as diferenças Norte-Sul nos sub-índices demográfico e económico, que se reflectem no índice geral – apenas a dimensão social escapa a esta imagem, com os maus valores a alargarem-se ao centro e mesmo Norte do país. No entanto, os valores da Itália poderão estar afectados, sobretudo nesta dimensão, pela necessidade de estimativas mais amplas do que para os outros países, devido a uma discrepância (não explicada pelo Eurostat) entre os valores de 1999 e 2000 e os registados a partir do ano 2001 na população activa com mais de 15 anos com o ensino secundário superior e com grau superior (ver metodologia e Anexo I), duas variáveis que incorporam o sub-índice social.

Na Bélgica também se nota uma linha de fractura norte-sul nos vários sub-índices, mas de sentidos diversos, que atenua a diferença no índice final. O Sul (francófono) teve uma maior progressão no índice demográfico do que o Norte (flamengo), mas uma progressão menor no índice económico. Nos Países Baixos a evolução é relativamente homogénea entre as regiões, que têm melhor desempenho no índice económico do que nos restantes.

Os sub-índices para as regiões alemãs apresentam variações bastante homogéneas na dimensão demográfica e social, e variações diferenciadas do índice económico – neste último, mais fortes na ex-RDA e em muitas regiões mais a oeste e na Baviera.

Na Polónia, não há padrões espaciais muito nítidos de variação regional nos vários sub-índices. As regiões mais centrais parecem ter uma evolução um pouco melhor em termos demográficos e sociais, o que resulta também da localização relativamente central da capital polaca. Houve uma dinâmica no sub-índice económico mais forte num maior número de regiões do que nos sub-índices demográfico e no social, tendo as regiões do Nordeste um avanço mais fraco do que as restantes.

Na Roménia, a variação relativamente má do IDES resulta de uma variação demográfica menos negativa do que a média da UE, de um avanço na dimensão social menor que a média, e de um avanço geral muito reduzido na

dimensão económica. A situação na Bulgária foi semelhante, mas com variações demográfica e social em linha com a média, a par de um desempenho muito inferior no sub-índice económico. Em ambos os casos, é nítido o efeito de capitalidade: as regiões de Bucareste e Sófia destacam-se, com variações mais favoráveis que as que lhes estão mais próximas (excepto Sófia no sub-índice social). A diferenciação de Bucareste é mais nítida devido ao desenho da sua NUTS2, com uma dimensão condizente com a de uma área metropolitana, ao contrário da região de Sófia (BG41, Yugozapaden), com uma dimensão idêntica à das restantes NUTS2 búlgaras.

Este efeito de capitalidade na evolução do IDES é também nítido em relação a Atenas, resultando sobretudo de uma subida muito intensa do sub-índice económico. Os mapas dos desempenhos regionais na Grécia revelam que apenas na dimensão social houve um avanço que se pode classificar como generalizadamente bom, enquanto nas dimensões demográfica e económica a evolução foi medíocre ou má. Aliás, neste quadro, é precisamente a dinâmica de Atenas na dimensão económica e o seu grande peso no conjunto do país que permite à Grécia apresentar uma variação do IDES um pouco superior à do conjunto da UE.

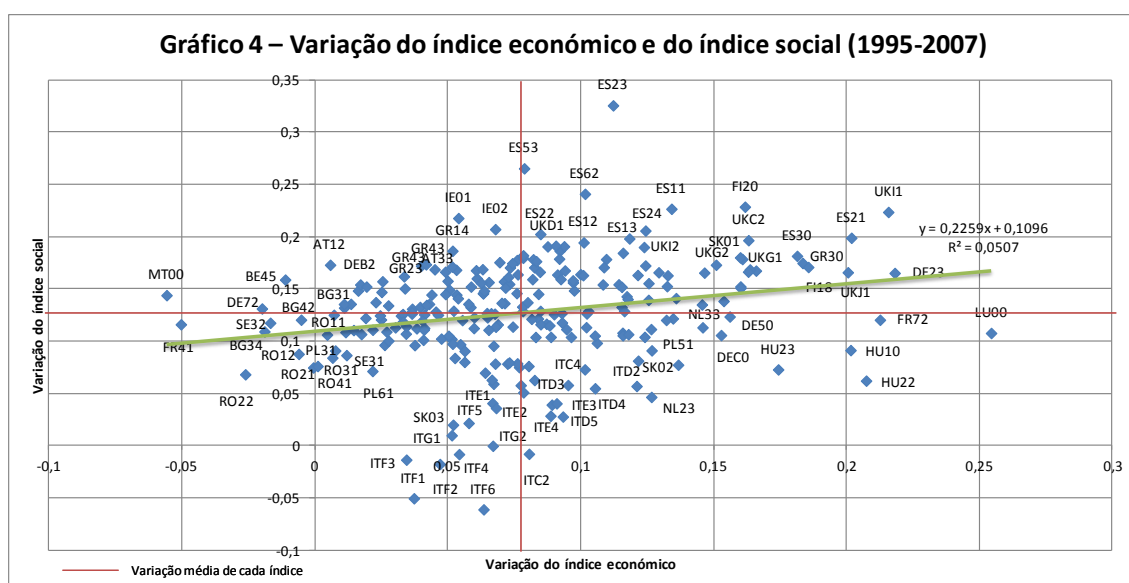
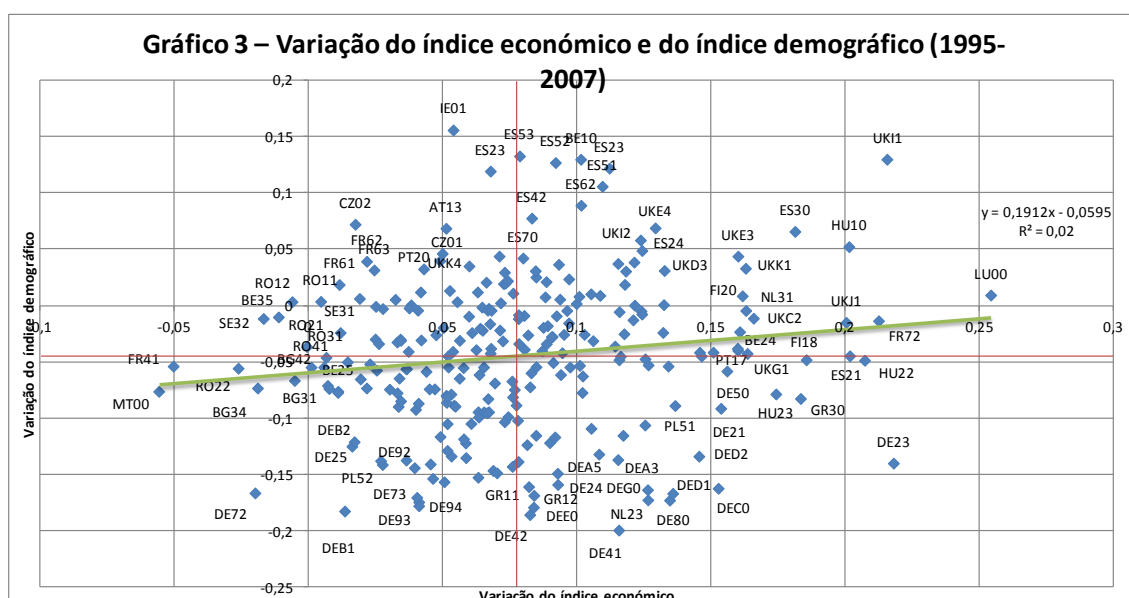
Curiosamente, os desempenhos (no sentido da evolução no período) regionais em Portugal apresentam um padrão territorial bastante semelhante ao grego. A variação do IDES é semelhante à da Grécia, sendo a variação do sub-índice demográfico bastante menos negativa do que a grega e a variação do sub-índice económico um pouco menos positiva. Também em Portugal há um bom desempenho da dimensão social, que se destaca das outras duas, bem como um forte efeito de capitalidade, com a evolução da região de Lisboa a destacar-se justamente no sub-índice económico, também de modo muito intenso.

Portugal e a Grécia chegaram a 2007 com um padrão regional também semelhante no que respeita à sua posição no IDES (Mapa 2), se bem que a Grécia apresentasse então um valor não muito distante da média de UE e Portugal estivesse mais atrás. Nos dois países, destacavam-se nitidamente as regiões da área metropolitana das suas capitais, e também as das suas segundas principais cidades, mas de modo menos nítido, e ainda o Algarve e algumas outras regiões gregas, também com fortes potencialidades turísticas.

As regiões portuguesas e as gregas apresentavam uma posição semelhante no sub-índice demográfico (Mapa 8), com o Norte, o Algarve, os Açores e a Madeira a destacarem-se a par de Lisboa. No sub-índice social, as regiões gregas estavam bastante melhor pontuadas que as portuguesas, onde apenas

Lisboa alcançava uma posição em linha com a média da UE. Na Grécia, Atenas e Ipeiros estavam no nível de topo e várias outras acima da média.

Em geral, o cruzamento da variação dos sub-índices demográfico e social com a variação do sub-índice económico (gráficos 3 e 4) mostra que no período de 1995 a 2007 não existiu relação significativa em ambos os casos, se bem que haja uma pequena tendência de maior subida de valores quer do sub-índice demográfico quer do sub-índice social nas regiões onde há também maior subida dos valores do sub-índice económico, conforme se percebe a partir das respectivas rectas de tendência. Essa tendência é no entanto tão ténue que não se consegue descortinar pela simples observação dos respectivos gráficos de dispersão das posições das regiões em cada um destes dois pares de sub-índices.



O Gráfico 3 permite constatar que neste período os avanços nos sub-índices económico e demográfico que mais excederam as respectivas médias aconteceram nalgumas regiões da Grã-Bretanha e de Espanha, pontuadas pelas de algumas capitais (Bruxelas, Budapeste). No caso das regiões espanholas, os avanços excederam mais a média em relação ao sub-índice demográfico, enquanto as britânicas se evidenciaram mais face à variação média do sub-índice-económico, o que aconteceu também no Luxemburgo e na região francesa de Auvergne.

Inversamente, um largo conjunto de regiões alemãs e algumas de países do Leste destacam-se pela sua má evolução neste dois sub-índices; muitas regiões alemãs com variações muito abaixo da média na componente demográfica tiveram no entanto variações acima da média na componente económica. Não se detectou um padrão para as regiões com maiores variações acima da média na dimensão demográfica e abaixo da média na dimensão económica.

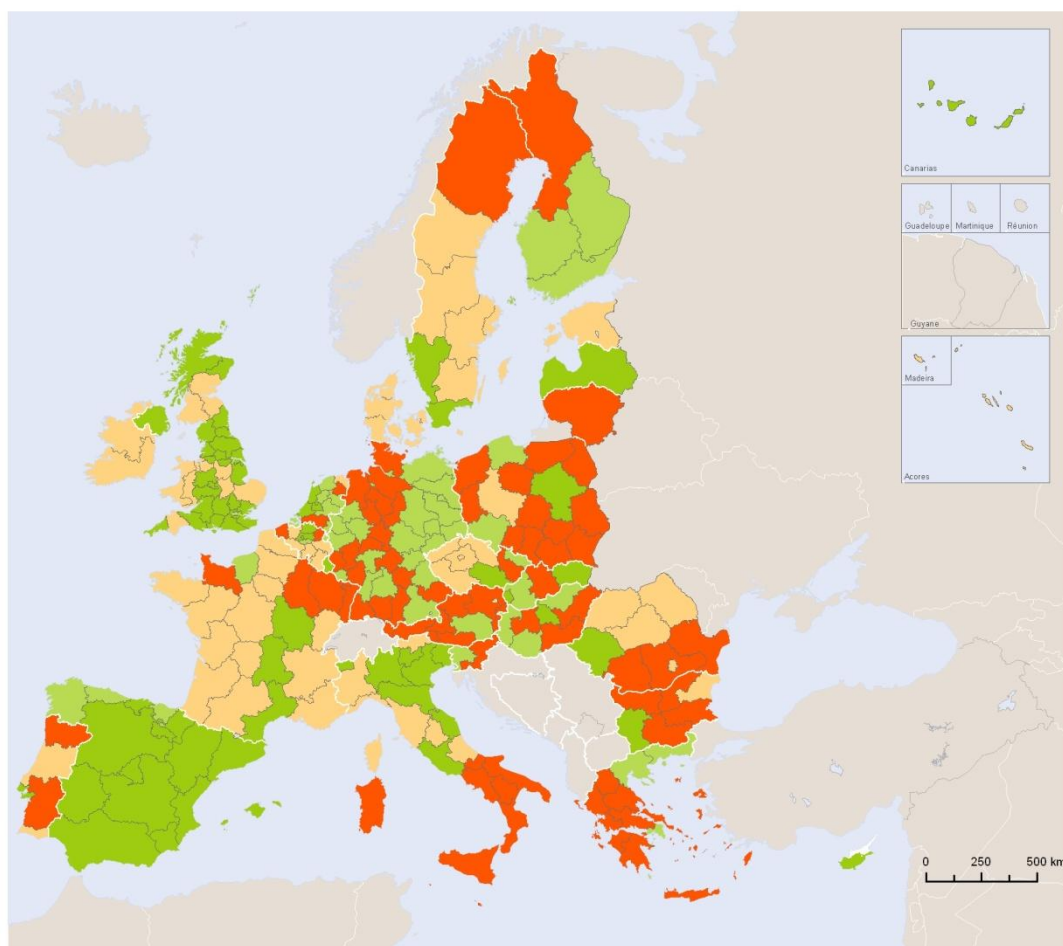
O cruzamento da variação do sub-índice económico com o sub-índice social (Gráfico 4) permite perceber que os avanços mais destacados em ambos aconteceram também sobretudo em regiões do Reino Unido e em Espanha, e nalgumas capitais – além da britânica e espanhola, também a grega e eslovaca. Nota-se que as regiões espanholas tenderam a ter ganhos maiores na dimensão social, e as britânicas na dimensão económica.

Entre as regiões com avanços mais fracos nestes sub-índices, destacam-se dois subgrupos: o de algumas regiões do Leste, sobretudo romenas e búlgaras, que tendem a ter avanços relativos mais desfavoráveis na dimensão económica; e um de regiões italianas, que tendem a ter avanços relativamente mais desfavoráveis na dimensão social do que na económica. Um outro conjunto de regiões italianas apresenta variações do sub-índice económico um pouco acima da média, mas com variação do sub-índice social ainda abaixo da média.

Várias regiões húngaras e algumas alemãs destacam-se por variações bastante acima da média na dimensão económica, mas abaixo da média na dimensão social. Nota-se que as regiões irlandesas e gregas tenderam a ter avanços relativamente fracos na dimensão económica e fortes na dimensão social, o que também aconteceu nalgumas regiões alemãs e búlgaras.

Os mapas 6 e 7 permitem perceber o desenho espacial das variações regionais face às médias nos três sub-índices calculados. As variações superiores à média simultaneamente nos sub-índices económico e demográfico aconteceram por quase toda a Espanha e Inglaterra, e ainda no Centro-Norte de Itália e num eixo Languedoque-Auvergne-Burgonha (em França).

Mapa 6 – Variação do Sub-Índice Económico  
e do Sub-Índice Demográfico, 1995-2007



**Legenda**

Variação acima da média do índice demográfico e abaixo da média do índice económico		Variação acima da média dos dois índices
Variação abaixo da média dos dois índices		Variação acima da média do índice económico e abaixo da média do índice demográfico

Quanto aos avanços inferiores à média nestes dois sub-índices, nota-se que são mais típicos das periferias, se bem que também tenham ocorrido em muitas regiões alemãs e austríacas, e também francesas (sobretudo entre Paris e a fronteira alemã). Mas as vastas manchas a vermelho neste mapa no Leste (Polónia e Hungria, mas também entre a Roménia e a Bulgária), bem como no extremo norte da Suécia e da Finlândia e ainda em grande parte da Grécia, no Sul de Itália e em parte de Portugal não deixam dúvidas quanto à maior extensão da evolução abaixo da média simultaneamente nas dimensões económica e demográfica nas periferias europeias.

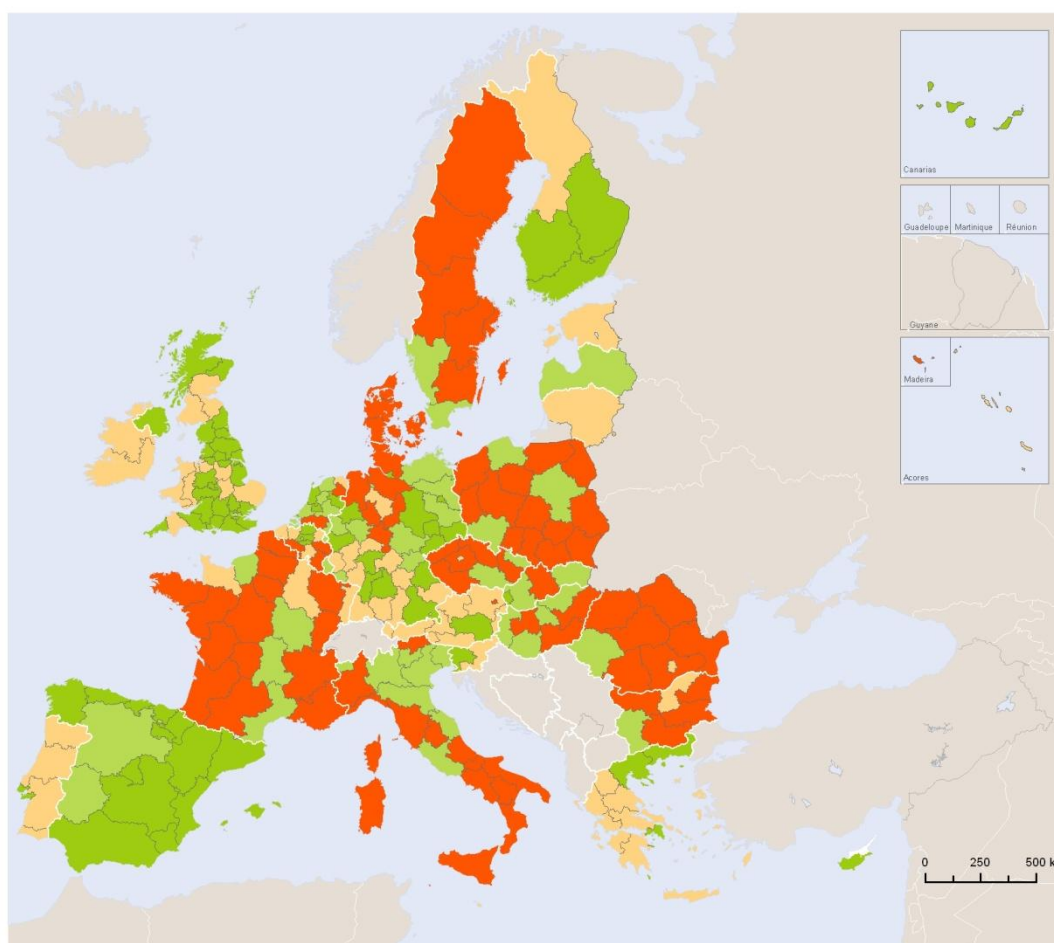
O mapa da variação dos sub-índices económico e social face à média apresenta algumas semelhanças com o anterior, mas também algumas diferenças. O Reino Unido e a Espanha continuam a ser os dois principais países com variações acima da média na maioria das regiões, a que se junta também a Finlândia.

Nota-se no entanto que houve mais territórios com variações abaixo da média nestas duas dimensões do IDES. A Itália e sobretudo a França têm mais regiões nesta situação, onde também estão a Dinamarca e a maior parte da Suécia. Em relação ao mapa anterior, França e Alemanha praticamente trocam de posições, resultado de uma situação em que o primeiro destes países teve uma evolução menos favorável na dimensão económica e mais favorável na dimensão demográfica, enquanto na Alemanha se passou o contrário; ambos tiveram evoluções não muito distantes da média na dimensão social (mas nestes mapas não se distinguem as situações próximas da média das restantes, apenas sem identifica as que ficaram acima e abaixo).

O conjunto das regiões com variações abaixo da média simultaneamente nos sub-índices económico e social no Leste (Mapa 7) é mais forte do que a relativa às variações abaixo da média nos sub-índices económico e demográfico, mas já não abrange a Grécia e em Portugal apenas inclui a Madeira, o que atenua o seu padrão periférico. Portugal tem a particular situação de ter apenas uma região com evolução acima da média nos três sub-índices no período em análise: a de Lisboa. E apenas as regiões do Centro, Algarve e Açores apresentaram variações acima da média simultaneamente nos sub-índices demográfico e social.

As regiões da Irlanda, e a maioria das regiões de Portugal e da Grécia, têm a particularidade de registar variações acima da média no sub-índice social e abaixo da média no sub-índice económico, o que indicia melhorias sociais decorrentes de transferências públicas e é consistente com o facto de estes três países (e também a Espanha) terem sido os principais beneficiários dos fundos

Mapa 7 – Variação do Sub-Índice Económico  
e do Sub-Índice Social, 1995-2007



**Legenda**

Variação acima da média do índice social e abaixo da média do índice económico			Variação acima da média dos dois índices
Variação abaixo da média dos dois índices			Variação acima da média do índice económico e abaixo da média do índice social



de coesão europeus no período analisado. Esta situação é mais típica de regiões periféricas (ocorre também e também no Norte da Finlândia, na Estónia e na Lituânia, na Escócia e em Gales), mas também se encontra em regiões centrais, sobretudo da Áustria e Sul da Alemanha, mas também nalgumas francesas, belgas e inglesas.

Inversamente, em muitas regiões centrais – sobretudo alemãs e do Centro-Norte de Itália e francesas – houve um avanço superior à média no sub-índice económico e inferior à média no sub-índice social, o que por se lado sugere terem estado mais em sintonia com a lógica neoliberal dominante, beneficiando menos da lógica redistributiva, ou participando mais intensamente nos esforço redistributivo em favor de regiões economicamente mais débeis.

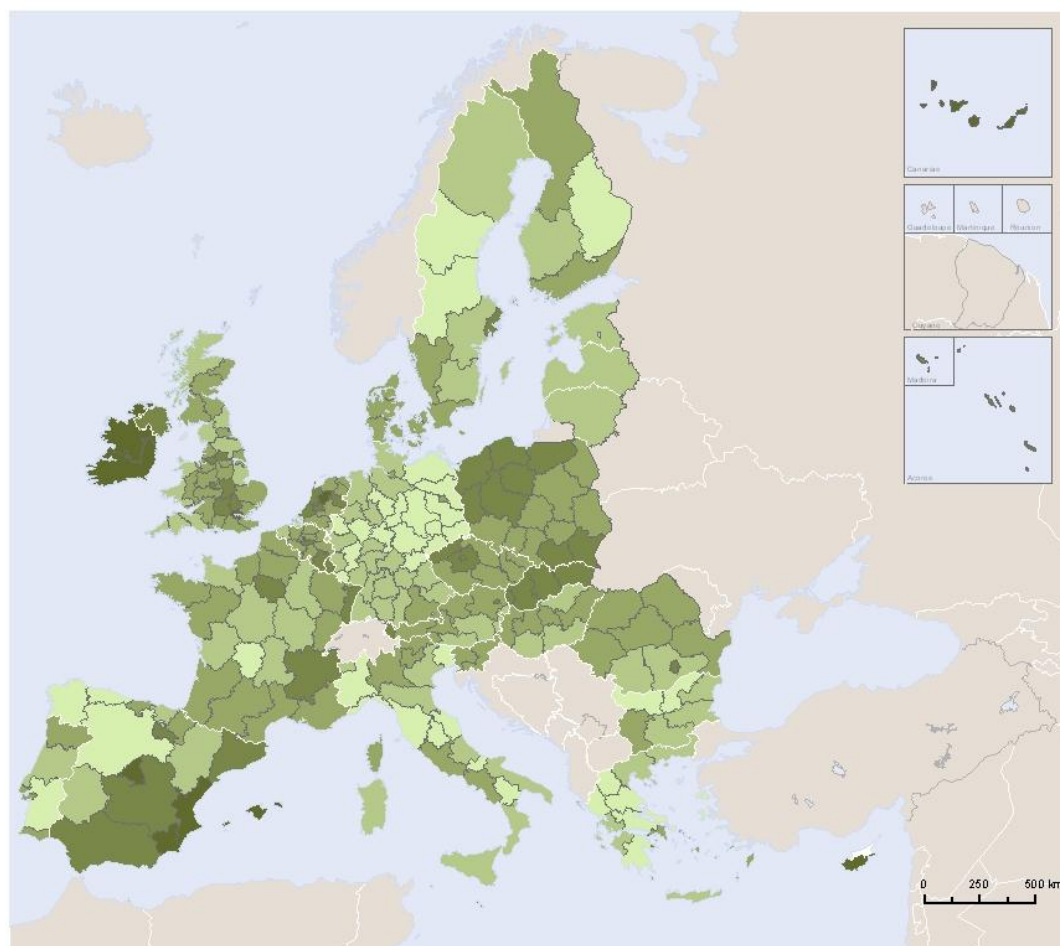
### **2.3. A situação das regiões no final do período**

Os diferentes percursos nacionais e regionais no período entre 1995 e 2007 conduziram a uma situação socioeconómica nas regiões da União Europeia (UE) que reflectia em primeiro lugar os seus centros e periferias, bem como as diferenças norte-sul e leste-oeste, como acima referido (Mapa 2). Há um núcleo de Estados territorialmente centrais, localizados um pouco mais a oeste, onde quase todas as regiões apresentam um nível do IDES em linha com a média ou, em muitos casos, superior (e raramente inferior). É uma área que abrange a Alemanha, a República Checa, a Áustria, o Benelux, a França, o Norte-Centro de Itália (até Roma), o Sul e Centro de Inglaterra e a Dinamarca.

O Nordeste de Espanha e a sua faixa litoral mediterrânica estavam também com valores do IDES do mesmo tipo. Mas o facto de as regiões do conjunto das ilhas Britânicas e a Suécia e Finlândia terem valores do índice global em linha com os do bloco mais central, enquanto em quase todo o território grego e português e na maior parte de Espanha e grande parte de Itália os valores estão abaixo da média, justifica a referência à diferença Norte-Sul. Similarmente, o facto de quase todas as NUTS2 dos Estados mais a leste (numa faixa que vai da Estónia à Bulgária) terem valores inferiores ou muito inferiores à média põe as populações do Leste da UE numa situação particularmente desvantajosa, sendo a Roménia e a Bulgária os casos mais extremos.

Poderíamos também dizer, numa formulação diferente, que em 2007 a diferença socioeconómica entre centro e periferias na UE não se fazia sentir em relação à periferia norte, e que a periferia leste era a que tinha pior situação, de tal modo que até os Estados bálticos, já claramente no Norte, também sofriam desta limitação.

Mapa 8 – Sub-Índice Demográfico, 2007



**Índice Demográfico**

	0,138 - 0,287
	0,288 - 0,368
	0,369 - 0,439
	0,440 - 0,526
	0,527 - 0,788

Por outro lado, havia um nítido efeito de capitalidade, o que se constata por em todos os países com divisão por NUTS2 a da capital se destacar, e de forma mais saliente nos países com valores mais baixos na maior parte das regiões. Note-se também que a percepção deste efeito depende do desenho destas regiões – se corresponde à área metropolitana ou se é semelhante à das outras NUTS2 nacionais. Em geral, nos países do Centro e Norte as NUTS2 estão na classe de topo (isso não se sabe no caso da Dinamarca, porque não há dados regionais) e não se nota na Finlândia, por a NUTS2 onde está Helsínquia extravasar largamente a sua área metropolitana. Nos países mais pobres do Sul e do Leste, as regiões das capitais estão na segunda classe mais elevada, acima da média da UE e mais destacadas do seu contexto regional do que a maioria das capitais nos países do Norte.

Os padrões espaciais por sub-índices são no entanto diferentes, sobretudo na dimensão demográfica (Mapa 8). Neste caso, o Centro da UE não se evidencia pela positiva, pois surgem valores relativamente baixos ou muito baixos nas regiões do Centro e Norte de Itália, na Alemanha, e também na Suécia e Finlândia.

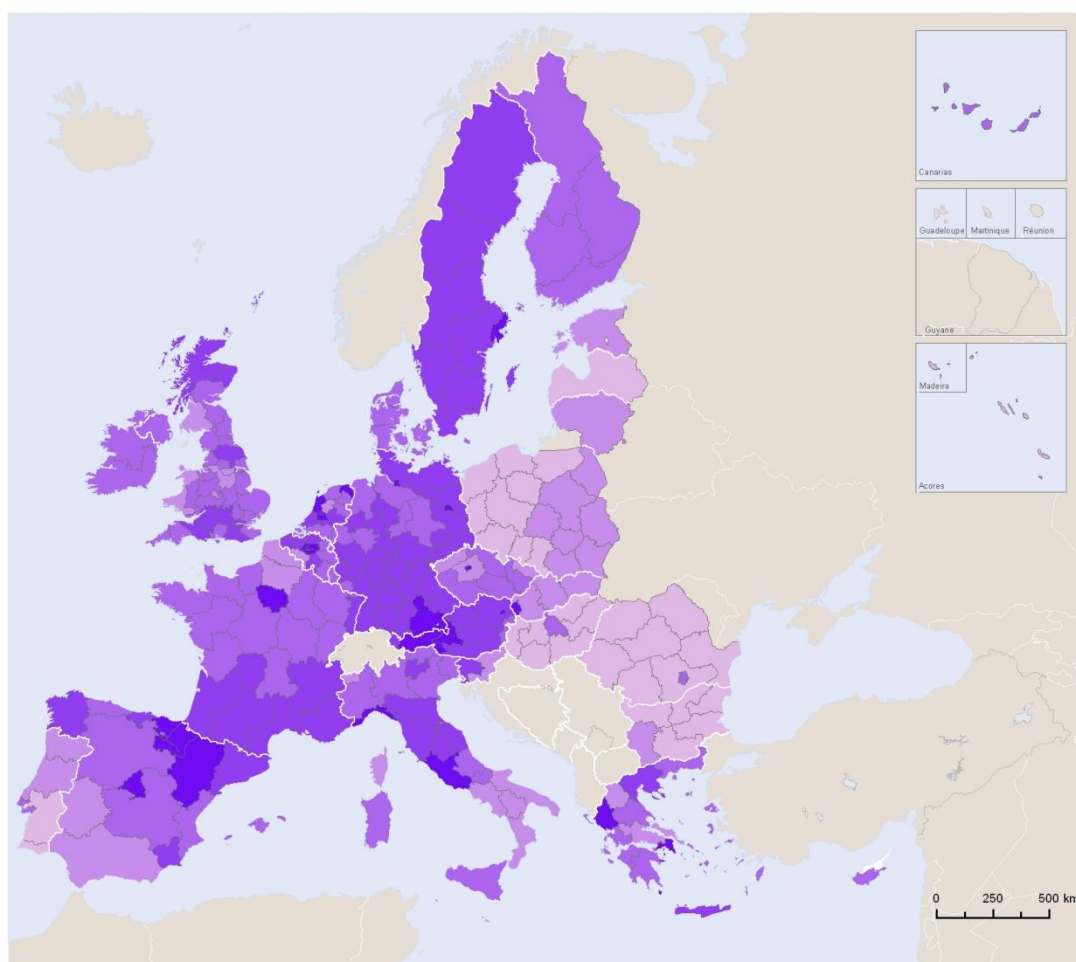
Entre os grandes países europeus, a Alemanha aliás evidencia-se como o único em que os valores do índice quase sempre são baixos ou muito baixos. As restantes regiões com valores mais baixos localizam-se em países periféricos, sobretudo do Sul, mas também do Norte – é o caso do Centro da Suécia, de Itä-Suomi (na Finlândia) e dos países bálticos.

No Sul do continente, encontram-se valores muito baixos no Norte da Bulgária, na maior parte da Grécia, nalgumas regiões do Centro e Sul de Itália, no Centro-Noroeste de Espanha e no Alentejo. Há ainda algumas outras regiões relativamente centrais (além do caso da Alemanha) com valores muito baixos: o Limousin (em França), o Piemonte e a Liguria (no Noroeste de Itália), a parte oeste da Eslovénia.

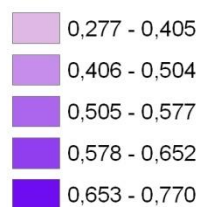
Entre as regiões com um índice demográfico mais favorável em 2007 sobressaem a Irlanda, o Sul e Leste da Península Ibérica e a Região de Madrid, bem como a generalidade das regiões das capitais nacionais, a Polónia, a Eslováquia e Chipre. A generalidade das regiões da Grã-Bretanha, dos Países Baixos e da Bélgica, bem como o Ródano-Alpes e a Alsácia (estas duas em França) estão também entre as que apresentam valores mais elevados, a par da Dinamarca e sudoeste da Suécia.

O “efeito de capitalidade” neste índice resulta nalguma medida de o índice demográfico entrar com a densidade populacional, geralmente muito elevada nas regiões das capitais, cuja dimensão territorial é geralmente bastante mais

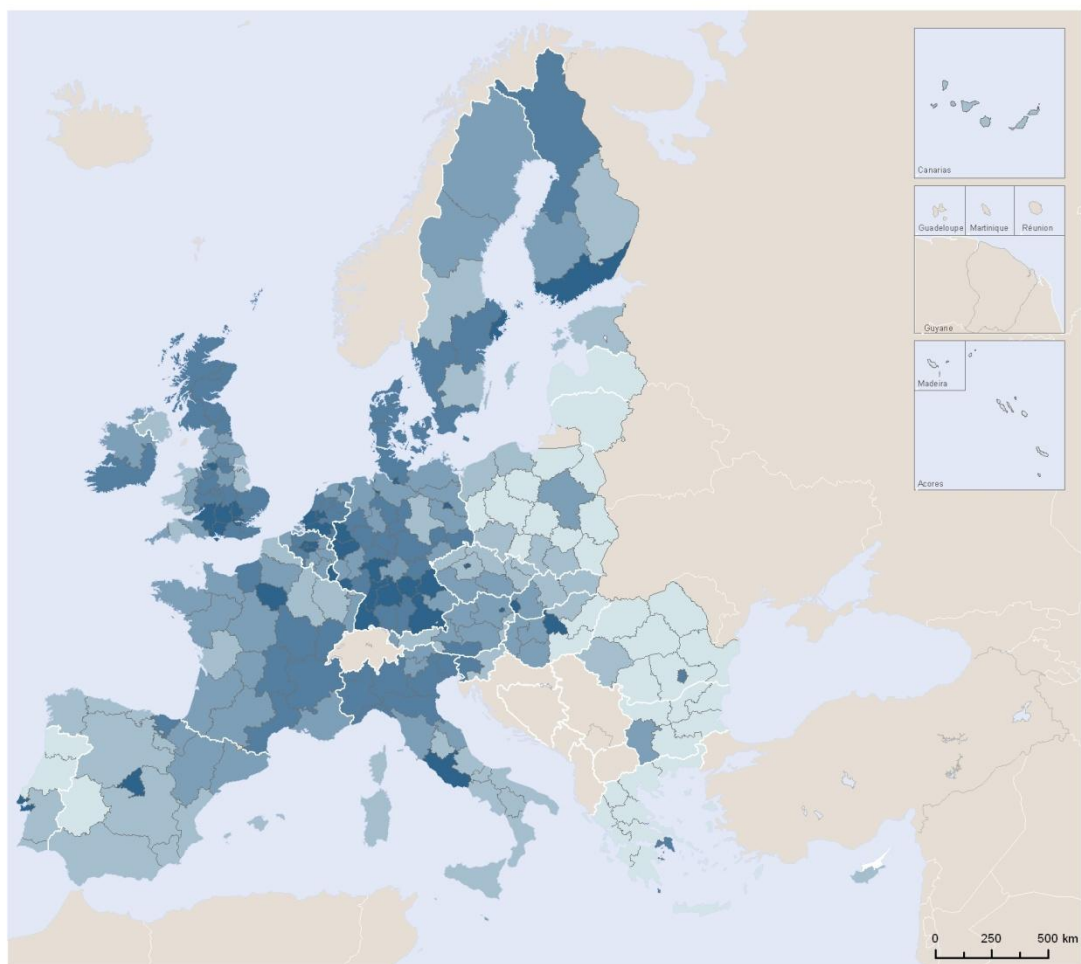
Mapa 9 – Sub-Índice Social, 2007



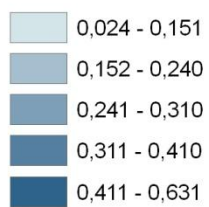
**Índice Social**



Mapa 10 – Sub-Índice Económico, 2007



**Índice económico**



reduzida que a das restantes. O caso mais óbvio em que assim não acontece é o de Mazowieckie, que engloba a capital polaca sem se destacar pela positiva das regiões que a circundam. Outros casos em que a dimensão territorial das regiões capitais não está em linha com a da região metropolitana da respectiva cidade são o da Finlândia (Etelä-Suomi), Bulgária (Yugozapaden) e Itália (Lazio), havendo uma diferenciação ténue face à envolvente no que respeita à demografia.

Nos sub-índices social e económico (mapas 9 e 10), o padrão territorial do conjunto da UE era em 2007 bastante semelhante ao relativo ao IDES, com algumas diferenças. Na dimensão social, a diferença mais evidente era que as regiões gregas, ibéricas e do Sul de Itália não estavam tão mal como no índice geral; no caso da Espanha e, sobretudo, da Grécia havia mesmo uma proximidade bastante grande aos níveis das regiões centrais da União.

É de assinalar a homogeneidade de valores nas regiões suecas e finlandesas e ainda que no Leste a situação não diferia muito da registada no IDES, com valores baixos ou mesmo muito baixos na grande maioria dos casos. Tal como no sub-índice demográfico, as regiões das capitais destacavam-se menos do que no IDES e no sub-índice económico.

Neste último, o padrão territorial das diferenças entre as regiões em 2007 era muito semelhante ao que se registava em relação ao índice geral. Nalgumas regiões espanholas, sobretudo mediterrânicas, e também gregas, os valores eram relativamente mais desfavoráveis do que no IDES. Por outro lado, o Norte de Itália aparece aqui com uma posição mais forte, tal como o Centro de França e o Sul da Alemanha. De resto, a coincidência é muito forte.

### **3. Os aspectos mais relevantes**

Os valores do Índice de Desempenho Económico-Social (IDES) nos países da União Europeia (UE) revelam um aumento generalizado entre 1995 e 2007, o que evidencia ser este um período de progresso, se entendermos que o conjunto de variáveis utilizadas na sua construção traduz de algum modo o bem-estar das populações.

Os avanços mais significativos do IDES aconteceram na maioria dos casos em países que em 1995 já tinham situações relativamente mais favoráveis, como o Luxemburgo, a Irlanda e os Países Baixos, ou próximas da média dos 27 actuais Estados membros, como no caso do Reino Unido, da Finlândia e de Chipre. No final do período, estes países estavam com valores acima da média, alguns mesmo no topo, sendo a Espanha a única excepção. Estes resultados mostram

também que, entre o grupo inicial de países que recebia fundos europeus para a coesão económica e social, Portugal e a Grécia tiveram uma evolução abaixo da média do período, chegando assim a 2007 com valores do IDES também abaixo da média da União.

A variação do IDES mostra que o desempenho socioeconómico das NUTS2 da União Europeia entre 1995 e 2007 foi mais forte na generalidade das regiões espanholas e britânicas, na Irlanda, na Finlândia, na Estónia e em Chipre. Além destes países, destacam-se ainda a maioria das regiões das cidades capitais, que eram justamente aquelas que em 2007 tinham melhores valores na esmagadora maioria dos países. As regiões que tinham os menores valores correspondiam em larga medida a periferias – face às capitais nacionais ou outras metrópoles, ou face ao centro da UE.

A parte ocidental da UE apresentou uma evolução demográfica bastante menos desfavorável do que a do conjunto da União (que foi negativa), bem como a Dinamarca, a Suécia, a Estónia e a Letónia. A Alemanha e a Grécia destacam-se pela evolução bastante negativa neste domínio. No índice social, a evolução foi claramente positiva por quase toda a UE, com a Itália a evidenciar-se por ficar para trás em relação aos restantes países, com várias regiões a apresentarem mesmo recuos absolutos. Na dimensão económica, o efeito de capitalidade é particularmente nítido em Estados de pequena dimensão (e em Espanha), surgindo nesta dimensão com mais evidência do que na demográfica e, sobretudo, na social.

Em Portugal, o fraco desempenho da maioria das regiões na componente económica (com excepção de Lisboa) entre 1995 e 2007 reflectiu-se numa fraca subida do seu índice geral, apesar de um avanço relativamente forte na componente social. Curiosamente, os desempenhos (no sentido da evolução no período) regionais em Portugal apresentam um padrão territorial bastante semelhante ao grego e os dois países chegaram a 2007 com um padrão regional também semelhante no que respeita à posição no IDES, se bem que a Grécia apresentasse então um valor não muito distante da média de UE e Portugal estivesse mais atrás. Apenas as regiões de Lisboa e Atenas se destacavam dos respectivos conjuntos nacionais, com valores acima da média europeia, enquanto as restantes estavam abaixo da média ou mesmo muito abaixo.

O cruzamento da variação do sub-índice económico com a variação do sub-índice demográfico e do sub-índice social mostra que, em ambos os casos, no período estudado não existiu relação significativa, se bem que haja uma pequena tendência de maior subida de valores quer do sub-índice demográfico

quer do sub-índice social nas regiões onde há também maior subida dos valores do sub-índice económico. Quase toda a Espanha e Inglaterra tiveram variações superiores à média nos sub-índices económico e demográfico, bem como no social. No Centro-Norte de Itália houve também variações superiores à média nos sub-índices económico e demográfico. Os avanços inferiores à média nos vários sub-índices tenderam a acontecer mais nas periferias.

A situação socioeconómica nas regiões da União em 2007 reflectia-se num padrão espacial que revelava em primeiro lugar centros e periferias, a que se somavam diferenças norte-sul e leste-oeste. Fala-se em centros e periferias, e não apenas em centro e periferia, porque é evidente que há uma diferenciação positiva das principais centralidades nacionais, a par de uma diferenciação positiva dos países mais centrais na UE face aos restantes. Por outro lado, a maioria dos países do Norte destacavam-se face aos do Sul (apresentando valores semelhantes aos das regiões mais centrais), e havia também uma clara desvantagem das regiões do Leste, sobretudo das mais periféricas, face às periferias mais ocidentais. Havia também um nítido efeito de capitalidade, o que se constatava por em todos os países com divisão por NUTS2 a da capital se destacar, e de forma mais saliente nos países com valores mais baixos na maior parte das regiões.

Os padrões espaciais dos sub-índices são no entanto diferentes, sobretudo na dimensão demográfica, onde o Centro e Norte da UE não se evidenciam pela positiva, pois surgem valores relativamente baixos ou muito baixos nas regiões do Centro e Norte de Itália, na Alemanha, e também na Suécia e Finlândia. Nos sub-índices social e económico, o padrão territorial do conjunto da UE era em 2007 bastante semelhante ao relativo ao IDES. Na dimensão social, a diferença mais evidente era que as regiões gregas, ibéricas e do Sul de Itália não estavam tão mal como no índice geral. Na dimensão económica, nalgumas regiões espanholas e gregas os valores eram relativamente mais desfavoráveis do que no IDES.

No período de 1995 a 2007, houve um grande aumento das disparidades territoriais no Leste e registou-se uma ligeira subida das disparidades dos valores regionais do índice no conjunto da UE, cujo coeficiente de variação subiu menos de 2%. No final do período, as maiores disparidades regionais nos valores do IDES estavam nos países do Leste pós-soviético e nas periferias da UE. Portugal, que no início deste período se destacava por ter de longe o maior coeficiente de variação do IDES regional, tinha também uma posição de destaque em 2007, em segundo, um pouco atrás da Roménia. As menores disparidades acabaram por se registar nos maiores países centrais, cuja dimensão poderia fazer supor maiores diferenças internas.



## **IV – Dinâmicas regionais e tendências económicas globais**

### **1. Ganhar e perder**

A variação do Índice de Desempenho Económico-Social (IDES) entre 1995 e 2007 foi de 0,053 pontos (+15,5%), o que revela tratar-se de um período de avanço generalizado, conforme constatado no capítulo precedente. Este avanço regista-se nas dimensões económica e social, mas não na demográfica, onde se constata um recuo do índice (-9,2%) – mas menor do que as subidas de 37,2% do índice económico e de 26,0% do índice social.

Olhando-se a variação do valor do IDES por país, pode-se constatar que Malta foi o único caso de variação negativa neste período, o que o torna o único Estado da UE que pode ser visto como perdedor em termos absolutos. Por este critério, todos os outros são vencedores. Mas este não é o único critério, nem talvez o mais relevante.

O'Brien e Leichenko (2003, p. 90) explicitaram a diferença entre ganhadores e perdedores em termos absolutos e relativos em processos de mudança estrutural em que a distribuição dos impactos é desigual, num artigo justamente sobre ganhadores e perdedores no contexto de mudança global. Com base num trabalho de Gruber (2000), explicam que "ganhos ou perdas absolutas são avaliadas com base apenas na comparação do estado de um indivíduo (nação) antes e após o evento. Se um indivíduo (nação) está melhor após o evento, então o indivíduo ou nação deve ser considerado um ganhador absoluto. Ganhos e perdas relativos dependem da comparação com a situação dos outros" (*id.*, p.90).

Nesta segunda aceção de ganhar e perder, entre dois indivíduos, países ou regiões que fiquem melhor no final do evento, o/a que ganhar mais será o ganhador relativo; e o/a que ganhar menos será considerado o perdedor relativo. Esta classificação e concepção de vencedores e perdedores absolutos e relativos poderá ser adoptada para um conjunto mais alargado de unidades de análise, como é o caso neste estudo dos 27 Estados membros e 264 NUTS 2 da UE (das quais só foram consideradas 259 por ausência de dados para a Dinamarca). O'Brien e Leichenko não especificam como considerar uma situação em que os dois países ou regiões perdem, mas pode-se considerar que, além de serem ambos perdedores absolutos, o que perder mais será o perdedor relativo, e o que perder menos o ganhador relativo.

Ficamos assim com uma base teórica para considerar também que alguns países (e também regiões...), além de ganhadores absolutos, são também ganhadores relativos, porque no período considerado tiveram subidas do IDES superiores à média. São estes os casos em primeiro lugar do Luxemburgo e da Irlanda, mas também da Espanha, do Reino Unido e da Finlândia (ver Gráfico 1), entre outros. Entre os perdedores relativos está obviamente Malta, mas também a Lituânia, a Itália ou a Roménia, que tiveram os piores desempenhos, se bem que nestes três casos já com variações ligeiramente positivas.

Por este critério, a Grécia e Portugal poderão ser considerados ganhadores relativos, mas com uma diferença muito ténue face à média, que os coloca – tal como à Dinamarca, à Áustria, à República Checa e à França – numa zona que também poderá ser considerada como de indiferença (pequenas diferenças face à média, acima ou abaixo, até 0,005 pontos).

Fazendo esta análise ao nível regional, constata-se que 13 NUTS 2 podem ser consideradas perdedoras absolutas, pois registaram decréscimos do índice entre 1995 e 2007 (ver Anexo 4). Além do caso de Malta, estão nesta situação sete regiões italianas, três alemãs, uma francesa e uma romena. Todas as outras podem ser vistas como ganhadoras em termos absolutos, com destaque para as da Irlanda, algumas espanholas (Madrid, Leste e Norte) e do Reino Unido (mais no Sul), e também o Luxemburgo e as das capitais finlandesa, húngara e eslovaca, Auvergne (em França) e Utreque (nos Países Baixos).

As regiões mais ganhadoras e mais perdedoras em termos absolutos são também as mais ganhadoras e mais perdedoras em termos relativos. Quanto às outras, as dinâmicas ganhadoras e perdedoras podem diferir, consoante a sua variação no IDES tenha sido substancialmente superior ou inferior à média. Assim, a observação do Mapa 1 permite perceber que uma grande maioria das regiões do leste pós-soviético acabam por ser perdedoras relativas (as exceções por países são a Estónia, a Letónia e a República Checa), bem como a maioria das regiões, italianas e alemãs – sendo no entanto, na esmagadora maioria dos casos, “ganhadoras” em termos absolutos. A intensidade das perdas relativas não é no entanto homogénea, podendo-se distinguir perdas fortes (classe a vermelho, onde estão também as perdas absolutas) e moderadas (classe a amarelo).

O Norte (em Portugal) e o Alentejo também entram no grupo dos perdedores relativos, mas com uma intensidade moderada, tal como a maioria das regiões gregas e suecas e muitas francesas, se bem que neste país preponderem aquelas cuja diferença face à média é reduzida, podendo admitir-se que o

balanço de ganhos e perdas será praticamente neutro – é a classe central neste mapa, representada a verde.

Quanto às regiões ganhadoras neste período, as mais ganhadoras são as do conjunto acima referido de NUTS 2 espanholas, britânicas e irlandesas, e também o Luxemburgo e as regiões das capitais finlandesa, húngara e eslovaca. Também com ganhos relativos (além de absolutos...), mas menos fortes, encontramos quase todas as restantes regiões do Reino Unido e de Espanha, e ainda Lisboa e o Algarve, bem como Atenas e Chipre. Estão ainda neste grupo o Languedoque (em França), duas regiões do Sul da Alemanha (Alta Baviera e Alto Palatinado), a região mais ocidental da Hungria, o Sudoeste da Suécia, uma região finlandesa (Länsi-Suomi) e a Estónia, além de várias outras capitais – Bruxelas, Haia e Amesterdão, Praga e Bucareste.

## **2. Desempenhos regionais e relações globais**

Estes resultados não permitem estabelecer padrões territoriais muito claros, excepto o do que as regiões das capitais nacionais estão entre os principais vencedores, o que vem ao encontro de uma das tendências detectadas pela geografia económica durante a globalização dos últimos anos – a do reforço das dinâmicas de concentração, identificada por vários autores, conforme já referido no capítulo inicial. Scott e Storper (2003) concluíram que a “globalização tem sido acompanhada pela afirmação e reafirmação de tendências aglomerativas em muitas áreas”, o que relacionam com as dinâmicas de abertura de mercados e competitividade que ela acarretou. E Vale (2007) lembra que a globalização “tem sido identificada por vários autores como um processo que favorece o crescimento das cidades, em grande medida devido às necessidades de concentração, em nós do sistema urbano, de funções de controlo da economia global”.

Krugman (1991) mostrou, com recurso a um modelo “sobressimplificado”, que os baixos custos de transporte (que são uma das características da globalização) militam a favor da divergência regional, bem como um maior peso das actividades industriais e maiores possibilidades de economias de escala, num ambiente de livre troca. O facto de a evolução do IDES nas regiões (NUTS2) onde se localizam as capitais europeias se destacar quase sempre dos valores nas regiões contíguas – e de, na maioria dos casos em que a desagregação regional o permite, elas poderem ser mesmo consideradas ganhadoras relativas (além de absolutas) –, dá suporte à ideia de que a globalização neoliberal que se manifestou em força no período em análise

deverá ter sido um factor importante para o desempenho socioeconómico das regiões europeias.

## **2.1. Dinâmicas ganhadoras**

As restantes regiões que se destacam como ganhadoras relativas (além das capitais) correspondem sobretudo a periferias territoriais, mas periferias não extremas, muitas delas de zonas do Centro-Norte da UE, tradicionalmente com níveis de bem-estar socioeconómico elevado – estão neste grupo o Sul da Finlândia e o Sudoeste da Suécia, bem como a generalidade das ilhas britânicas. Por outro lado, destaca-se Espanha como um dos grandes ganhadores relativos, sobretudo nas suas regiões mais a norte a leste, menos periféricas em termos europeus, tal como sucede no Sul de Inglaterra, onde o vale do Tamisa é a grande região mais ganhadora.

Esta “geografia dos ganhadores” entre as regiões europeias pode relacionar-se com as lógicas da globalização económica e também com a política de coesão europeia. Um exemplo do primeiro caso é justamente o Sul de Inglaterra, onde Londres se afirmou com um dos grandes centros financeiros mundiais (e o principal na Europa). Sassen (2007, p. 95), que introduziu a ideia de cidade global num livro seminal, chama a atenção para que nelas “os serviços financeiros geram lucros enormes, enquanto os serviços industriais<sup>4</sup> mal conseguem sobreviver”, e considera que “a mais poderosa das novas geografias da centralidade ao nível global conecta os grandes centros financeiros e de negócios internacionais: Nova Iorque, Londres, Paris, Frankfurt, Zurique, Amesterdão, Los Angeles (...)”.

Neste contexto, é de admitir a hipótese de os ganhos de Londres se terem derramado pela área envolvente. No que se refere à dinâmica ganhadora do conjunto do Reino Unido, ela pode ser também tributária de outra lógica – a isenção que o país tem de grande parte da sua contribuição financeira para a UE, o que é conhecido pelo “cheque britânico”, um privilégio que a antiga primeira-ministra Margareth Tahtcher negociou nos anos 1980.

As dinâmicas ganhadoras na Espanha e na Irlanda poderão ser relacionadas por seu lado com as ajudas dos fundos europeus destinados à correcção das desigualdades regionais, nomeadamente o Fundo de Coesão e os vários fundos estruturais, pois estes países estão no grupo que mais beneficiou deles ao longo deste período (Comissão, 2007, p. x). Conhecido como “grupo dos quatro

---

<sup>4</sup> A expressão “serviços industriais” não tem significado preciso na literatura científica portuguesa. É no entanto aqui utilizada por fidelidade à edição brasileira consultada.

países da coesão” antes do alargamento a leste, inclui também a Grécia e Portugal, que no entanto apresentam desempenhos bastante mais fracos no período de 1995 a 2007, sobretudo no que se refere ao sub-índice económico do IDES.

## **2.2. Dinâmicas perdedoras**

No centro da União, surge também um vasto conjunto de regiões perdedoras, sobretudo na Alemanha, onde se pode pôr a hipótese de isso se relacionar com o esforço de reunificação nacional, com a assimilação da antiga RDA na República Federal a partir de 1990. Um relatório então não publicado (mas divulgado na comunicação social) do Institute for Economic Research (IWH, em alemão), de Halle, calculava em 1,3 biliões (milhões de milhões) de euros as transferências do Oeste para a reconstrução do Leste nos primeiros 20 anos após a reunificação dos dois estados soberanos alemães em 1989 (Graham, 2009).

As dinâmicas mais perdedoras no Leste, em países cuja adesão à UE ocorreu de 2004 a 2007, podem decorrer quer das dificuldades da transição da economia planificada de tipo soviético para a economia de mercado, quer do contexto específico de globalização em que decorreu, que os levou a uma forte abertura comercial. A maioria destes países tinham beneficiado até 2007 de um curto período de ajudas no âmbito da política de coesão – que visa a diminuição das diferenças entre Estados e regiões através da concentração de recursos nas zonas menos desenvolvidas (Comissão, 2007, p. xiv) –, mesmo se nos anos anteriores também beneficiaram, mas com menor intensidade, de apoios como países candidatos e entrarem na UE. No caso da Roménia e da Bulgária, 2007 foi precisamente o ano da sua adesão à União. Aliás, a Comissão (2010, p. 11) nota que em termos de PIB por habitante, a acentuação das disparidades internas nos 12 novos Estados-membros, sobretudo do Leste, não impediu que em quase todas as suas regiões ele “convergissem para a média da UE”, pois a esmagadora maioria delas apresentavam as mais altas taxas de crescimento percentual no período 2000-2007.

Se se tivesse utilizado a variação percentual dos índices, em vez da variação do seu valor (a opção tomada neste estudo), as variações seriam mais intensas nas regiões com valores de partida mais baixos e menos intensas nas com valores mais altos, o que provavelmente atenuaria as diferenças de desempenho encontradas entre centros e periferias. Como já explicado, considera-se que, para uma aproximação à medição de ganhos e perdas regionais, é mais adequado considerar-se os ganhos ou perdas absolutos dos

valores dos índices, porque o que pretendemos comparar é a evolução das diferenças entre regiões, e não a velocidade relativa de alteração dessas diferenças.

### **2.3. As grandes forças em jogo**

Esta questão leva-nos à da convergência/ divergência, entre países e entre regiões e sua relação com a globalização, sobretudo dos mercados. De um ponto de vista económico, o que mais directamente se relaciona com a lógica da globalização tal como ela é aqui entendida, ganhos e perdas dependem sobretudo da diferente distribuição dos vários factores de produção. Na mesma linha de argumentação de Todd (1998), que se baseia nas teorias do comércio internacional, O'Brien e Leichenko (2003, p. 91) explicam que, "em relação aos efeitos da liberalização sobre os factores de produção, espera-se que os retornos cresçam para os que são abundantes em cada país, e decresçam para os que não são abundantes". Assim, "os factores abundantes em cada país, que sentem tanto procura crescente pelos seus serviços como retornos crescentes, são os claros vencedores sob a liberalização (Wood, 1994); os factores escassos em cada país, que sentem tanto procura reduzida como retornos reduzidos, são os perdedores" (*id.*, *ibid.*)

Além da observação feita no capítulo teórico sobre os ganhos para o capital e para os trabalhadores qualificados no mundo desenvolvido, e perdas para os trabalhadores com baixas qualificações, poder-se-ia fazer uma análise mais fina relativamente a aos factores que mais ganham e perdem entre países e regiões da UE, com base também nas respectivas especializações e seu modo de inserção na economia europeia e na global – mas não há dados sistematizados por NUTS2 e seria possivelmente um trabalho demasiado moroso para uma dissertação de mestrado.

No seu *Quarto Relatório sobre Coesão Económica e Social* (2007), a Comissão Europeia reconhecia que havia "muitas regiões" "beneficiadas pela globalização" (p. xviii) e "algumas regiões" que eram "muito mais vulneráveis" (p. 37) ao processo de globalização da economia, entendendo também que "parte substancial deste processo" respeita à "entrada das economias em desenvolvimento nos mercados industriais". Poderemos ver esta terminologia como tendo implícito que houve regiões postas numa posição em que se tornariam mais facilmente ganhadoras, e outras mais facilmente perdedoras. No entanto, não divulgou estudos abrangentes sobre esta questão.

Naquele documento, foram identificadas as regiões especializadas nos têxteis, vestuário e produtos de couro, na produção de aço (indústrias metalúrgicas de base) ou em equipamento eléctrico, audiovisual e de TIC como “particularmente vulneráveis” à globalização, devido à “intensificação da concorrência” nos mercados (p. 37). Isto porque foram sectores para os quais os países “em desenvolvimento se viraram em grande escala e onde o baixo custo constitui um dos principais factores de concorrência, pelo menos no que diz respeito aos produtos destinados ao mercado de massas”. Ora muitas regiões do Leste, mas também o Norte de Portugal, eram especializadas nestes sectores, o que leva a admitir que esta seja uma das razões das perdas relativas que sofreram em 1995-2007, e que tendem a ser mais fortes na dimensão económica.

As regiões com uma percentagem relativamente grande do emprego no sector dos têxteis, vestuário e couro “tendiam a registar níveis de rendimento relativamente baixos — e custos de mão-de-obra reduzidos — e situam-se sobretudo nos novos Estados-Membros” do Leste (*id.*, *ibid.*). E em várias regiões da Bulgária, Roménia, Estónia, Lituânia e em partes da Polónia, “a indústria expandiu-se nos últimos anos, em consequência dos baixos custos”. Pode-se pôr a hipótese de ser um fenómeno dos anos mais próximos de 2007, e que os custos baixos resultassem de perdas (relativas ou até absolutas) de bem-estar nos anos precedentes, que tenham levado a uma queda de custos que as tenha tornado concorrenciais por essa via com países de padrões de rendimento subdesenvolvidos.

É dado mesmo o exemplo do Norte de Portugal, onde “o emprego diminuiu nos últimos anos com a intensificação da concorrência de produtores de baixo custo da China e de outras regiões da Ásia Oriental, em especial após o término do Acordo Multifibras, em 2005”, e onde se considerava que “o desafio para os produtores” consiste em reorientar a sua base de concorrência do baixo custo para a qualidade, o estilo e a resposta rápida a alterações nos padrões de procura, tal como o fizeram no passado, com êxito, os produtores do norte e do centro de Itália”, também com um peso relativamente forte do emprego neste sector. Prevvia-se ainda que este problema acabasse por afectar, dentro de alguns anos, os produtores do Leste, para os quais se esperava um desafio idêntico ao português, à medida que os seus rendimentos e salários aumentassem.

Estas preocupações eram vistas como extensivas às regiões mais especializadas na produção de aço, como era o caso do Norte de Espanha, nas regiões do Sul da Suécia e no Norte da Finlândia, bem como numa zona industrial dos novos Estados-membros que abrange a parte Nordeste da República Checa

(Moravskoslezsko), o Sul da Polónia (Slaskie) e o Leste da Eslováquia (Stredné Slovensko e Východné Slovensko). Quanto aos sectores do fabrico de aparelhos eléctricos e de equipamento audiovisual e de TIC, estava “amplamente disseminado pela UE, registando, no entanto, uma forte concentração em várias regiões da Hungria, da República Checa e da Eslováquia”, e incluía actividades “que não podem ser deslocalizadas com facilidade por estarem intimamente ligadas a empresas com sede na região, tais como a Nokia na Finlândia e a Hewlett-Packard na Irlanda, especialmente quando o desenvolvimento de novos produtos é de extrema importância para que permaneçam competitivas” (p. 39)

A relação que a Comissão Europeia encontrou entre produção de baixo custo e vulnerabilidade económica das regiões europeias à globalização aponta para que as regiões com níveis de bem-estar socioeconómico mais baixo ou intermédio possam ter sido justamente as principais penalizadas pelo processo de abertura dos mercados que lhe está subjacente, com algumas excepções – como é o caso das regiões do Sul da Suécia e no Norte da Finlândia, em geral com bons desempenhos no período e bons níveis no IDES em 2007.

Já em 2010, no *Quinto Relatório sobre a Coesão* (p.3), a Comissão identificava justamente os sectores têxtil, metalúrgico e de equipamentos eléctricos e ópticos como aquele em que a UE mais perdeu competitividade durante a globalização. Um estudo de 2008 aí citado [*EU regions vulnerable to globalisation and increased trade* (2008)], mostrou que as perdas de empregos nestes sectores “tendem a concentrar-se nas regiões menos especializadas”. Por outro lado, “muitas das regiões especializadas em sectores vulneráveis, mas de forma alguma todas, conseguiram subir na cadeia de valor para actividades de maior valor acrescentado, como a produção topo de gama, os mercados de nicho ou os produtos de alta tecnologia. Em muitos casos, esta ascensão permitiu-lhes manter o emprego e aumentar a produção”. Parece ser este o caso das regiões do Sul da Alemanha e também do Sul da Irlanda (DG Regio, 2008, p.54)

A Comissão sustenta assim a ideia, referida no capítulo inicial, da centralidade da economia da inovação, associada a uma grande intensidade do factor conhecimento, no crescimento endógeno, para definir a posição de uma dada região relativamente à fronteira tecnológica e na hierarquia das funções económicas. As regiões bem sucedidas neste domínio são tipicamente as mais desenvolvidas em termos socioeconómicos, com melhores níveis de bem-estar e mais recursos em termos de qualificação e financeiros, que lhes permitem inovar mais facilmente. Aliás, as regiões com maior vulnerabilidade de emprego



e produção face à globalização (*id.*, p. 48) eram justamente as mediterrânicas e do Leste.

Este quadro permite pensar que as dinâmicas da globalização económica se reflectiram sobre as economias das regiões da UE de um modo que potenciou o alargamento das diferenças de desempenho entre elas, sobretudo económico, pois permitiu que as detentoras de economias mais qualificadas, que se podiam diferenciar pela qualidade dos produtos e valor associado, beneficiassem das oportunidades decorrentes de mercados alargados cujas ameaças podiam transformar em oportunidades, mesmo em sectores identificados como vulneráveis à abertura de mercados; contrariamente, as regiões com economias mais débeis, que podem facilmente ser associadas às menos especializadas, sofrem perdas de emprego. Esta ideia não deve ser vista como uma regra que condena as regiões a cada um destes destinos consoante o seu ponto de partida, mas antes como uma tendência.

A corroborar a tendência de alargamento das diferenças socioeconómicas regionais no período da globalização, pode invocar-se a variação das diferenças entre valores máximos e mínimos nas regiões da UE no IDES e em cada um dos seus sub-índices (Tabela 4). A diferença entre os valores máximos e mínimos registados no IDES subiu 28,9% de 1995 para 2007, e com fortes diferenças entre os seus sub-índices. Enquanto no sub-índice económico a diferença entre os valores máximo e mínimo subiu 29,2% neste período, no domínio social diminuiu 2,1%; na dimensão demográfica, houve uma subida de 7,0%.

<b>Tabela 4 – Evolução % da diferença entre valores máximos e mínimos no IDES e sub-índices</b>			
	Dif. em 1995	Dif. em 2007	Variação %
IDES	0,34	0,43	28,94
Sub-índice demográfico	0,61	0,65	6,97
Sub-índice social	0,50	0,49	-2,11
Sub-índice económico	0,47	0,61	29,21

Esta grande discrepância, em que sobressaem os aumentos de diferenças na situação mais estritamente económica, corrobora a ideia de que a globalização ajudou a acentuar as diferenças entre regiões com maior e com menor desenvolvimento socioeconómico, até porque, quer em 1995 quer em 2007, os melhores valores no sub-índice económico ocorrem em regiões quase todas dos países mais desenvolvidos do Centro e Norte, enquanto os piores valores ocorrem em regiões de países periféricos e com menores níveis de bem-estar,

sobretudo do Leste, mas também em Portugal e na Grécia, e por vezes de Espanha.

Estes resultados sugerem que quer a competitividade quer a resiliência regionais na era da globalização deverão estar fortemente associados a elevados níveis de desenvolvimento socioeconómico pré-existent, que propiciam as capacidades (no sentido definido por Sen [1980, 2003]) para que as regiões com estas características mais expostas à concorrência por via dos preços possam evoluir com relativa facilidade para especializações mais diferenciadas e por isso com maior valor, e assim menos sujeitas à pressão imediata dos preços.

### **3. A evolução das disparidades regionais**

Os valores do IDES nas regiões NUTS 2 da UE em 1995 e 2007 revelam um ligeiro aumento das disparidades, reflectido num aumento do coeficiente de variação (Tabela 3) de 0,1965 para 0,2001 (0,0036 pontos, ou 1,85%). Esta evolução, próxima da estagnação, é consistente com a evolução das disparidades de PIB por habitante, que tiveram uma forte convergência na UE15 até meados da década de 1990, mas desde então estagnou (Comissão, 2010, p. 16).

A evolução das disparidades de PIB por habitante entre as regiões da EU15 teve uma clara diminuição de 1980 até 1996, com o respectivo coeficiente de variação a descer de 0,33 para 0,28, mas desde então tem-se mantido em torno de 0,29 (Comissão, 2009 (2), p. 4). No mais recente Relatório de Coesão considera-se mesmo que os dados revelavam que o processo de convergência estava “concluído nas regiões com um PIB *per capita* acima dos 75% da média da UE15” e que ainda estava em curso nas regiões com PIB *per capita* inferior a 75%.

Mas, considerando-se as regiões da UE27, regista-se uma pequena queda do coeficiente de variação do PIB por habitante de 0,42 em 1995 para 0,39 em 2005, o que tem levado muitos observadores a concluir que está em curso um processo de convergência que resulta de as regiões mais pobres dos novos Estados-membros do Leste estarem a convergir neste indicador com as mais ricas da UE (*id.*, p. 5). Note-se no entanto que de 1995 a 2000 houve uma ligeira divergência em termos de PIB por habitante na EU-27, com aumento do respectivo coeficiente de variação, e uma queda até 2005, com uma nova pequena subida para 2006 (*id.*, p.4) – o que significa que mesmo neste caso não se trata de uma tendência linear.

Regista-se assim uma diferença entre alguma convergência regional em termos de produto por habitante e estagnação das diferenças em termos de IDES na maior parte deste período, que pode ser vista como revelando que outros aspectos, eventualmente a política de coesão europeia ou outras políticas ou fenómenos socioeconómicos, de âmbito nacional ou mesmo transnacional (por exemplo, remessas de emigrantes), impedem que a convergência de PIB se tenha já traduzido numa convergência de bem-estar ou de desenvolvimento socioeconómico, consoante a ênfase que se prefira dar ao IDES.

A relativa estabilidade das disparidades do conjunto das regiões da UE27 esconde no entanto uma forte tendência de aumento das diferenças regionais no interior dos Estados nacionais, que é detectável pela evolução dos coeficientes de variação dos valores do IDES nas regiões de cada país. Entre os 21 Estados-membros com dados por NUTS2 neste estudo, as diferenças entre as regiões – medidas pelo coeficiente de variação do IDES – subiram em 17 e diminuíram em 21. Se excluirmos os países com variações do coeficiente de variação do IDES até 2,5%, subiram em 14 e diminuíram apenas em dois.

Este quadro de divergência no interior dos países vai ao encontro das tendências detectadas pela literatura recente relativas aos efeitos da integração na globalização económica dentro das economias nacionais. O Relatório Barca sobre a reforma da política de coesão da UE (Comissão Europeia, 2009 (1), p. 7) assume que a “integração económica e a globalização estão a libertar forças que parecem estar a beneficiar as regiões centrais de cada país, frequentemente em detrimento da periferia”, uma tendência que se revelava ao nível mundial e também na Europa, onde as grandes cidades tiveram em geral melhores desempenhos do que a maioria das outras regiões, quer dentro das fronteiras nacionais quer através da Europa. Assim, a integração europeia tinha produzido convergência nacional, mas as desigualdades tendiam a crescer nas regiões subnacionais.

Este crescimento das desigualdades regionais dentro dos países foi detectado também pela evolução do IDES (os autores não faziam menção a uma medida específica naquela passagem) e com a particularidade de ter sido mais elevada em países periféricos do Leste, e também do Sul, como na Itália na Grécia (ver Quadro 3), sendo a Bélgica a excepção mais significativa. O principal país com uma diminuição das assimetrias foi a França, mas essa diminuição foi maior na Irlanda (que tem apenas duas NUTS 2). A tendência de aumento das disparidades manifestou-se também nos países mais centrais e com melhores níveis de bem-estar, mas de modo bastante mais reduzido. No caso da península Ibérica, o ligeiro decréscimo do coeficiente de variação regional deixou os dois países com um nível de disparidades elevado, que em Portugal

era em 2007 o segundo mais elevado da UE, logo atrás do romeno; em 1995, as disparidades nacionais eram as maiores da actual UE27.

Aliás, as disparidades subnacionais eram nesse ano mais fortes (coeficiente de variação do IDES regional acima da média da UE) nos países mais periféricos e mais pobres, seguindo-se um outro grupo de países de leste mais centrais e ainda a Grécia e a Espanha. As menores diferenças regionais registavam-se nos maiores países centrais. Assim, a evolução das disparidades regionais no período analisado e o seu nível em 2007 é consistente quer com a ideia, encontrada na literatura especializada, de que há uma crescente divergência internacional relacionada com as dinâmicas da globalização económica, quer com a tendência de alargamento das diferenças socioeconómicas regionais no período da globalização acima identificada.

Estes resultados e tendências são também consistentes com a ideia já referida de que as dinâmicas da globalização económica se reflectiram sobre as economias das regiões da UE de um modo que potenciou o alargamento das diferenças de desempenho entre elas, sobretudo económico, penalizando mais as à partida mais vulneráveis, que são em grande medida as que têm menor bem-estar socioeconómico, que coincidem também com as mais periféricas, sobretudo dentro dos países mais periféricos.

Uma nota final para observar que os níveis de bem-estar e o desempenho económico-social (como aqui é entendido) nos dizem muito pouco sobre a sustentabilidade e o futuro das situações encontradas. Em abono desta ideia pode-se invocar a muito limitada progressão do IDES na Alemanha, abaixo dos valores de Portugal, Grécia e, sobretudo Irlanda – países agora sob assistência financeira internacional e com uma forte regressão social. Note-se que a Espanha e o Reino Unido, entretanto também a braços com graves problemas na sequência da profundíssima crise financeira e económica que deflagrou no final de 2008, foram também dos países com maior evolução do IDES.

## **V – Conclusão: Especialização, centralidade e economia política internacional**

As regiões ganhadoras na UE no período analisado, em termos relativos e neste caso também absolutos, foram principalmente as de Espanha e as das ilhas Britânicas, e também as de muitas capitais nacionais dos seus Estados-membros, além de algumas outras sem padrão óbvio. Inversamente, as regiões mais perdedoras em termos relativos foram uma grande maioria das do Leste pós-soviético (as excepções por países são a Estónia, a Letónia e a República Checa), bem como a maioria das regiões, alemãs e italianas, sobretudo do Sul.

Visto que o IDES apresenta um avanço significativo neste período ao nível da União – mais 15,43% na UE e 16,78% na média das regiões consideradas –, podemos considerar que o período analisado foi de melhoria generalizada do bem-estar socioeconómico, mas com diferenças muito significativas. Neste contexto, houve poucos casos de recuo do valor e por isso poucas regiões perdedoras em termos absolutos, concentrados no Sul de Itália. Assim, quase todas as regiões poderão ser consideradas ganhadoras em termos absolutos. Evidenciaram-se, pelos valores mais elevados, os casos da Irlanda, de algumas regiões espanholas e do Reino Unido (incluindo as das suas capitais), e também o Luxemburgo e as regiões das capitais finlandesa, húngara e eslovaca. Neste contexto, é mais relevante a análise em termos de ganhos e perdas relativos.

Estes resultados permitem perceber que as regiões das capitais nacionais estão entre os principais ganhadores, o que vai ao encontro de uma das tendências detectadas pela geografia económica durante a globalização das últimas décadas – a do reforço das dinâmicas de concentração e de crescimento das cidades, processos muito ligados à globalização, pois decorrem respectivamente do alargamento da escala dos mercados e queda de custos de transportes e comunicações (com o consequente aprofundamento dos fenómenos de especialização económica regional), e das necessidades de concentração de funções de controlo da economia global, características dos grandes centros urbanos.

A estes tipos de dinâmicas, que geram forças que parecem beneficiar as regiões centrais de cada país, em detrimento das periferias, soma-se uma desigual capacidade dos territórios regionais para estarem bem posicionados na inovação tecnológica, que se tornou um aspecto crítico para um crescimento endógeno forte com elevados níveis de desenvolvimento. Conforme constatado no relatório Barca (2009 (1), p. 6), dedicado à reforma da política de coesão, a

referida geografia dos centros e periferias combina-se com a localização dos países e regiões face à fronteira tecnológica, o que acontece também na UE, “no âmbito da hierarquia regional urbana, mostrando fortes efeitos de metropolitização”.

Do ponto de vista da dinâmica económica, a Comissão Europeia (2007) identificou a existência de regiões beneficiadas pela globalização da actividade económica e outras vulneráveis a este processo, devido sobretudo à entrada dos países em desenvolvimento nos mercados industriais, até então dominados pelos países desenvolvidos, o que significa que a globalização ajudou umas a ganhar e outras a perder... Entre as vulneráveis estavam as especializadas em sectores como os têxteis, vestuário e produtos de couro, na produção de aço ou em equipamento eléctrico, audiovisual e de TIC, o que abrangia muitas regiões do Leste, mas também o Norte de Portugal, o que permite pensar que esta foi uma das razões das perdas relativas em termos socioeconómicos que sofreram em 1995-2007, e que tenderam a ser mais fortes justamente na dimensão económica.

Foi também detectada pela Comissão uma relação entre a globalização e a produção de baixo custo em vários daqueles sectores (e as consequentes perdas económicas em diversas regiões europeias), o que aponta para que as regiões com níveis de bem-estar menores ou intermédios possam ter sido justamente as principais penalizadas pelo processo de abertura dos mercados. Assim, não surpreende o facto de a maioria das regiões perdedoras da UE em termos relativos no período de globalização mais intensa corresponderem a territórios à partida economicamente mais débeis (o leste pós-soviético, quase todas as regiões da Grécia, o Norte de Portugal e o Alentejo, e ainda o Sul de Itália).

Houve também perdas relativas em regiões à partida mais fortes, com destaques para as alemãs, mas também suecas (nas pouco povoadas; este país é aliás também um exemplo claro de reforço dos centros, pois foram as regiões das grandes cidades suecas as que mais ganharam no IDES), e algumas francesas e do Norte de Itália. No caso da Alemanha, as perdas no IDES resultam sobretudo de uma fraca dinâmica demográfica, pois na dimensão económica, e sobretudo na social, a evolução dos sub-índices foi bastante mais favorável.

Em abono da ideia de que as regiões que à partida eram mais fracas terão sido as mais penalizadas, pode-se invocar que a Comissão identificava em 2010 justamente os sectores têxtil, metalúrgico e de equipamentos eléctricos e ópticos como aqueles em que a UE mais perdeu competitividade durante a

globalização, com perdas de emprego que se concentravam nas regiões menos especializadas. Por outro lado, constatou que muitas regiões especializadas em sectores vulneráveis conseguiram superar estas dificuldades, subindo na cadeia de valor para actividades de maior valor acrescentado, o que em muitos casos lhes permitiu “manter o emprego e aumentar a produção” – um trajecto mais típico de regiões com melhores níveis de bem-estar e mais recursos a que possam recorrer para inovar, dizemos nós.

Esta ideia é consistente com o facto de em 2007 os melhores valores no sub-índice económico ocorrerem em regiões quase todas dos países mais desenvolvidos do Centro e Norte, enquanto os piores valores se verificavam em regiões de países periféricos e com menores níveis de bem-estar, sobretudo do Leste, mas também de Portugal e da Grécia, e na Extremadura espanhola. Isto ajudou a que os avanços mais significativos do IDES tenham ocorrido na maioria dos casos em países que em 1995 já tinham situações relativamente mais favoráveis ou próximas da média, o que redundou em que antes da grande crise com início em 2008 a situação socioeconómica geral das regiões da UE traduzisse em primeiro lugar as tradicionais diferenças entre centros e periferias, a que se somavam diferenças norte-sul e leste-oeste – o que significa que o padrão territorial do bem-estar pouco mudou face ao que vinha de trás. A novidade mais significativa foi a ascensão de algumas regiões de Espanha, como Madrid, a Catalunha ou Múrcia, a níveis elevados de bem-estar. Apesar das fortes ajudas financeiras recebidas da UE neste período, a quase totalidade das regiões de Portugal e da Grécia não passaram de níveis reduzidos de bem-estar segundo os padrões europeus (as excepções são as respectivas capitais).

O quadro de vulnerabilidades decorrentes das dinâmicas económicas da globalização já exposto permite corroborar a ideia de que os ganhos e perdas dos territórios têm estado também muito associados à “competitividade”, pelo menos segundo uma certa ideia de competitividade territorial associada à “atractividade” de uma região, vista como a sua capacidade para se tornar mais interessante do que outras localizações para a entrada e retenção de capital e trabalho especializado, num mundo de fronteiras abertas à sua circulação, de acordo com a revisão literária feita no capítulo teórico inicial.

Em virtude das características das regiões mais vulneráveis e das daquelas que conseguem superar os desafios de competitividade decorrentes da globalização, acima identificadas, somos levados a supor que a resiliência está mais do lado dos mais fortes, atendendo a que aquelas que conseguiram manter emprego e aumentar produção o fizeram subindo na cadeia de valor e com recurso a maior intensidade tecnológica – uma adaptação com sucesso a um contexto de

mudança económica adversa, que permite a manutenção ou mesmo melhoria da prosperidade e bem-estar regional.

Estes trajectos, para actividades de maior valor acrescentado, como a produção topo de gama, os mercados de nicho ou os produtos de alta tecnologia, são possíveis devido à capacidade tecnológica e qualificação da força de trabalho, o que remete para uma capacitação regional de acordo com o conceito de capacidades (as *capabilities*) regionais, desenvolvido a partir da ideia original de Amartya Sen. Inversamente, as regiões mais vulneráveis e em perda, como o referido exemplo do Norte de Portugal, têm menores capacitações deste ponto de vista. Quanto à eventual importância do capital social neste contexto, não se pode avançar qualquer ideia a partir dos resultados obtidos e bibliografia consultada.

O que até agora foi exposto responde a muitas das questões formuladas à partida para este estudo, como as diferenças de desempenho socioeconómico entre as regiões da UE, a identificação de ganhadores e perdedores e o sentido de evolução das desigualdades entre as regiões, e ainda algumas relações com a lógica da globalização.

Não foi identificada uma tipologia, mas os padrões de desempenho (Mapa 1) no período analisado e de bem-estar em 2007 (Mapa 2) são bastante claros. A situação socioeconómica nas regiões da UE apresentava num padrão espacial que revelava em primeiro lugar centros e periferias, com diferenças norte-sul e leste-oeste. Era evidente a diferenciação positiva das principais centralidades nacionais, com um nítido efeito de capitalidade, a par de melhores valores nos países mais centrais. Os países do Norte destacavam-se face aos do Sul (com níveis de bem-estar semelhantes aos das regiões mais centrais), e havia também uma clara desvantagem das regiões do Leste, sobretudo das mais periféricas, face às periferias mais ocidentais.

Estes desempenhos e o nível socioeconómico final deixam perceber que, apesar dos avanços em Espanha e na Irlanda, o mapa do bem-estar mantinha as manchas de prosperidade europeia a que estávamos habituados. A manutenção da maior parte da Espanha, de Portugal e da Grécia entre os territórios com valores reduzidos levanta a questão da eficácia da política de coesão, cuja compreensão não era contudo um objectivo deste trabalho. As respostas obtidas deixam por seu lado pistas para novas questões a investigar.

Seria interessante estudar com mais detalhe o que se passou nalgumas das NUTS2 que possam ser consideradas casos paradigmáticos dos tipos de desempenhos registados, e tentar relacionar o que se passou com as lógicas da competitividade, resiliência e capacidades – aspectos que podem ser vistos



como complementares e por vezes mesmo correlativos. Isto é, poder-se-ia escolher algumas ganhadoras e algumas perdedoras, com localizações e intensidade de ganhos e perdas diferentes entre si, para tentar perceber os aspectos que justificam a sua evolução socioeconómica neste período, com recurso a uma metodologia mais qualitativa que permitisse elucidar as conclusões aqui obtidas, de carácter genérico, quanto às razões que justificam os desempenhos registados pelo IDES.

Por outro lado, percebe-se que o desempenho na dimensão social (Mapa 4) foi bastante mais favorável no grupo dos quatro países da coesão do que na generalidade dos restantes (só as regiões do Reino Unido e da Finlândia têm desempenhos ao mesmo nível) e que em 2007 estes países apresentavam nesta dimensão uma diferença mais reduzida do que nas restantes face aos países mais centrais e do Norte (onde se registavam tendencialmente os melhores valores). É uma situação compatível com um quadro em que os recursos disponibilizados pelos fundos estruturais tenham sido aplicados de um modo que se reflectiu mais intensamente, pelo menos nesta fase, no bem-estar social do que no desempenho económico.

Esta ideia carece no entanto de uma análise mais aprofundada e levanta questões sobre os resultados das políticas de coesão e de desenvolvimento territorial. A obtenção pelos países da coesão de melhores desempenhos e resultados na dimensão social do que nas restantes sugere que aquelas políticas estão viradas mais para a redistribuição do rendimento e manutenção de bem-estar do que para o desenvolvimento dos aparelhos produtivos das regiões (ou países...) mais débeis economicamente. Esta situação leva a pensar que um dos aspectos que seria interessante estudar é o das ajudas de Estado às regiões e a lógica de redistribuição dos rendimentos nacionais que tem prevalecido, e as que eventualmente se farão sentir nos próximos tempos, e que serão provavelmente tributárias dos modelos de Estado – mais neoliberais ou mais social-democratas – e dos regimes de Estado-providência que prevaleçam em cada caso. Possivelmente encontraríamos situações em que algumas regiões apenas não perderam entre 1995 e 2007 porque os Estados nacionais as ajudaram, e não devido aos apoios dos fundos estruturais.

Um dos casos que carece de um estudo mais aprofundado é o da Itália, devido à forte perda relativa (e nalguns casos absoluta) encontrada no domínio social. Como já foi referido na análise dos resultados, isto pode resultar de problemas com os dados de origem. Contudo, pode também resultar de outros aspectos: é de estranhar que um país com uma economia poderosa como a italiana, entre as maiores do planeta e que tem várias regiões apontadas como casos de estudo pelo seu sucesso, tenha um desempenho tão fraco no IDES (chegando a

2007 já ligeiramente abaixo da média da UE) e um fortíssimo aumento das disparidades regionais, estando nos últimos meses com dificuldades para se financiar normalmente nos mercados de capitais.

Como vimos, durante o período estudado, quase todas as regiões acabaram por ganhar, pelo menos um pouco em termos absolutos, ainda que por vezes tenham perdido em termos relativos. No entanto, esta situação pode mudar significativamente com o novo contexto de crise que se vive, sobretudo no Ocidente, desde finais de 2008, e muitas podem começar a perder – aliás, algumas já estão seguramente nessa situação.

Num contexto de escassez de capital e de financiamento, o bem-estar entrou em óbvia regressão na Grécia, na Irlanda e em Portugal, e começa a recuar também em Espanha e na Itália, com políticas de austeridade a intensificarem-se nos meses mais recentes, com incidência na redução da despesa social; o Reino Unido, a França e até a Alemanha começaram também a sentir alguma restrição de despesas públicas, mas com uma intensidade bastante menor. Este quadro sugere que no período pós-2007 se deverá viver uma forte divergência no desempenho socioeconómico e níveis de bem-estar nas regiões e países da UE, pondo-se assim termo à relativa estabilidade das diferenças entre regiões da UE detectada na fase mais intensa de aprofundamento da globalização (o período de 1995 a 2007 considerado neste estudo), ainda que com divergência subnacional.

Esta situação torna óbvio que os desempenhos detectados neste período pelo IDES não são indicador da evolução futura, parecendo apenas relativamente seguro que as regiões e países com melhores valores no IDES e no sub-índice económico (os mais centrais e do Norte) deverão regredir menos em termos de bem-estar – ou nalguns casos até melhorar. Deverá então a UE pensar numa mudança de políticas, no sentido de obter coesão económica, social e territorial de um modo mais sustentável e resistente a crises? Se for essa a opção, as políticas terão necessariamente de ser ajustadas.

Outro aspecto que este trabalho permite iluminar respeita à relação dos desempenhos e do bem-estar regional nas regiões europeias com a economia política internacional. Dito de outro modo, constata-se que as lógicas inerentes à globalização económica se reflectem, a este nível, de modo diferente em regiões e países diferentes, corroborando-se com este caso concreto o que a bibliografia especializada explica de um modo abstracto.

Assim, face às dinâmicas encontradas e explicações já avançadas, em que se percebe que as regiões à partida mais bem dotadas em factores que lhes permitiam uma especialização mais intensa e valorizada puderam obter mais

facilmente ganhos, enquanto as mais fracas à partida se viram numa situação mais propensa a perdas económicas e sociais, chegamos à conclusão de que a liberalização do comércio, do investimento e dos movimentos de capitais criou dinâmicas tendentes a gerar mais ganhos nas regiões europeias à partida mais fortes, e mais perdas nas mais fracas. Percebe-se assim a relação entre o Consenso de Washington e a desindustrialização têxtil no Norte de Portugal.

Esta dinâmica é acompanhada por uma outra, a do reforço das centralidades, que é evidente pelos fortes desempenhos em termos de bem-estar não só das regiões da generalidade das capitais, mas também das de outros grandes centros urbanos, como a Catalunha (Barcelona), Alta Baviera (Munique), ou as regiões suecas de Gotemburgo e Malmö. Isto é consentâneo com a tendência de crescimento do PIB mais forte nas regiões metropolitanas do que nas restantes identificada pela Comissão Europeia (2010) e com a ideia de que a lógica da globalização liberta forças que beneficiam as regiões centrais em cada país, em detrimento das periferias, pois o alargamento do âmbito territorial dos mercados permite ampliar o âmbito das economias de escala, permitindo aos principais centros de produção manter as suas posições dominantes – e daí também a divergência regional encontrada dentro dos países.

As duas relações identificadas entre a globalização neoliberal da economia e o desempenho económico-social das regiões da UE – a necessidade de um reforço da especialização, sobretudo industrial, e a tendência para a concentração – constituem um contexto mais favorável para as regiões mais bem dotadas à partida em tecnologia e conhecimento, o que é em geral característico também das grandes regiões metropolitanas, também beneficiadas pela tendência para a concentração por uma questão de escala.

O contexto decorrente da globalização era considerado também pela Comissão Europeia (2007, p. vii) como sendo “muitas vezes” um dos “principais promotores das mudanças estruturais a todos os níveis, tendo um forte impacto no desenvolvimento económico e na criação de emprego”. Deste modo, além da promoção das desigualdades entre os indivíduos nos países desenvolvidos em resultado da abertura do comércio internacional, como visto no capítulo inicial (ganhos ou perdas em determinados grupos sociais), podemos falar também de uma tendência para o aumento das desigualdades territoriais em função das duas tendências acima descritas, pelo menos dentro dos países europeus, e talvez na generalidade dos países desenvolvidos do Ocidente.

Fica também clara a influência contextual do consenso neoliberal e da dimensão económica da globalização sobre o desempenho socioeconómico das regiões europeias, e a assimetria da relação circular estabelecida neste

processo. No entanto, podemos concluir que a assimetria será mais intensa numas regiões do que noutras, em função da capacidade de participarem na definição das regras internacionais que definem o processo globalizador das relações económicas de modo que lhes seja mais favorável.

Este quadro sugere, no caso de se querer atenuar ou eliminar as principais diferenças entre regiões e países, a possibilidade de duas vias para as políticas regionais. Uma seria apostar nas transferências sociais e de rendimentos para as regiões mais débeis, como parece ter acontecido até aqui, mas que se afigura como um caminho cada vez mais difícil nos próximos anos, atendendo ao contexto financeiro europeu. Outra seria apostar na qualificação/capacitação das suas forças de trabalho, aparelhos produtivos e territórios, de modo a integrá-las nas dinâmicas vencedoras na economia global. Este caminho parece também difícil: além do contexto financeiro, tem contra si as dinâmicas económicas que jogam a favor da concentração e reforço das grandes áreas metropolitanas. Em ambos os casos, seria necessária uma visão de conjunto à escala europeia, e políticas decididas a partir dela e tirando partido das vantagens que proporciona a vários níveis, sobretudo económico.

Temos assim uma tensão entre as dinâmicas da globalização da economia e a coesão regional, em primeiro lugar em termos económicos, o que a compromete também aos níveis social, demográfico e territorial (no sentido da infra-estruturação e disponibilização de serviços básicos às populações). Assim, acaba por parecer mais viável a primeira opção de política regional acima referida, se bem que no actual contexto provavelmente ela só seria exequível à escala europeia, com uma perspectiva de conjunto, devido à penúria financeira em muitos estados. Um exemplo de uma região onde parece existir uma política com bons resultados é o da NUTS 2 mais a norte na Finlândia (Pohjois-Suomi, com 636 mil habitantes em 2007, em 140 mil km<sup>2</sup>, um quinto da densidade do Alentejo). Aqui coexistiu um bom desempenho do sub-índice social com um desempenho fraco do sub-índice económico, mas com bons valores em todos os índices em 2007.

Para a segunda opção ser mais viável, parece necessária uma mudança de política comercial à escala europeia, de modo a que fosse atenuada a tendência para a concentração da actividade económica subjacente à lógica global, o que se afigura improvável de momento. A relação detectada entre a lógica da economia global e os desempenhos regionais levanta aliás a questão de pensar a política comercial como tendo incidências territoriais diversas e, nesse sentido, poder ser também um dos aspectos a considerar na política de coesão e regional europeia.

## **Bibliografia consultada e outras fontes**

Amin, Ash, e Thrift, Nigel (1994), *Globalization, Institutions, and Regional Development in Europe*, Oxford University Press, Oxford e Nova Iorque.

Barro e Lee (2010), Barro-Lee Educational Attainment Dataset, [<http://www.barrolee.com/>], acedido em 20 de Junho de 2011].

Barrutia, Jose M., e Echebarria, Carmen (2010), "Social capital, research and development and innovation: An empirical analysis of Spanish and Italian regions", *European Urban and Regional Studies*, 17(4): 371-385, Sage, Londres.

Benko, Georges, Lipietz, Alain (eds.) (1994), *As Regiões Ganhadoras*, Celta, Oeiras [primeira edição em 1992, *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie industrielle*, P.U.F., Paris].

Bristow, Gillian (2009), "Limits to regional competitiveness", in Tomaney, John (ed.), *The Future of Regional Policy*, The Smith Institute, Reino Unido: 25-32.

Christopherson, Susan; Michie, Jonathan; e Tyler, Peter (2010), "Regional resilience: theoretical and empirical Perspectives", in *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 2010, 3, 3-10; doi:10.1093/cjres/rsq004.

Comissão Europeia (2009) (1), *Barca Report – An Agenda for a Reformed Cohesion Policy*, relatório de trabalho sobre *Cohesion Policy in the European Union: Growth, Geography, Institutions*, por Thomas Farole, Andrés Rodríguez-Pose e Michael Storper, Bruxelas.

Comissão Europeia (2007), *Quarto Relatório sobre Coesão Económica e Social – Regiões em Crescimento, Europa em Crescimento*, Bruxelas.

Commission sur la Mesure des Performances Économiques et du Progrès Social Stiglitz-Sen-Fitoussi (2009), *Rapport de la Commission sur la Mesure des Performances Économiques et du Progrès Social*, Paris.

Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress Stiglitz-Sen-Fitoussi (2008), *Survey of Existing Approaches to Measuring Socio-Economic Progress*, Paris.

Cooke, p., e Leydesdorff, L. (2006), Regional development in the knowledge-based economy: The construction of advantage, *Journal of Technology Transfer*, 31 (1): 5-15.

Cumbers, Andrew, MacKinnon, Danny, McMaster, Robert (2003), "Institutions, Power and Space – Assessing the Limits to Institutionalism in Economic Geography", *European Urban and Regional Studies*, 10(4): 325-342, Sage, Londres, Califórnia e Nova Deli.

Cumbers, Andrew, e Mackinnon, Danny (2007), *An Introduction to Economic Geography – Globalization, Uneven Development and Place*, Pearson Education, Limited, Harlow, Inglaterra.

DG Regio (2008), *EU regions vulnerable to globalisation and increased trade*, Final Report, Bruxelas [[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/studies/study\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/study_en.htm)], acedido em 25 de Fevereiro de 2012].

Dunford, Mick (1993), "Regional Disparities in the European Community", *Regional Studies*, Vol. 27, Nº8, pp. 727-743.

Eurostat (2007), *Regions in the European Union: Nomenclature of territorial units for statistics, NUTS 2006 /EU-27, série Methodologies and working papers*, Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.

Eurostat (2002), *European regional Statistics Changes in the NUTS classification 1981-1999, Methods and Nomenclatures*, Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.

Edwards, John, Newcastle University, comunicação pessoal em Janeiro de 2011.

Evans, Mel, e Syrett, Stephen (2007), "Generating Social Capital? The Social Economy and Local Economic Development", *European Urban and Regional Studies*, 14(1): 55-74, Sage, Londres.

Findlay, Ronald, e O'Rourke, Kevin (2007), *Power and Plenty – Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium*, Princeton University Press, Princeton.

Galbraith, John Kenneth (1958, 1998), *The Affluent Society – 40<sup>th</sup> Anniversary Edition, Updated and with a New Introduction by the Autor*, Mariner Books, Nova Iorque.

Graham, Dave (2009), "Study shows high cost of German reunification", Reuters, 7 de Novembro de 2009, Berlim [<http://www.reuters.com/article/2009/11/07/us-germany-wall-idUSTRE5A613B20091107>], acedido em 26 de Fevereiro de 2012].

Gurria, Angel (2009), OCDE [http://www.oecd.org/document/61/0,3343,en\\_2649\\_34487\\_43953021\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/61/0,3343,en_2649_34487_43953021_1_1_1_1,00.html), acedido em 27 de Fevereiro de 2011.

Harvey, David (2004), *Spaces of Neoliberalization: Towards a Theory of Uneven Geographical Development*, Hettner-Lecture 2004, Heidelberg, ed. Franz Steiner Verlag, 2005.

Harvey, David (2000), *Spaces of Hope*, Edinburgh University Press, Edimburgo.

Hoggart, Keith (2005), "Inequalities at the Core: A Discussion of Regionality in the EU and UK", *In Contested Worlds – An Introduction to Human Geography*, Martin Phillips (org.), Ashgate, Hants, Reino Unido.

Hubbard, Phil; Kitchin, Rob; Bartley, Brendan; Fuller, Duncan (2002), *Thinking Geographically*, Continuum Books, Londres/Nova Iorque.

Hudson, Ray (2007), "Regions and Regional Development Forever? Some Reflective Comments upon Theory and Practice", *Regional Studies*, Vol. 41.9, *Whither Regional Studies*, pp. 1149-1160, Dez. 2007, Routledge, Newcastle, Reino Unido.

Hudson, Ray (2009), "Resilient Regions in an Uncertain World: Wishful Thinking or a Practical Reality?", *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 2010, 3, 11-25.

Jenks natural breaks optimization, Wikipedia, [[http://en.wikipedia.org/wiki/Jenks\\_natural\\_breaks\\_optimization](http://en.wikipedia.org/wiki/Jenks_natural_breaks_optimization)], acedido em 2 de Janeiro de 2012].

Kitchin, Rob; Tate, Nicholas J, (2000), *Conducting Research in Human Geography: Theory, Methodology and Practice*, Prentice Hall, Essex, Reino Unido.

Krugman, Paul (1991), "Increasing Returns and Economic Geography", *Journal of Political Economy*, Vol. 99, nº3, Chicago, pp.483-499.

Lasserre, Frédéric (2008), *Manuel de Géopolitique*, ed. Armand Colind, Paris.

Lemaitre, Gorges (2005), *La comparabilité des statistiques des migrations internationales – Problèmes et perspectives*, Cahiers Statistiques, OCDE, Paris.

MacLeod, Gordon; e Jones, Martin (2007), "In What Sense a Regional World?", *Regional Studies*, Vol. 41.9, *Whither Regional Studies?*, pp. 1143-1148, Dez. 2007, Routledge, Newcastle, Reino Unido.

Madeira, Paulo Miguel (2007), "Cidades médias para travar êxodo rural. Interior sem políticas específicas", *Público*, 20/8/2007, p. 3.

Malheiros, Jorge M. (2001), *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Inovação*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Méndez, Ricardo (1997), *Geografía Económica – La Lógica Espacial del Capitalismo Global*, Ariel Geografía, Barcelona.

Murteira, Mário (2003), *Globalização*, ed. Quimera, Lisboa, p. 26.

Nobelprize.org [<http://www.nobelprize.org/educational/economics/trade/ohlin.html>], acedido em 17 de Fevereiro de 2012].

O'Brien, Karen L., & Leichenko, Robin M., (2003), "Winners and Losers in the Context of Global Change", *Annals of the Association of American Geographers*, 93:1, 89-103.

OCDE, Measuring the Progress of Societies [[http://www.oecd.org/document/5/0,3343,en\\_40033426\\_40037349\\_40038469\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/5/0,3343,en_40033426_40037349_40038469_1_1_1_1,00.html)], acedido em 16 de Fevereiro de 2010].

OCDE (2010), *Perspectives des migrations internationales* (2010), Editions OCDE, Paris [[http://www.oecd.org/document/42/0,3746,fr\\_2649\\_37415\\_45626986\\_1\\_1\\_1\\_37415,00.html#STATISTICS](http://www.oecd.org/document/42/0,3746,fr_2649_37415_45626986_1_1_1_37415,00.html#STATISTICS)], acedido em 29 de Junho de 2010].

Pawson, Ray, e Tilley, Nick (1997), *Realistic Evaluation*, Sage Publications, Londres.

Pegada Ecológica [<http://www.myfootprint.org/>], acedido em 25 de Fevereiro de 2011].

Pickett, Kate, e Wilkinson, Richard (2009), *The Spirit Level – Why more equal societies almost always do better*, ed. Allen Lane [ed. Portuguesa *O Espírito da Igualdade – Porque é que razão as sociedades igualitárias funcionam quase sempre melhor*, (2010), Editorial Presença, Barcarena].

Pike, Andy (2007), Editorial: Whither Regional Studies? *Regional Studies*, Vol. 41.9, Whither Regional Studies?, pp. 1143-1148, Dez. 2007, Routledge, Newcastle, Reino Unido.

Pratt, Andy C (2004), *Andrew Sayer*, in Hubbard, Phil and Kitchin, Rob and Valentine, Gill, (eds.) *Key thinkers on space and place*, Sage Publications, Londres, Reino Unido, pp. 245-250 (a partir de [http://eprints.lse.ac.uk/21387/1/Andrew\\_Sayer\\_\(LSERO\).pdf/](http://eprints.lse.ac.uk/21387/1/Andrew_Sayer_(LSERO).pdf/)], acedido em 27 de Fevereiro de 2011).



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2011), Human Development Report [[http://www.beta.undp.org/content/cdam/undp/library/corporate/HDR/2011%20Global%20HDR/English/HDR\\_2011\\_EN\\_Complete.pdf](http://www.beta.undp.org/content/cdam/undp/library/corporate/HDR/2011%20Global%20HDR/English/HDR_2011_EN_Complete.pdf) , acedido em 2 de Janeiro de 2012]

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) [<http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>], acedido em 27 de Fevereiro de 2011].

Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone – The Collapse and Revival of American Community*, Simon & Schuster Paperbacks, Nova Iorque.

Quivy, Raymond, e Campenhoudt, Luc Van (1988), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Gradiva (ed. de 1992), Lisboa.

Reis, José (2001), A Globalização como Metáfora da perplexidade? Os processos geoeconómicos e o «simples» funcionamento dos sistemas complexos. In Santos (org.), *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*, Ed. Afrontamento, Porto.

Rodrigues, Jorge N., e Devezas, Tessaleno (2007), *Portugal – O Pioneiro da Globalização*, Centro Atlântico.pt, Famalicão.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), "Globalizations", Problematizing Global Knowledge – Genealogies of the Global/Globalizations. *Theory, Culture & Society*, Maio 2006; vol. 23: pp. 393-399.

Sayer, Andrew (1992), *Method in Social Science – A realist approach*, 2ª edição revista, Routledge, Londres (1ª edição na Hutchinson, 1984).

Scott, Allen J., e Storper, Michael (2003), "Regions, Globalization, Development", *Regional Studies*, Vol 37, Vol. 37, 6 e 7, pp. 579-593.

Sen, Amartya (1980), "Equality of What?", in *Tanner Lectures on Human Values*, S.M. McMurring, ed., vol. I, Cambridge, Cambridge University Press [[http://culturability.fondazioneunipolis.org/wp-content/blogs.dir/1/files\\_mf/1270288635equalityofwhat.pdf](http://culturability.fondazioneunipolis.org/wp-content/blogs.dir/1/files_mf/1270288635equalityofwhat.pdf)], acedido em 27 de Fevereiro de 2011].

Sen, Amartya (2002), "Globalization, Inequality and Global Protest", in *Development*, Vol. 45, Nº2, pp. 11-16, SAGE Publications.

Sen, Amartya (2003), "Development as Capability Expansion," in *Readings in Human Development*, S. Fukuda-Parr et al., eds., pp. 41-58, Oxford University Press, New Delhi and New York.

Stiglitz, Joseph (2002), *Globalização, A Grande Desilusão*, Terramar, Lisboa.

Todd, Emmanuel (1998), *L'Illusion Économique – Essai sur la Stagnation des Sociétés Développées*, Gallimard, Paris.

Vale, Mário (2009), "Conhecimento, Inovação e Território", *Finisterra*, Vol. XLIV, nº 88, Lisboa.

Vale, Mário (2007), Globalização e Competitividade das Cidades: Uma Crítica Teórica na Perspectiva da Política Urbana, *in Geophilia*, CEG, Lisboa.

Vale, Mário (1999) – *Geografia da Indústria Automóvel num Contexto de Globalização – Imbricação Espacial do Sistema AutoEuropa*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, Universidade de Lisboa.

## **Obras referidas e não consultadas** (lista não exaustiva)

Bleys, B., (2005) "Alternative welfare measures", Draft, Vrije Universiteit Brussel, *apud* Commission on the Measurement..., 2010, p. 11.

Cobb, C., e Cobb, J. (1994), *The Green National Product*, Lanham, University Press of America, *apud* Commission..., 2010, p. 10.

Cobb, J. e Daly, H. (1989), *For the Common Good, Redirecting the Economy Toward Community, the Environment and a Sustainable Future*, Boston, Beacon Press., *apud* Commission..., 2010, p. 10.

Dunn Jr., R. M., e Ingram, J. C. (1996), *International Economics* (4ª edição), New York, John Wiley and Sons, p. 73 e 74, *apud* Todd, 1998, p. 182-183.

Frey, B.S., e Stutzer, A. (2002), "What can economists learn from happiness research?", *Journal of Economic Literature*, vol. 40, pp. 402–435., *apud* Commission..., 2010, p. 15.

Johnston, R. J. (1991), *Geography and Geographers: Anglo-American Human Geography since 1945*, 4ª edição, Edward Arnold, Londres, *apud* Kitchen e Tate, 2000, p. 15-16.

Kanbur, R. and Venables, A.J. (2005) *Spatial Inequality and Development*, Oxford: Oxford University Press., *apud* Comissão Europeia, 2009, p. 4.

Legendijk, A. (2007), "The accident of the region. A strategic relational perspective on the construction of the region's significance, *Regional Studies*, Vol. 41.9, pp. 1193-1207, *apud* Pike (2007), p. 1144.

Lovering, J (1999), "Theory led by policy: the inadequacies of the 'new regionalism' (illustrated from the case of Wales)", *International Journal of Urban and Regional Studies* 23, 379-395, *apud* Hudson (2007), p. 1150.

Matthews, E. (2006), "Measuring well-being and societal progress : a brief history and the latest news", texte présenté au meeting OCDE-JRC "Measuring well-being and societal progress", Milan 19-21 juin 2006, *apud* Commission on the Measurement..., 2010, p. 11.

Neumayer, E. (2004), "Sustainability and well-being indicators", *Wider research paper* n° 2004/3, *apud* Commission on the Measurement..., p. 12.

Nordhaus, W., e Tobin, J. (1973), "Is Growth Obsolete ?", in *The Measurement of Economic and Social Performance*, National Bureau of Economic Research, 1973., *apud* Commission on the Measurement, pp. 9-10.

Waters, Malcom (1995), *Globalization*, Routledge, Londres, *apud* Malheiros, Jorge M. (2001).



## **Anexos**

## **Anexo I**

Lista, organizada por variável recolhida inicialmente e por país, de todas as estimativas de valores, com os respectivos procedimentos, bem como de todos os valores obtidos a partir de outras fontes que não a base de dados regionais do Eurostat, por não constarem desta.

### **População total, população com 65 e mais anos e população em idade activa**

Os valores pretendidos foram obtidos a partir dos dados das seguintes classes etárias, descarregados do sítio electrónico do Eurostat: população total; população com 65-69 anos, pop. com 70-74 anos, pop. com 75-79 anos, pop. com 80 a 84 e pop. com 85 e mais anos (para calcular a população com mais de 65 anos); e população com 15-19 anos, pop. com 20-24 anos, pop. com 25-29 anos, pop. com 30 a 34 anos, pop. com 35-39 anos, pop. com 40-44 anos, pop. com 45-49 anos, pop. com 50-54 anos, pop. com 55 a 59 anos, pop. com 60-64 anos (para calcular a população em idade activa).

O valor da população em idade activa no conjunto da UE-27 em 1999 teve de ser recalculado (para se poder estimar os valores relativos a 1995 e calcular a percentagem de população com ensino secundário superior e com grau de ensino superior), por os valores disponibilizados pelo Eurostat serem inferiores aos registados para a EU 25 e a EU 15, o que se verifica até 2006. Na base de dados por país, os totais em 1995 não tinham a UE-27 nem a UE-25 (apenas a EU-15), e por isso os dados para a UE-27 tiveram de ser calculados somando os activos por grupo etário no total da UE a partir da base de dados nacionais. Os dados da população na com ensino secundário superior e com grau de ensino superior no conjunto da UE em 1995 foi estimada com a soma das estimativas para 1995.

#### **Bulgária**

A população com 80-84 anos de idade, para 1994 e 1996, foi estimada assumindo-se que a tendência prolongava a de 1993 e antecipava a de 1996, respectivamente, e para 1995 fez-se a média. Para as regiões, utilizou-se a proporção no conjunto do país nos anos antecedente e seguinte, e para 1995 fez-se a média. Foi adoptado o mesmo procedimento para estimar a população com 85 e mais anos de idade.

## República Checa

Para 1990 e 1991, os valores nacionais foram estimados a partir da variação média de 1993-94 e 1994-95. Para estimar os valores das regiões nesses anos, assumiu-se que se mantinham as diferenças face à média nacional registadas em 1992.

## Alemanha

Brandeburgo Noroeste e Brandeburgo Sudeste a 1990-94 estimado a partir do peso da população das duas sub-regiões na região de Brandeburgo em 1995.

Brandeburgo Noroeste e Brandeburgo Sudeste 2000 estimado a partir da média 1999-2001.

Chemnitz, Dresden e Leipzig estimadas para 1990-94 a partir do peso que tinham em 1995 no conjunto da região de Sachsen.

## Irlanda

Border, Midland and Western e Southern and Eastern estimadas para 1990 a 1996 a partir do peso que tinham no conjunto do país em 1997.

## Eslováquia

Peso das regiões de 1990 a 1995 estimado a partir do peso no país em 1996

## Itália

A população com 85 e + anos em 2005 foi estimada pela média de 2004-2006.

## Eslovénia

A pop. com 85 e + anos entre 1994 e 1995 foi estimada a partir da média da variação dos dois anos precedentes.

## Reino Unido

Os valores de UKM5 - North Eastern Scotland e UKM6 - Highlands and Islands entre 1993 e 1999 foram estimados a partir do peso no conjunto da Escócia em 2000, para o conjunto da população e para os grupos etários necessários para o cálculo dos valores pretendidos.

### **Esperança de vida**

Na Bulgária, para 1995 os valores das regiões foram estimados assumindo que se mantinham as diferenças face ao conjunto nacional registadas em 1997, o ano mais próximo com valores regionais disponíveis.

Na Alemanha, para 1995, a esperança de vida da população com menos de um ano foi estimada considerando que se mantinham as diferenças relativas face à média nacional registadas em 2002. Para as regiões de DE41 - Brandenburg – Nordost e DE42 - Brandenburg – Südwest, foram utilizados os valores das médias nacionais em 1995 e 2007, por falta de informação sobre estas regiões.

Para a Irlanda, o valor de 1995 das regiões foi estimado assumindo que se mantinham as posições relativas de 1997 face ao valor nacional. Para 2007, assumiu-se que seria a média entre 2006-2008.

Para a Letónia, o valor para 1995 foi obtido no Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD de 1998.

Para os Países Baixos, o valor para 1995 foi estimado com base na variação percentual média anual entre 2001 e 2007.

Para a Áustria, os valores relativos a 1995 foram estimados a partir da média dos anos 1994-1996.

Para a Roménia, os valores das regiões foram estimados assumindo que se mantinham as diferenças face à média nacional registadas em 1993.

Para a Eslovénia, os valores das regiões relativos a 1995 foram estimados assumindo que se mantinha as diferenças face à média nacional registadas em 1994.

Para a Eslováquia, os valores das regiões em 1995 foram estimados com base nas diferenças face à média nacional em 1997.

Para o Reino Unido, os valores das regiões em 1995 foram estimados com base nas diferenças face à média nacional em 1994. No mesmo ano, os valores da



Escócia foram estimados por base nas diferenças que as suas regiões tinham em relação ao conjunto da Escócia no ano 2000.

### **Médicos por 100 mil habitantes**

Para a República Checa, os dados de 1995 foram estimados assumindo que se mantinha a diferença relativa entre as regiões registada em 2004.

Para a Alemanha, os valores assumidos para as NUTS2 correspondem aos das respectivas NUTS1, por estarem disponíveis apenas para este último nível e não para níveis regionais mais baixos. Note-se que algumas NUTS2 coincidem com a respectiva NUTS1.

Para a Irlanda, por ausência de dados para as NUTS2, as estimativas foram obtidas aplicando às duas regiões a sua relação face ao valor do país na esperança de vida.

Para Malta, a fonte do valor de 2007 é a Organização Mundial de Saúde (<http://apps.who.int/ghodata/>, acedido em 8 de Maio de 2011). Para 1995, o valor resulta de média de 1993 com 1997. O de 1993 foi recolhido em <http://www.who.int/hrh/wdms/media/en/Malta.pdf>, acedido em 24 de Maio de 2011 às 10h58, e o de 1997 em <http://www.indexmundi.com/facts/malta/physicians>, acedido em 24 de Maio de 2011 às 11h05.

Para os Países Baixos, os dados de 1995 foram estimados assumindo que até 1999 se terá verificado a mesma evolução percentual média anual registada entre 1999 e 2003. Para as regiões, os valores foram estimados assumindo que se mantinham as diferenças face ao conjunto nacional registadas em 1999.

Para a Polónia, os dados das regiões relativos a 1995 foram estimados assumindo as diferenças face à média nacional do ano 2000.

Para Portugal, os dados de 1995 de PT16 - Centro (PT), PT17 – Lisboa e PT18 - Alentejo foram estimados que mantinham as diferenças relativas registadas em 1996.

Para a Eslovénia, o valor nacional de 1995 foi estimado considerando que até 1998 a variação percentual média anual foi igual à registada entre 1998 e 2001. Para as regiões, os valores foram estimados assumindo que se mantinham as diferenças face ao conjunto nacional registadas em 2003.

Para a Finlândia, o valor para o ano de 2007 foi descarregado da base de dados nacionais do Eurostat, por não constar na base regional. Para as regiões FI18 -

Etelä-Suomi, FI19 - Länsi-Suomi e FI1A - Pohjois-Suomi, foi assumido o valor da respectiva NUT1 em 1995 e em 2007, por não haver dados dessas regiões para nenhum ano. O valor dessa NUT1 em 2007 foi estimado com base no seu peso no conjunto nacional em 2002. Para FI20 – Åland, o valor de 2007 foi estimado assumindo que se mantinha a diferença face ao conjunto nacional registada em 2002.

Para a Suécia, os dados de 2007 foram estimados assumindo a variação nacional entre 2005 e 2006 e que as regiões mantinham as diferenças relativas registadas em 2006.

Para o Reino Unido, o Eurostat só apresenta valores por NUTS1, e apenas a partir do ano 2000. Os valores das NUTS1 relativos a 1995 foram estimados assumindo as diferenças relativas registadas em 2000; para as NUTS2 escocesas (as únicas para as quais existem valores, a partir de 2005), os valores de 1995 foram estimados assumindo que se mantinham as diferenças relativas face ao conjunto da Escócia registadas em 2005. Os valores das restantes NUTS2 assumem os das respectivas NUTS1.

### **População activa com mais de 15 anos com o ensino secundário superior e com grau superior**

Para os casos em que há dados a partir de 1999, os valores de 1995 foram estimados para cada país assumindo que a variação percentual média nacional entre 1995 e 1999 tinha sido a registada entre 1999 e 2003. Os valores das respectivas regiões em 1995 foram estimados assumindo que mantinham as diferenças face ao conjunto nacional registadas em 1999.

As excepções são:

Para a Bulgária, assumiu-se que a variação percentual média anual até 2003 terá sido a mesma registada entre 2003 e 2007. Para as regiões, a estimativa foi feita assumindo as diferenças face à média nacional de 2003.

Para a Dinamarca, o valor para 1995 e 2007 é o da população activa dos 15 aos 65 anos que tinha um grau de educação terciária (ensino superior), por ausência de dados anteriores a 2007 para a população activa com mais de 15 anos com o secundário superior e com nível superior.

## Alemanha

No caso da Alemanha, porque o Eurostat não disponibiliza o valor nacional para 1995, e porque falta também o valor de uma NUTS1, os valores das regiões (NUTS1 e NUTS2) foram estimados assumindo que a variação média nacional entre 1995 e 1999 tinha sido a registada entre 1999 e 2003, com excepções nos casos em que os valores regionais não estavam disponíveis logo a partir de 1999:

- Para Berlim, o valor para 1995 foi estimado assumindo-se que a variação até 2001 terá sido igual à de 2001-2007. Não se fez a estimativa utilizando valores a partir de 1999, porque em 2001 o valor registado duplica face ao do ano 2000, sem que haja
- Para a região DE4 – Brandenburg, o valor para 1995 foi estimado assumindo-se que a variação percentual até 2004 terá decorrido ao mesmo ritmo da variação entre 2004 e 2007. Para as regiões DE41 - Brandenburg – Nordost e DE42 - Brandenburg – Südwest, assumiu-se que em 1995 o seu peso no conjunto de DE4 – Brandenburg seria igual ao de 2004.
- Para as regiões DED – Sachsen, o valor de 1995 foi estimado considerando que a variação percentual média do período 1995-2000 foi igual à do período 2000-2005. Para DED1 – Chemnitz, DED2 – Dresden e DED3 – Leipzig, assumiu-se que em 1995 o seu peso no conjunto de DED – Sachsen seria igual ao do ano 2000.
- Para DEE0 - Sachsen-Anhalt, o valor de 1995 foi estimado assumindo que a pop activa com mais de 15 anos com grau superior tinha em 1995 o mesmo peso no conjunto do total do país que tinha em 2007. O valor nacional da Alemanha em 1995 foi obtido somando as NUTS1, à excepção de Sachsen-Anhalt, e ao valor nacional de 2007 diminuiu-se primeiro o valor de Sachsen-Anhalt.

Para França, os valores nacionais de 1999 e de 2003 foram obtidos somando as NUTS1 do território metropolitano francês (excluindo FR9 - Départements d'outre-mer, por ausência destes valores); para 1995, o valor nacional foi estimado assumindo que a variação percentual média anual entre 1995 e 1999 terá sido igual à registada entre 1999 e 2003; os valores das NUTS2 foram estimados assumindo que se mantinham as diferenças face ao valor nacional registadas em 1999. O valor nacional de 2007 foi obtido somando os valores das NUTS1 nesse ano (excepto a FR9 - Départements d'outre-mer (FR)).

Para Itália, o valor nacional de 1995 assume a variação percentual média anual entre 2001 e 2007, devido a uma discrepância (não explicada pelo Eurostat) entre os valores de 1999 e 2000 e os registados a partir do ano 2001. Os valores das regiões em 1995 foram estimados assumindo que mantinham as diferenças face ao conjunto nacional registadas em 1999.

Para a Lituânia, os valores de 1995 para a população que concluiu os dois graus de ensino foram estimados assumindo que a variação percentual média anual de 1995-2001 terá sido igual à de 2001-2007. Não se entrou em consideração com os valores relativos a 1999 e 2000, devido a uma subida abrupta, não explicada pelo Eurostat, dos valores entre 2000 e 2001.

Para Malta, o valor de 1995 para a população que concluiu o ensino secundário superior foi estimado assumindo que a variação percentual média anual de 1995-2000 terá sido igual à de 2000-2005. O valor de 1995 para a população com grau de ensino superior foi estimado a partir da percentagem da população com mais de 15 anos que tinha completado um grau de ensino superior, obtido na base de dados Barro e Lee (2010). A partir desse valor e do valor da população com mais de 15 anos em 1995 (retirado do Eurostat), calculou-se o número de pessoas com mais de 15 anos que tinha completado um grau de ensino superior. Esse valor foi ponderado pela população activa com mais de 15 anos em 1995 (também do Eurostat), para estimar a população activa com mais de 15 anos e um grau de ensino superior nesse ano.

Para a Eslovénia, os valores de 1995 foram estimados assumindo que a variação média 1995-2001 terá sido igual à de 2001-2007. Para SI01 - Vzhodna Slovenija e SI02 - Zahodna Slovenija, assumiu-se que em 1995 mantinham as diferenças face ao conjunto nacional registadas em 2001.

No Reino Unido, o valor nacional de 1999 resulta da soma dos valores das NUTS1. Para 1995, as NUTS 1 foram inicialmente estimadas a partir da variação média entre 1999 e 2003, e depois recalculadas a partir dos pesos em 1999 face à média nacional. O valor de UKM – Scotland em 1999 foi estimado assumindo a variação média anual do período 2001-2003. Para as regiões UKM5 - North Eastern Scotland e UKM6 - Highlands and Islands, os valores de 1995 foram estimados assumindo que mantinham as mesmas diferenças face ao conjunto da Escócia que em 2001.

**Emprego em sectores de alta tecnologia** (indústria de alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento de alta-tecnologia)

Para a Bulgária, o valor para 1995 foi estimado com base na variação percentual média anual entre 2000 e 2005. Os valores para as regiões sem dados em 1995 e/ou 2007 foram estimados em função da diferença face à média nacional no ano mais próximo para que há dados. Para a região de BG11 - Severozapaden (SRE 2005), foi utilizada a média nacional.

Para a República Checa, o valor de 1995 foi estimado assumindo que a variação percentual média anual até 1997 foi igual à variação de 1997 a 1999. Para as regiões, assumiu-se que em 1995 mantinham as mesmas posições relativas de 1998.

**Alemanha**

Os valores de 1995 para as regiões de DE30 – Berlin DE4 - Brandenburg e DE50 – Bremen foram estimados assumindo que mantinham a mesma distância face aos valores nacionais que nos anos mais próximos para que há dados;

para DE41 - Brandenburg – Nordost e para DE42 - Brandenburg – Südwest, assumiu-se que em 1995 tinham o mesmo peso relativo no conjunto de DE4 – Brandenburg que em 2004;

os valores de 2007 para DE41 - Brandenburg – Nordost e para DE50 – Bremen foram estimados com base na diferença face à média nacional de 2006 e 2004, respectivamente;

o valor para DE73 – Kassel em 2007 foi estimado com base na diferença face à média nacional em 2005;

para DEB1 – Koblenz, o valor de 2007 foi estimado assumindo que teria o mesmo peso no conjunto de DEB - Rheinland-Pfalz que em 2006;

para DEB2 – Trier, o valor de 1995 foi estimado assumindo que teria o mesmo peso no conjunto de DEB - Rheinland-Pfalz que em 1997; o valor para 2007 foi estimado assumindo que teria o mesmo peso no conjunto de DEB - Rheinland-Pfalz que em 2004;

para DEE0 - Sachsen-Anhalt, o valor de 2007 foi estimado assumindo que seria a média de 2006-2008.

Para a Estónia, o valor de 1995 foi estimado considerando que a variação percentual média de 1997-1999 terá reproduzido a de 1995-1997.

Para a Irlanda, o valor nacional de 1995 foi estimado considerando que a variação percentual média anual de 1998-2001 terá reproduzido a de 1995-1998; para as suas regiões, considerou-se que em 1995 teriam a mesma diferença face à média nacional que em 2008.

## Grécia

Para a região GR11 - Anatoliki Makedonia, Thraki, o valor de 1995 foi estimado assumindo que a diferença face à média de GR1 - Voreia Ellada era igual à de 2001.

Para GR13 - Dytiki Makedonia, por ausência total de dados, assumiu-se o valor da sua NUTS1, GR1 - Voreia Ellada.

Para GR14 – Thessalia, o valor de 1995 foi estimado com base na média dos anos de 1994 e 1996. O valor de 2007 foi estimado assumindo que se mantinha a diferença face GR1 - Voreia Ellada registada em 2006.

Para GR21 – Ipeiros e GR22 - Ionia Nisia não há valores para nenhum ano, e por isso assumiu-se os valores de GR2 - Kentriki Ellada em 1995 e 2007.

Para GR24 - Sterea Ellada, o valor de 1995 foi estimado com base na diferença registada em 1998 face a GR2 - Kentriki Ellada. Para 2007, o valor foi estimado com base na diferença em 2008 em relação a GR2 - Kentriki Ellada.

Para GR25 – Peloponnisos, o valor de 1995 foi estimado com base na média dos anos de 1994 e 1996.

Para GR41 - Voreio Aigaio e GR42 - Notio Aigaio, não há valores para nenhum ano, e por isso assumiu-se os valores de GR4 - Nisia Aigaiou, Kriti em 1995 e 2007.

Para GR43 – Kriti, o valor de 1995 foi estimado com base na média de 1994 e 1996.

## Espanha

O valor da ES13 – Cantabria em 1995 foi estimado com base na diferença relativa face a ES1 - Noroeste (ES) em 1998.

Para ES23 - La Rioja, o valor de 1995 foi estimado com base na diferença relativa face a ES2 - Noreste (ES) em 2005.

## França

Para FR83 – Corse, os dados para 1995 e 2007 foram estimados aplicando a relação entre a percentagem da população em idade activa com o ensino superior na Córsega e na região FR8 – Méditerranée, nesses mesmos anos, à percentagem de emprego tecnológico e em sectores intensivos em conhecimento na região FR8 – Méditerranée. Isto deve-se à ausência de quaisquer valores relativos a emprego em sectores de alta tecnologia e intensivos em conhecimento.

## Itália

Para ITC2 - Valle d'Aosta/Vallée d'Aoste, por ausência de qualquer valor, foram considerados os valores de ITC - Nord-Ovest em 1995 e 2007.

Para ITD1 - Provincia Autonoma Bolzano/Bozen e ITD2 - Provincia Autonoma Trento, os valores de 1995 foram estimados com base na diferença registada em 1999 face a ITD - Nord-Est.

Para Chipre, o valor de 1995 foi estimado com base na variação percentual média anual entre 1999 e 2003.

Para a Letónia e para a Lituânia, o valor de 1995 foi estimado com base na variação percentual média anual entre 1998 e 2001.

Para a Hungria, o valor de 1995 foi estimado com base na variação entre 1996 e 1997. Para as regiões, foram estimados assumindo que mantinham as mesmas distâncias relativas face à média nacional registadas em 1997.

Para Malta, o valor de 1995 foi estimado com base na variação percentual média anual entre 2000 e 2005.

## Países Baixos

O valor de NL23 – Flevoland em 1995 foi estimado com base na média dos anos de 1994 e 1996;

Para NL34 – Zeeland, o valor de 1995 foi estimado com base na diferença face a NL3 - West-Nederland em 1994; e em 2007 com base na diferença face a NL3 - West-Nederland em 2002.

Para a Áustria, o valor de AT11 - Burgenland (AT) em 2007 foi estimado com assumindo a diferença face a AT1 - Ostösterreich em 2006.

O valor para a Polónia em 1995 foi estimado assumindo que a variação terá sido a mesma da Eslováquia (país com valores mais próximos) entre 1995 e 2004 (primeiro ano para que há valores para a Polónia). Os valores para as regiões polacas em 1995 foram depois estimados a partir da estrutura regional de 2004 (neste ano, para as regiões PL33 – Swietokrzyskie e PL34 – Podlaskie foi utilizado o peso face ao conjunto nacional em 2005).

## Portugal

O valor de PT16 - Centro (PT) em 1995 foi estimado com base na diferença média em relação a PT1 – Continente nos anos de 1994 e 1996

Para o Alentejo em 2007, o valor foi estimado assumindo a diferença face a PT1 – Continente em 2008.

Para o Algarve, os valores de 1995 e 2007 foram estimados utilizando a proporção da Andaluzia em relação ao conjunto da Espanha. Para os Açores e a Madeira, utilizou-se o mesmo procedimento tendo as Canárias como referência.

O valor para a Roménia em 1995 foi estimado com base na variação percentual média anual entre 1997 e 1999. Os valores para as regiões nesse ano foram estimados assumindo a diferença face à média nacional registada em 1998.

O valor para a Eslovénia em 1995 foi estimado com base na variação entre 1996 e 1997. Os valores para as regiões nesse ano foram estimados assumindo a diferença face à média nacional registada em 2001.

O valor para a Eslováquia em 1995 foi estimado com base na variação entre 1998 e 2001. Os valores para as regiões nesse ano foram estimados assumindo a diferença face à média nacional registada em 1998.

Na Finlândia, os valores de FI18 - Etelä-Suomi e FI19 - Länsi-Suomi em 1995 foram estimados assumindo a diferença face à média nacional registada em 1999. Para FI20 – Åland, utilizou-se o valor nacional por falta de valores para todos os anos.



Na Suécia, o valor de SE32 - Mellersta Norrland em 1995 foi estimado assumindo a diferença face a SE3 - Norra Sverige em 1998.

## Reino Unido

Os valores das regiões em 1995 foram estimados com base nas diferenças face ao valor nacional registadas em 1996, com excepções;

para UKD1 – Cumbria foram utilizados os valores de UKD - North West (UK), por inexistência de dados para qualquer ano relativos à região;

para UKF3 – Lincolnshire, o valor de 1995 foi estimado com base na diferença face a UKF - East Midlands (UK) em 2004; para 2007, o valor foi estimado com base na média dos anos de 2006 e 2008;

para UKH - East of England e UKH1 - East Anglia existem valores para 1995;

para UKK3 - Cornwall and Isles of Scilly, foram utilizados os valores de UKK - South West (UK) por inexistência de dados para qualquer ano relativos à região;

para UKM5 - North Eastern Scotland, o valor para 1995 foi estimado com base na diferença face a UKM – Scotland em 2001; o valor para 2007 foi estimado com base na diferença face a UKM – Scotland em 2008;

para UKM6 - Highlands and Islands, o valor de 1995 foi estimado com base na diferença face a UKM – Scotland em 2000.

## **PIB PPC**

No Reino Unido, para as regiões UKM5 - North Eastern Scotland e UKM6 - Highlands and Islands, os valores para 1995-2001 foram estimados assumindo que terão tido nesse período a mesma distância relativa ao valor do conjunto da Escócia em 2002.

## **Rendimento dos agregados**

Para a Bulgária, o valor nacional para 1995 foi estimado assumindo uma variação proporcional à do PIB PPC por habitante, que não tem uma evolução linear – desce entre 1995 e 1997, para depois recomeçar a subir. A proporção utilizada foi a do rendimento disponível/PIB em 2000, o primeiro ano para que

há valores do rendimento disponível. Os valores para cada NUTS2 foram estimados assumindo as diferenças face à média nacional registadas para o ano 2000.

Para Chipre, assumiu-se para 1995 e 2007 a evolução da região grega GR25 - Peloponnisos, aquela cuja evolução do PIB tem maior correlação ( $R^2 = 0,9829$ ) com a de Chipre. O valor foi estimado a partir da proporção entre o rendimento e o PIB nos dois anos na região GR25 - Peloponnisos.

Para o Luxemburgo, assumiu-se para 1995 e 2007 a evolução da região belga BE25 - Prov. West-Vlaanderen, aquela cuja evolução do PIB tem maior correlação ( $R^2 = 0,9644$ ) com a do Luxemburgo no período 1995-2007. O valor do Luxemburgo foi estimado a partir da proporção entre o rendimento e o PIB nos dois anos na região BE25 - Prov. West-Vlaanderen.

Para a Hungria, o valor nacional em 1995 foi estimado assumindo que a variação percentual média anual até ao ano 2000 terá sido idêntica à ocorrida entre 2000 e 2005. Os valores das regiões em 1995 foram estimados assumindo que se mantinham as distâncias relativas face ao valor nacional registadas no ano 2000.

Para a Roménia, os valores para 1995 foram calculados a partir dos dados em milhões de euros e das PPC e da taxa de câmbio média do leu face ao ecu em 1995.

Para a Eslovénia, os valores para 1995 foram estimados assumindo que a variação percentual média anual até ao ano 2000 terá sido idêntica à ocorrida entre 2000 e 2005. Os valores das regiões em 1995 foram estimados assumindo que se mantinham as distâncias relativas face ao valor nacional registadas no ano 2000.

No Reino Unido, para as regiões UKM5 - North Eastern Scotland e UKM6 - Highlands and Islands, existem dados apenas em milhões de euros. Por isso, os valores para 1995 foram calculados a partir das PPC e da taxa de câmbio média da libra face ao ecu em 1995. Para estas regiões, só há dados da população a partir do ano 2000, e por isso a população em 1995 foi estimada. Os valores para 1995 foram estimados assumindo que terão tido nesse ano a mesma distância relativa face ao valor do conjunto da Escócia em 2002.

## **Auto-estradas**

### **Bélgica**

Para BE10 - Région de Bruxelles-Capitale / Brussels Hoofdstedelijk Gewest foi assumido para 1995 o valor de BE1 - Région de Bruxelles-Capitale / Brussels Hoofdstedelijk Gewest por serem geograficamente coincidentes.

Para outras regiões NUTS2 com valores em falta em 1995, assumiu-se que mantinham as diferenças às respectivas NUTS1 registadas em 2000.

Para 2007, foram assumidos os valores de 2008, por o total nacional ser igual nos dois anos.

### **Bulgária**

Os valores das NUTS2 de BG3 - Severna i iztochna Bulgaria e BG4 - Yugozapadna i yuzhna tsentralna Bulgaria em 1995 correspondem aos valores que tinham na classificação anterior (houve mudança de classificação de NUTS no país em 2005), com os ajustamentos decorrentes das transferências entre as duas classificações de NUTS2 registadas em 2004, o único ano em que há registo dos valores simultaneamente para estas duas classificações de NUTS. A BG31 – Severozapaden foram imputados os 16 km que estavam registados em BG12 - Severen tsentralen (SRE 2005), como decorre dos valores de 2004. Nas restantes NUTS2 onde já havia auto-estradas na classificação inicial, os valores foram ajustados em função das transferências entre as duas classificações de NUTS2 registadas em 2004.

### **Alemanha**

Em DE1 - Baden-Württemberg, em 1995 assumiu-se para as NUTS2 os mesmos valores de 1996, por se manter o valor da NUT1. Para 2007, assumiu-se os valores de 2006 e 2008, por os da NUTS1 se manterem.

Para DE2 – Bayern, os valores para as suas NUTS 2 em 2007 foram estimados (nos casos em que houve variação entre os anos mais próximos para que há registos) assumindo a proporção de 2008, excepto nos casos em que os valores de 2005 e 2008 são iguais, em que foram utilizados para 2007.

Para DE4 – Brandenburg, os valores das NUTS2 em 2007 assumem os de 2004, por não ter havido variação no total da NUT1.

Para DE7 – Hessen, os valores das NUTS2 em 1995 replicam os de 1996, e os de 2007 replicam os de 2008, por os totais da NUTS1 serem iguais.

Para DE9 – Niedersachsen, os valores das NUTS2 em 1995 assumem o peso que tinham na NUTS1 em 1996, e em 2007 assumem o peso de 2008.

Para DEA - Nordrhein-Westfalen, o procedimento foi o mesmo para 1995; para 2007, foram assumidos os valores de 2008, por o total da NUTS1 ser igual.

Para DEB - Rheinland-Pfalz, para as NUTS2 assumiu-se em 2007 os valores de 2008, por o total da NUTS1 ser igual nos dois anos.

Para DED – Sachsen, os valores das NUTS2 em 1995 foram estimados com base nas diferenças face à NUTS1 em 1997. Para 2007, assumiu-se os valores de 2008, por o total da NUTS1 não variar.

DEE - Sachsen-Anhalt coincide com DEE0 - Sachsen-Anhalt. As NUTS2 foram agregadas, com efeitos na revisão de 2006 do Eurostat.

## Irlanda

Para 1995, assumiu-se que as NUTS2 tinham o mesmo peso no país que em 1998.

## Grécia

Para 1995, o valor de GR30 – Attiki é igual ao de GR3 – Attiki, por ser a sua única NUTS2.

Para 2007, foram assumidos os valores medidos no Google Earth em 18 Junho 2011.

## Espanha

Para ES70 - Canarias (ES) assumiu-se em 1995 o valor de ES7 - Canarias (ES), por serem geograficamente coincidentes.

## Itália

Para as NUTS 2 de ITD - Nord-Est, os valores de 1995 são os mesmos de 2001, por a variação nacional ser integralmente explicada pela variação de outros valores regionais.

## Letónia

Para 2007, foram assumidos os valores medidos no Google Earth, em 21 de Julho de 2011.

## Hungria

O valor de HU10 - Közép-Magyarország em 1995 é igual ao da NUTS1, por coincidência territorial.

## Malta

Não há valores. Assumiu-se zero nos dois anos, devido a relatos que testemunham a inexistência de auto-estradas no país.

## Países Baixos

Para 2005, os valores foram estimados com base no peso das NUTS2 no conjunto do país em 1996.

## Polónia

Para as regiões em que não havia registos para 1995, assumiu-se zero em quase todas, por ser esse o valor do primeiro ano para o qual há registo. As excepções são PL42 – Zachodniopomorskie e e PL52 – Opolskie, em que se assumiu zero porque o valor do ano seguinte coincide com um aumento de igual valor nas suas NUTS1.

## Portugal

Para 1995, os valores do Centro, Lisboa e Alentejo foram retirados do Mapa das Estradas do ACP publicado em Maio de 2005. Para 2007, foram retirados do Mapa das Estradas do ACP publicado em Maio de 2008, por serem estas as edições com informação mais próxima dos anos pretendidos. Foram em regra utilizados os valores que constam nos próprios mapas, relativos às distâncias entre nós, mas nalguns casos foram medidos com curvímetro.

Para os Açores e Madeira, assumiu-se zero em 2007, por o valor ser zero em 2005 (devido a nesse ano valor do Continente coincidir com o do país).

## Roménia

As regiões em falta no quadro original correspondem a uma classificação já modificada.

## Eslovénia

Os valores para 1995 foram estimados com base no peso que as NUTS2 tinham no conjunto nacional em 2007.

## Eslováquia

Os valores para 1995 foram estimados com base no peso que as NUTS2 tinham no conjunto nacional em 1997.

## Finlândia

Os valores para 1995 foram estimados com base no peso que as NUTS2 tinham no conjunto nacional em 1998.

## Suécia

A soma dos valores das auto-estradas nas NUTS2 regiões suecas em 1995 e 1996 não corresponde aos totais nacionais. Para estimar os valores de SE21 - Småland medöarna e SE23 – Västsverige em 1995, assumiu-se que a sua soma coincida com o valor em falta para perfazer o total nacional em 1995, que foi dividido entre ambas de acordo com a proporção de kms nas duas regiões registados para 1996.

Reino Unido

Para UKM1 - North Eastern Scotland (NUTS 2003) e UKM4 - Highlands and Islands (NUTS 2003) foi assumido zero em 2007, por ser esse o valor de 2006 e não ter havido variação entre os dois anos na sua NUTS1.

Para UKM5 - North Eastern Scotland e UKM6 - Highlands and Islands, assumiu-se zero em 1995, o mesmo valor de 2007.

### **Superfície (km2)**

O Eurostat disponibiliza área total e área terrestre (que exclui superfície aquática). Os dados aqui utilizados são os da área total.

Para a Áustria, foi utilizada a área das NUTS2 registada para 2008, por o Eurostat (que regista áreas ano a ano) não apresentar dados para 2007.

Para as regiões do Reino Unido UKM2:Eastern Scotland e UKM3:South Western Scotland foram utilizados os valores de 2003, o ano mais próximo para que o Eurostat apresenta dados. Estes valores são iguais aos registados desde o ano 2000.

Para as regiões do Reino Unido UKM5:North Eastern Scotland e UKM6:Highlands and Islands, os valores foram estimados a partir dos valores da densidade populacional que o Eurostat apresenta para o ano de 2007 e dos valores da população nesse ano.

## **Anexo II**

Lista dos cálculos realizados para obter os valores dos indicadores por país e para o conjunto da União Europeia (UE), bem como para a UE apenas com os territórios europeus, e para obtenção de alguns valores estimados. Explica os cálculos para obter os valores de França sem os departamentos ultramarinos, de Espanha sem Ceuta e Melilla e da UE sem estes territórios.

### **População**

A taxa de crescimento da população no triénio anterior ao ano de referência, a densidade populacional e a percentagem de população com menos de 65 anos foram calculados a partir dos dados sobre população e superfície territorial existentes no Eurostat (tal como aconteceu para as regiões). No caso da população, estão disponíveis valores do Eurostat quer para a França com os seus departamentos ultramarinos quer para a França metropolitana, bem como os valores de Ceuta e Melilla, o que permitiu calcular sem problema os valores da Espanha sem as suas possessões africanas e os valores da UE só com os territórios europeus. No caso da superfície, os valores dos departamentos ultramarinos franceses e de Ceuta e Melilla foram deduzidos aos valores nacionais de França e Espanha e também ao da UE.

### **Esperança de vida à nascença**

O cálculo de valores de esperança de vida em falta não foi possível, pelo que no caso da Espanha foi utilizado o valor do total nacional (incluindo Ceuta e Melilla), o que não se afigura problemático, pois nos casos em que foi calculado o valor sem estas suas possessões africanas as diferenças encontradas foram estatisticamente insignificantes. Para a França, estavam disponíveis valores sem os departamentos ultramarinos.

O Eurostat não tem disponível o valor da esperança média de vida do conjunto dos actuais 27 Estados UE em 1995. O primeiro valor para a UE27 é de 2002. Por este motivo, o valor de 1995 foi estimado a partir da média dos 27 países, corrigida pela diferença entre a média dos 27 países em 2007 e o valor do Eurostat para a UE27 nesse ano. Estes valores foram assumidos para a UE sem as possessões francesas e espanholas fora da Europa.



### **Médicos/ 100 mil habitantes**

O Eurostat tem disponíveis valores para a França sem os departamentos ultramarinos. Para Espanha, não são apresentados dados para Ceuta e Melilla em qualquer ano, sem que se saiba se o valor da região ES6 - Sur (ES) inclui ou não os destes territórios, nem se o valor nacional os inclui. Por isso, não se sabe se o valor nacional inclui ou não Ceuta e Melilla, o que não se afigura problemático pelo seu peso ínfimo no conjunto da Espanha.

Neste contexto, optou-se por calcular o valor da UE sem as possessões ultramarinas francesas, assumindo-o como o da UE só Europa. Para calcular estes valores, foi necessário calcular o número de médicos por país e somá-lo – com e sem os departamentos ultramarinos franceses.

### **População activa (%) com o ensino secundário superior e com um grau de ensino superior**

Os valores França e Espanha foram calculados descontando a população activa com o ensino secundário superior e com um grau de ensino superior (que o Eurostat disponibiliza em número de pessoas) nos departamentos ultramarinos franceses e em Ceuta e Melilla, bem como na população em idade activa (que foi utilizada como denominador no cálculo daquela percentagem). No caso da França, estes valores coincidem com os totais nacionais disponibilizados relativamente a 1995, onde não se incluíam os departamentos ultramarinos.

Os valores obtidos assim foram utilizados para calcular as percentagens para o conjunto da UE27 sem os territórios de fora da Europa.

### **Emprego (%) em sectores de alta tecnologia (indústria de alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento de alta-tecnologia)**

O Eurostat não disponibiliza valores para as regiões ultramarinas francesas nem para Ceuta e Melilla, e não diz se estão incluídos nos totais nacionais de França e Espanha. Neste contexto, optou-se por considerá-los como incluindo apenas os territórios europeus destes países.

Para a UE, só estão disponíveis valores para o conjunto dos actuais 27 Estados a partir do ano 2000 (inclusive). O cálculo do valor percentual do emprego em sectores de alta tecnologia a partir dos dados do emprego total não foi realizado por serem necessárias mais estimativas para vários países, de modo a poder estimar um valor para a UE. A opção foi por calcular a média dos 27

Estados em 2005 e corrigi-la em função da diferença entre esta média em 2007 e o valor registado nesse ano pelo Eurostat.

### **Rendimento disponível líquido dos agregados (PPC/ hab.)**

O valor da França sem os departamentos ultramarinos foi obtido recorrendo aos valores da população para calcular o rendimento em euros PPC destes departamentos, que foi subtraído ao valor do total nacional, e dividido pela população respectiva. No caso da Espanha, e devido a não existirem valores para Ceuta e Melilla em 1995, optou-se por entrar com o valor nacional total, pois não faria sentido comparar a evolução entre dois anos (o principal objectivo deste estudo) utilizando bases diferentes.

O valor da UE sem os territórios extra-europeus foi obtido descontando os valores dos territórios ultramarinos franceses, com o mesmo método acima descrito, e também descontado os de Ceuta e Melilla, considerando a sua população com o valor médio do rendimento de Espanha.

### **PIB a preços correntes de mercado (PPC/hab.)**

Os valores da França sem os departamentos ultramarinos e da Espanha sem Ceuta e Melilla foram calculados utilizando os valores da população para calcular os valores absolutos nestes territórios, que depois foram deduzidos ao total nacional respectivo e divididos pela população do país subtraída da população destes territórios.

Para calcular os valores da UE sem estes territórios, utilizou-se o mesmo método: subtracção dos valores do PIB/ PPC das regiões em cada ano ao total da UE, que depois foi dividido pela sua população, descontada a destes territórios.

### **Kms de auto-estradas por 1000 km<sup>2</sup>**

No caso da Espanha, o total nacional é igual ao valor sem Ceuta e Melilla, onde não existiam auto-estradas. No caso de França, a inexistência de auto-estradas em 2008 nos departamentos ultramarinos levou a deduzir que também não existiriam antes. Deste modo, o valor da UE é igual com e sem territórios extra-europeus.

## Anexo III

Indicadores utilizados nas construção do Índice de Desempenho Económico-Social														
			Tx cresc. da população	Densidade populacão	População com		Esperança de vida		Médicos/		Pop act. com ens.			
			no triénio anterior			menos de 65 anos	à nascença		100 mil habitantes		sec. superior (%)			
GEO/TIME	1995	2007	Cresc.%	Cresc.%	1995	2007	1995	2007	1995	2007	1995	2007	1995	2007
			1992-95	2004-07										
UE (27 países)	477009518	495291925	0,265298	0,442855	108,3052	112,4562	85,30207	83,05797	75,99	79,17	313,0254	333,3092	33,11387	34,76388
UE (sem territórios e:	475316766	493302981	0,261059	0,440244	110,1441	114,312	85,27777	83,02979	75,99	79,17	313,5571	333,7312	33,11969	34,81681
Bélgica	10130574	10584534	0,361129	0,603134	331,8453	346,7156	84,24033	82,89899	76,95	79,90	372,6	401,6	22,1085	26,67004
Bulgária	8427418	7679290	-0,65169	-0,52121	75,92139	69,18161	85,08924	82,7491	70,99	73,00	346,7	365,3	25,0	38,9
República Checa	10333161	10287189	0,066628	0,247219	131,0206	130,4377	86,87496	85,58948	73,27	77,00	299,8	354,6	57,94618	55,70194
Dinamarca	5215718	5447084	0,346059	0,305343	121,0191	126,3874	84,6875	84,67538	75,30	78,40	266,9	341	42,32761	34,0088
Alemanha	81538603	82314906	0,524872	-0,08755	228,3304	230,5042	84,61861	80,19886	76,74	80,10	305,9	350,5	36,0377	45,28381
Estónia	1448075	1342409	-2,28963	-0,21366	32,01793	29,68158	86,68004	82,92935	67,69	73,10	321,7	326,7	38,29479	41,97982
Irlanda	3594700	4312526	0,452076	2,356943	51,50221	61,7867	88,61015	89,1353	75,46	79,70	208,9	298,6	25,21876	28,49708
Grécia	10595074	11171740	0,88957	0,39578	80,29187	84,66197	85,02122	81,43512	77,48	79,40	386	554,7	21,97987	25,8679
Espanha (sem posses	39212952	44335514	0,287219	1,68107	77,50242	87,6269	84,86973	83,32981	78,12	81,10	267,3	361,7	9,794424	17,11576
França (metropolitan	57752535	61795238	0,374713	0,710579	106,1695	113,6014	84,95911	83,48046	78,05	81,30	325,4	335,3	27,80623	29,04023
Itália	56845945	59131287	0,042711	0,715771	188,6464	196,2304	83,52415	80,05666	78,32	81,60	570,6	385,5	20,94046	28,45837
Chipre	645399	778684	2,339699	2,205147	69,77286	84,18205	88,97116	87,70888	77,37	80,10	244,8	271,5	23,28626	29,01133
Letónia	2500580	2281305	-1,79619	-0,5447	38,71526	35,32033	86,55132	82,90623	68,00	71,20	284,6	304,5	46,96809	46,79311
Lituânia	3642991	3384879	-0,56937	-0,58987	55,78853	51,83582	87,82668	84,42275	69,08	70,90	369,8	372,8	23,04586	41,15569
Luxemburgo	405650	476187	1,373203	1,555228	156,8639	184,1404	86,07716	85,96581	76,82	79,50	222,1	282,1	25,96197	26,39055
Hungria	10336636	10066158	-0,11943	-0,16667	111,112	108,2045	85,89542	84,05431	70,01	73,60	335,6	280,6	39,26177	39,89101
Malta	369451	407810	0,918573	0,662137	1170,631	1292,174	89,04185	86,20975	77,23	79,90	248	335	10,34939	12,66595
Países Baixos	15424122	16357992	0,649898	0,204945	371,4159	393,9037	86,81561	85,52174	77,61	80,40	270,735	369,4	32,26798	34,34314
Áustria	7943489	8282984	0,617993	0,574802	94,72525	98,77369	84,93264	83,11479	76,89	80,40	351,1	452,5	43,64909	47,35129
Polónia	38580597	38125479	0,236123	-0,05685	123,3849	121,9294	89,06329	86,57981	72,00	75,40	231,6	219,1	47,15465	42,66412
Portugal	10017571	10599095	0,174793	0,395907	108,7478	115,0606	85,27349	82,74742	75,36	79,10	292,3	357	7,490074	11,85502
Roménia	22194261	21565119	-0,90179	-0,22436	93,10025	90,46113	87,97807	85,14468	69,34	73,20	181,2	212,3	47,34097	40,96612
Eslovénia	1989477	2010377	-0,15734	0,232815	98,13432	99,16524	87,92924	84,10094	74,72	78,40	200,2065	239,5	42,94135	44,812
Eslováquia	5356207	5393637	0,379729	0,084163	109,233	109,9963	89,19989	88,14086	72,40	74,60	493,9	683,6	55,6399	53,02088
Finlândia	5098754	5276955	0,462332	0,365427	15,06647	15,59305	85,88443	83,53753	76,69	79,60	276,4	268,3	17,59838	35,62816
Suécia	8816381	9113257	0,66427	0,510963	19,97506	20,64768	82,53121	82,64685	78,95	81,10	288,3	364,5	34,19565	39,99844
Reino Unido	57943500	60781346	0,250326	0,605451	237,6487	249,2878	84,16544	83,98603	76,71	79,80	175,7	247,9	22,29552	34,08648

## Anexo III (continuação)

Indicadores utilizados na construção do Índice de Desempenho Económico-Social (continuação)										
	Pop. act. com grau de ens. superior (%)		Emprego em tecn. E sect. int. conhe. (%)		Rendimento disp. dos agreg., líquido		PIB/hab a preços correntes, PPC		Km de auto-estr./1000 km2	
GEO/TIME	1995	2007	1995	2007	1995	2007,00	1995	2007	1995	2007
UE (27 países)	11,89929032	17,86262554	3,938	4,40	9281,604	14690,93	14700	25000	10,85732	14,89537
UE (sem territórios e	11,89929919	17,88554548	3,938	4,40	9292,007	14709,14	14700	25000	11,08099	15,20223
Bélgica	17,88530519	24,72787087	4,13	4,67	11889,5	16180,9	18800	28900	54,57285	57,75026
Bulgária	11,9352847	15,9620398	2,983781	3,09	1998,1	4228,2	4700	10100	2,82878	3,765701
República Checa	7,737031681	10,23994033	4,742389	4,84	5449,9	9764,7	10700	19900	4,572272	8,343192
Dinamarca	20,16981666	23,59244353	4,98	5,27	9407	13096,4	19300	30600	18,49261	25,77828
Alemanha	14,90027511	18,43433454	4,54	5,18	12800,1	18059,5	18900	28900	31,33506	35,26664
Estónia	19,94213075	25,34775144	3,236801	3,59	2666,4	7857,2	5500	17300	1,415084	2,122626
Irlanda	11,50620669	24,78021765	7,071008	6,2	8015,8	15707,9	15000	36800	1,002908	3,858332
Grécia	10,55249697	16,45738876	1,42	2,22	8370,9	14816,5	12300	22900	2,121903	9,927476
Espanha (sem posses	13,33323911	23,10425451	2,43	3,38	8318	14793,3	13400	26200	13,76597	25,71954
França (metropolitan	13,1586829	20,23187809	5,21	4,7	10579,23	17550,15	17200	27300	15,22523	20,1465
Itália	5,250970082	9,97548866	3,59	4,4	11725,2	16054,8	17700	25900	21,481	21,86264
Chipre	12,06012269	25,67944687	1,131907	2,46	8145,5	12967,5	13000	23100	18,16216	27,78378
Letónia	12,5239503	17,73179281	1,655862	2,74	2194,7	7736,2	4600	13900	0	1,052811
Lituânia	13,74071417	22,15578027	3,510377	2,54	2693,3	8091,8	5200	14700	6,033691	4,732006
Luxemburgo	15,46346137	19,21852927	2,27	3,72	22299,9	41007,83	32700	68600	47,56381	56,84455
Hungria	8,590876164	12,61940974	3,7	5,86	4229,2	8051,7	7600	15600	3,147406	12,44128
Malta	2,946019242	10,30211299	8,163312	5,94	6465,075	9775,865	12700	19300	0	0
Países Baixos	14,0248306	23,75572533	4,06	4,88	9525,1	15569,1	18100	33100	55,38445	62,17507
Áustria	9,478646157	13,30631158	4,28	3,94	12488,6	19022,1	19700	30700	18,94627	20,00997
Polónia	6,262501956	13,45445069	2,53	3,24	4070,9	8095,1	6300	13600	0,786734	2,120345
Portugal	5,44011853	11,10777599	2,32	2,13	7105,3	11215,4	11300	19600	7,457866	28,36595
Roménia	5,994406343	8,835242373	2,237345	1,92	2900,1	5199,5	4800	10400	0,474011	1,178736
Eslovénia	5,936906171	16,9614526	3,8	3,98	7144,71	12289,1	10900	22100	14,45272	28,56015
Eslováquia	6,115029938	10,35696775	3,656448	4,67	3786	8905	7000	17000	4,037957	7,596661
Finlândia	12,29296137	26,75462646	4,34	6,71	7619,8	13453,5	15800	29300	1,164243	2,068453
Suécia	22,68811369	24,11139787	5,56	5,93	9814	15922,6	18400	31100	2,585136	3,951338
Reino Unido	16,43051931	24,25107804	4,11	5,3	10888,8	17440	16600	29000	14,02182	15,06685

## **Anexo IV**

Indicadores utilizados na construção do Índice de Desempenho Económico-Social, valores por região.

Índice de Desempenho Económico-Social e Sub-Índices por região.

Mapas das regiões NUTS2 da União Europeia (documento do Eurostat).

Consultar CD no verso da contracapa